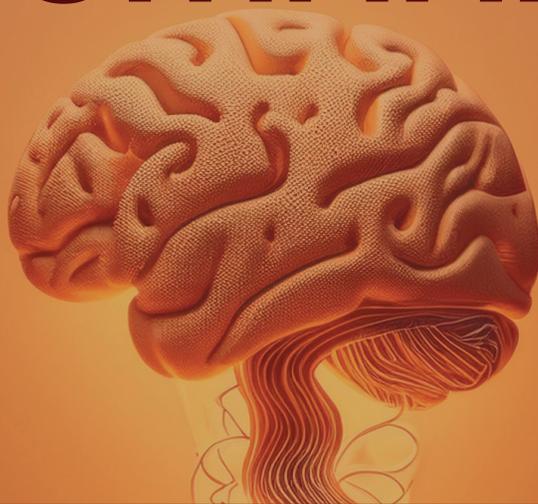


CIÊNCIAS HUMANAS



pensamento crítico e
transformação social

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Ellen Andressa Kubisty

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Thamires Camili Gayde

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2024 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2024 Os autores

Copyright da edição © 2024 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Profª Drª Aline Alves Ribeiro – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora
 Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
 Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Profª Drª Eufemia Figueroa Corrales – Universidad de Oriente: Santiago de Cuba
 Profª Drª Fernanda Pereira Martins – Instituto Federal do Amapá
 Profª Drª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Joachin de Melo Azevedo Sobrinho Neto – Universidade de Pernambuco
 Prof. Dr. João Paulo Roberti Junior – Universidade Federal de Santa Catarina
 Prof. Dr. Jodeylson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Profª Drª Lisbeth Infante Ruiz – Universidad de Holguín
 Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Profª Drª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande

- Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
- Profª Drª Mônica Aparecida Bortolotti – Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná
- Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
- Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
- Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
- Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
- Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
- Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
- Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro Oeste
- Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
- Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
- Profª Drª Vanesa Bárbara Fernández Bereau – Universidad de Cienfuegos
- Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
- Profª Drª Vanessa Freitag de Araújo – Universidade Estadual de Maringá
- Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia
- Universidade de Coimbra
- Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
- Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Diagramação: Thamires Camili Gayde
Correção: Jeniffer dos Santos
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Atena Editora

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
C569	<p>Ciências humanas, pensamento crítico e transformação social / Organização de Atena Editora. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2024.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-2795-7 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.95711243009</p> <p>1. Ciências humanas. 2. Pesquisa. I. Atena Editora (Organização). II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 101</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. **A presente obra segue a política de publicação em fluxo contínuo**, o que significa que novos artigos podem ser incluídos à medida que são aprovados. Dessa forma, o sumário, a quantidade de artigos e o número total de páginas deste livro poderão ser alterados conforme novos artigos forem adicionados; 2. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 3. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 4. Todos os e-book são open access, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de ecommerce, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 5. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 6. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

CAPÍTULO 1 4**EXISTENCIALISMO: FUNDAMENTOS E CONCEITOS DA EXISTÊNCIA PARA A ATUALIDADE**

Fabio Araujo Dias

Eliane Ramos Pereira

Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ

Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.957112430091>**CAPÍTULO 224****“A NOSSA CULTURA SEMPRE FOI MASSACRADA, MAS TODO MUNDO COME CARURU”: PRÁTICAS RELIGIOSAS AFRO-BRASILEIRAS E CONFLITOS EM AMARGOSA-BAHIA, DÉCADA DE 1980**

Lorena Michelle Silva dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.957112430092>**CAPÍTULO 334****PRÁTICAS MÚSICO-EDUCATIVAS DE PARTICIPANTES DOS GRUPOS MÚSICAIS DA FAZENDA ESPERANÇA, DE BAGÉ/RS**

Jeferson Sousa Brito Ramires

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.957112430093>**CAPÍTULO 460****A CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DO MEIO NATURAL NA AMAZÔNIA PARAENSE: CARACTERÍSTICAS EM METAMORFOSE**

Ana Cláudia Alves de Carvalho

João Santos Nahum

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.957112430094>**CAPÍTULO 577****PRÁTICAS DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS ÉTNICO-EMPREENDEDORAS, AS TECNOLOGIAS DIGITAIS E OS DESAFIOS À GESTÃO DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA “AFRICANIZADA”, EM TEMPOS PANDÊMICOS RECENTES NA ESCOLA TÉCNICA PROFISSIONAL CEEPAMEV, ILHÉUS BA**

Ismara Sobral Pereira

Milton Ferreira da Silva Junior

Cláudia Oliveira Reis

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.957112430095>**CAPÍTULO 682****GESTÃO DE QUALIDADE DO ENSINO APRENDIZAGEM PROFISSIONAL TECNOLÓGICO NA PERSPECTIVA ÉTNICO EMPREENDEDORA NO SUL DA BAHIA**

Milton Ferreira Da Silva Junior

Ismara Sobral Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.957112430096>

CAPÍTULO 788

O PAPEL DO PROFESSOR NO PROCESSO ENSINO E APRENDIZAGEM:
RELATO DE EXPERIÊNCIA VIVIDO NO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Jheniffer Gomes Lima

Rogéria Kécia Brito de Castro

Fabricia Pereira Teles

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.957112430097>

CAPÍTULO 895

FRACASSO ESCOLAR: DEFINIÇÕES, CAUSAS E PERSPECTIVAS

Sara Sousa Barbosa

Regiane Ávila

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.957112430098>

CAPÍTULO 9101

TRANSTORNO POR USO DE SUBSTÂNCIAS: COMPREENSÕES E ATUAÇÃO
DO PSICÓLOGO A PARTIR DA TEORIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL

Rafaela Santos Oliveira

Ana Júlia de Oliveira Neves

Cybele Moretto

Leonardo Botinhon

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.957112430099>

CAPÍTULO 10.....115

REFLEXÕES ACERCA DO O CORPUS DE ANÁLISE DO DISCURSO
MONOGÂMICO NO INSTAGRAM

Laura Colli Gon

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9571124300910>

EXISTENCIALISMO: FUNDAMENTOS E CONCEITOS DA EXISTÊNCIA PARA A ATUALIDADE

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.957112430091>

Data de aceite: 30/09/2024

Fabio Araujo Dias

Universidade Federal Fluminense, Niterói,
RJ
<https://orcid.org/0000-0002-5659-1458>

Eliane Ramos Pereira

**Universidade Federal Fluminense,
Niterói, RJ**
<https://orcid.org/0000-0002-6381-3979>
Rose Mary Costa Rosa Andrade Silva

Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ

<https://orcid.org/0000-0002-4310-8711>
Angélica Yolanda Bueno Bejarano Vale de
Medeiros
Universidade Federal Fluminense, Niterói,
RJ
<https://orcid.org/0000-0001-9061-4476>

RESUMO: O existencialismo surgiu como uma corrente filosófica centrada na experiência humana e na busca por sentido. Foi iniciado por Kierkegaard, e teve grande desenvolvimento com Heidegger e Sartre. A corrente explora o conceito de que o ser humano é responsável por sua existência, e que, para viver autenticamente, deve criar seu próprio sentido para a vida. Heidegger identificou três aspectos essenciais do ser

humano: ele age, pensa, relaciona-se e está ligado ao tempo, transcendendo seus ideais. Sartre complementa ao dizer que o homem é inicialmente um “nada”, mas se transforma em “ser-para-si” por meio da consciência. A construção da essência ocorre pelas escolhas, que também geram angústia e responsabilidade. Assim, o existencialismo coloca a liberdade humana no centro da busca por significado. O objetivo do presente estudo é apresentar as principais características dessa corrente filosófica, apresentando os mais importantes filósofos responsáveis pela representação do que se tem por existencialismo. O método adotado foi a pesquisa bibliográfica em diversas bases científicas e livros. Conclui-se que as teorias existencialistas alcançaram tamanha força que influenciou outros campos epistemológicos, como a Psicologia, sobretudo nas abordagens existenciais e humanistas, e o Direito, no qual a própria Constituição Federal brasileira introduziu aspectos existencialistas, ao defender o direito essencial que o ser humano tem de existir com sua liberdade, responsabilidade e direitos.

PALAVRAS-CHAVE: Existencialismo. Filosofia. Fenomenologia. Psicologia.

INTRODUÇÃO

O existencialismo é uma corrente filosófica que surgiu no final do século XIX, na Europa, e, logo após a Segunda Guerra Mundial, começou a ganhar notoriedade a partir do existencialismo francês. O período de seu surgimento contou com uma Europa mergulhada nas sequelas da guerra, reprimida por crises políticas, econômicas, sociais, morais, etc., e isso influenciou o desenvolvimento dessa corrente (TOSCANO, 2023).

A traumática experiência deixada pela guerra trouxe a descrença dos valores tradicionais e abalou a confiança da humanidade em si mesma. Isso acarretou a investigação filosófica sobre a existência humana, centrando-se na experiência vivida daquele que pensa, sente e age (SOUSA; BOECHAT, 2021)consequentemente rompe-se com a dualidade sujeito-objeto e sujeito-mundo. Como afirma Benedito Nunes (2002, p.14. Muito se relacionou o existencialismo com uma sensação de desespero e confusão diante de um mundo aparentemente sem sentido. Assim, os existencialistas passaram a ser acusados de pregar ideias dissolventes, ou seja, ideias em oposição às filosofias tradicionais, que corrompiam e desorganizavam o tradicionalismo (TOSCANO, 2023) .

As teorias existencialistas se divergiam do tradicionalismo burguês pregado na época, no fato de que o existencialismo dava foco à liberdade de ser, ao sentido da vida, à responsabilidade, à angústia, à finitude, à autenticidade e ao tédio (REYNOLDS, 2014). Ao tratar esses temas, dois nomes se destacaram, sendo Martin Heidegger (1889-1976), que expôs suas principais ideias acerca da existência do ser na obra *Ser e Tempo*, e Jean-Paul Sartre (1905-1980), cuja obra *O Ser e o Nada* é fundamental para entender os princípios de sua teoria existencialista. No entanto, cabe destacar que seus demais trabalhos também contam com importantes ideias existencialistas.

A relevância do presente estudo está na contemporaneidade dos temas tratados pelo existencialismo na sociedade. A liberdade, a busca pelo sentido da vida e pela existência humana ainda geram amplas discussões não apenas no campo da Filosofia. Mesmo a Constituição da República Federativa do Brasil, atualmente, coloca a liberdade como um direito fundamental (GONÇALVES, 2018). O pensamento e a reflexão sobre o ser são alvo da Psicologia e Antropologia (SCHNEIDER, 2008). São muitos os campos epistemológicos que podem contar com a influência ou a aplicação da perspectiva existencialista, e conhecer tais campos e como se relacionam com o existencialismo é essencial, sendo, também, o que se espera com esse estudo.

OBJETIVO

Esse estudo foi desenvolvido com o objetivo de trazer as principais características do existencialismo como uma corrente filosófica e apresentar os mais importantes filósofos responsáveis pela representação do que se tem por existencialismo. Para tal, buscou-se responder algumas questões, como: O que é o existencialismo? Que teorias ou correntes filosóficas influenciaram o seu surgimento? Como essa filosofia pode ser trazida aos dias atuais? Como e para quais campos epistemológicos o existencialismo contribui?

METÓDO

Como método desse estudo aplica-se a pesquisa bibliográfica, que, através da coleta de dados e informações entre as fontes teóricas selecionadas, permite tomar conhecimento ou se aprofundar no tema discutido a partir da busca, leitura e análise (PEREIRA et al., 2018).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como estratégia para responder as questões de investigação foram definidas as seguintes temáticas: (1) As correntes existencialistas; (2) Os antecedentes filosóficos: o surgimento do existencialismo; (3) Existencialismo: sentido da vida e condição humana; e (4) A visão existencialista para a atualidade.

As correntes existencialistas

O termo “existencialismo” se refere a um sistema doutrinário que conta com pensamentos que convergem ou apresentam pontos em comum em relação à existência e passou a ser usado para toda filosofia que trata da existência humana. Embora os filósofos existencialistas contem com diferenças teóricas, o foco de seus estudos nos seres humanos, nos seus sentimentos e nas suas vidas enquanto seres singulares, aproxima-os. Esse foco na existência em sua singularidade que os tornam existencialistas (TOSCANO, 2023). Considerando, porém, que, após o período socrático, os filósofos passaram a dar cada vez mais atenção à figura do ser humano, cabe ressaltar que existe uma divergência entre os filósofos do existencialismo e os demais filósofos que tratam a questão do ser, diferença percebida no fato de que os existencialistas não buscam descobrir uma verdade, um destino ou uma origem para o ser humano, mas se atentam para o sentimento, a vida cotidiana do ser humano e a singularidade que cada pessoa é (LISBOA, 2016).

Na Filosofia, podem ser encontradas ideias e teorias que tiveram parte, mesmo que pouca, como influentes ao surgimento do existencialismo. Toscano (2023) retoma ideias de filósofos que, mesmo sem intenção e sem qualquer envolvimento com as teorias existencialistas, já trabalhavam a questão de ser a filosofia a ciência do existente enquanto existe. Como colocado pelo autor, Sócrates (aproximadamente 469-399 a.C.), filósofo grego da Antiguidade, ao dizer “conhece-te a ti mesmo”, já mostrava preocupação com a análise da existência humana. Em René Descartes (1596-1650), filósofo francês da Modernidade, também se pode perceber uma passagem de cunho existencialista, quando o filósofo afirma que, após várias experiências, resolveu estudar a si próprio, dedicando-se a escolher os caminhos a seguir. Mesmo Voltaire (1694-1778), filósofo francês, também da Modernidade, já aconselhava que não fosse perdida a medida humana das coisas.

De fato, podem ser encontradas passagens de cunho existencialista em alguns filósofos de diferentes períodos filosóficos, mas a fonte de inspiração da existência humana como um problema filosófico pode ser encontrada em Martin Heidegger (1889-1976), que foi influenciado pelo alemão Friedrich Nietzsche (1844-1900) e, este, pelo dinamarquês Søren Kierkegaard (1813-1855). Kierkegaard é considerado o pai do existencialismo, pois foi o primeiro filósofo a colocar questões existencialistas de maneira explícita como foco principal do exame filosófico. Todavia, nem Kierkegaard nem Nietzsche se definiam como existencialistas, essa definição veio no século XX, ganhando, então, maior força com Heidegger, através do conceito de *Dasein*, termo usado pelo filósofo para nomear o modo de ser especificamente humano e questionar a tradição metafísica ocidental (PIMENTEL-SOUZA, 2018).

Para situar de forma cronológica o existencialismo, a Figura 1 apresenta os principais pensadores em fenomenologia e existencialismo:

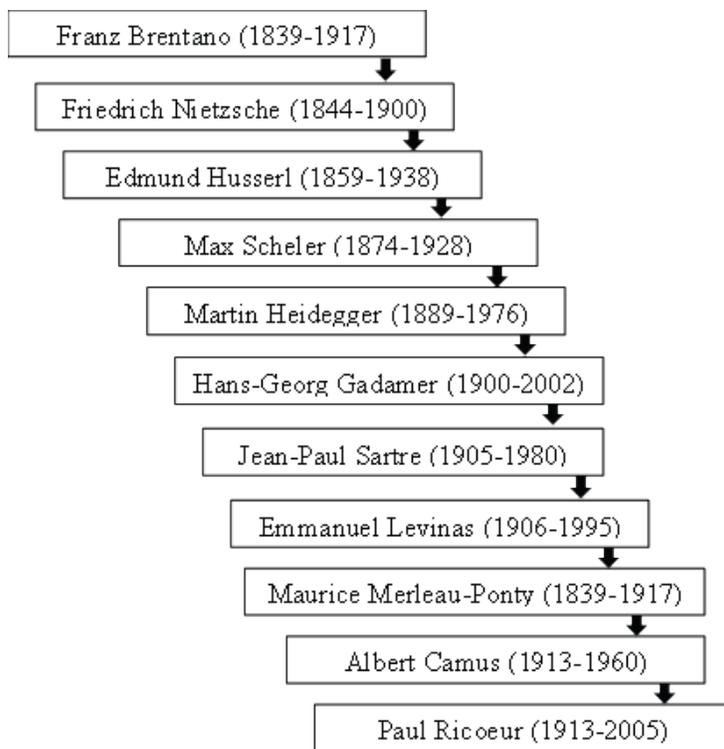


Figura 1 – Ordem cronológica de pensadores da fenomenologia e existencialismo

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

No quadro 1, há apresentação dos principais pensadores da fenomenologia e existencialismo em ordem alfabética:

PENSADOR	CONCEITOS	DESCRIÇÃO
Albert Camus (1913-1960)	Vida, consciência, sentido, absurdo	Como o ser humano tem consciência, sente que a vida tem sentido, mas sabe que o universo como um todo não tem sentido. Com isso, a vida é uma contradição. Para viver bem, o ser humano precisa superar essa contradição, aceitando a falta de sentido na existência e abraçando o absurdo. A vida será mais bem vivida se não tiver sentido por permitir a liberdade plena. O absurdo é o sentimento experienciado pelo ser humano ao reconhecer que os sentidos conferidos à vida não existem para além da própria consciência.
Edmund Husserl (1859-1938)	Ciência, experiência, epoché	A experiência em si não é ciência. A ciência aspira à certeza em relação ao mundo, mas a ciência é empírica, logo depende da experiência. A experiência é sujeita a suposições e predisposições. Então, por si, a experiência não é ciência. Nesse sentido, a fenomenologia aponta para uma investigação filosófica sobre os fenômenos da experiência. Para tanto, é necessária a “epoché”, ou seja, a suspensão dos juízos e suposições sobre os fenômenos, colocar o mundo entre parênteses, assumir uma posição de estranhamento e aproximação do mundo como que o descobrindo pela primeira vez.
Emmanuel Levinas (1906-1995)	Comunicação, linguagem, responsabilidade, intersubjetividade	A razão vive na linguagem, esta como o meio pelo qual os seres humanos se comunicam entre si antes mesmo de verbalizar algo. A comunicação, portanto, é inevitável. A presença percebida do outro comunica algo, e o lidar com essa comunicação traz implicações em termos de postura ética frente ao outro. Trata-se de uma fenomenologia da responsabilidade intersubjetiva.
Franz Brentano (1839-1917)	Intencionalidade	Precurador do movimento fenomenológico em filosofia, sendo mestre de Edmund Husserl. Para Brentano, os processos mentais são atos intencionais (não são passivos). Consciência é sempre consciência de alguma coisa, ou seja, sempre aponta para um objeto. Brentano propõe seis critérios para distinguir os fenômenos mentais dos fenômenos físicos: (1) os fenômenos mentais são o objeto exclusivo da percepção interna; (2) sempre aparecem como uma unidade; (3) são sempre intencionalmente direcionados para um objeto; (4) são representações ou fenômenos baseados em representações; (5) parecem não ter extensão espacial; (6) têm existência intencional e existência real.
Friedrich Nietzsche (1844-1900)	Humanidade, moralidade, Deus	Propõe a reavaliação de todos os valores. “Deus está morto”, ou seja, os valores considerados elevados e previamente herdados não devem ter efeito sobre o homem, pois este deve construir seus valores na existência, afirmar a vida presente, intuir o que é bom e o que lhe causa alegria. Mundo aparente e mundo real são um só (diferentemente do que Platão defende), o que leva o ser humano a reconsiderar seus valores, até mesmo o significado do que é ser humano. Nesse sentido, o homem cria a si mesmo.
Hans-Georg Gadamer (1900-2002)	Hermenêutica, compreensão	Influenciado por Heidegger, defende que a compreensão do mundo pelo ser humano se dá por meio da interpretação (hermenêutica), ocorrendo dentro de uma época histórica particular. Portanto, a compreensão é sempre a partir de uma perspectiva que se dá num ponto particular da história. Nesse sentido, não há possibilidade de interpretação numa perspectiva absolutamente objetiva, fora da história e da cultura.
Jean-Paul Sartre (1905-1980)	Existência, essência, liberdade, responsabilidade	A existência precede a essência. Portanto, não há uma natureza humana a priori, fixa, atemporal, determinante, teleológica. Se assim o fosse, não haveria liberdade existencial ao humano. Cada um elabora seu próprio propósito na existência. As escolhas humanas são possíveis pela liberdade e traz consigo responsabilidade pelas escolhas feitas. Nesse sentido, o ser humano está “condenado a ser livre”.

Martin Heidegger (1889-1976)	Dasein, temporalidade, devir, finitude	Propõe o exame do “ser” para o qual ser é um tema. Isso caracteriza o dasein (palavra alemã que significa “ser a”, para designar a existência que é tipicamente humana). A existência é definida pelo próprio ser humano na temporalidade. Portanto, o dasein não se define e está em devir no mundo em abertura de possibilidades e em finitude temporal.
Maurice Merleau-Ponty (1908-1961)	Percepção, corpo, experiência	A experiência é mental (Husserl defendia apenas este aspecto) e corporal. Mente e corpo são inseparáveis (diferentemente do que é defendido por Descartes – dualismo cartesiano). Pensamento e percepção são incorporados – consciência, mundo, corpo são partes de um único sistema. O corpo-sujeito é sempre um corpo “vivido”.
Max Scheler (1874-1928)	Amor, experiência, conhecimento	Enfatiza o amor como ponte do conhecimento mais pobre para o mais rico. O amor torna as coisas manifestas à experiência, tornando possível o conhecimento. O amor é o determinante da ética, das possibilidades e do destino de uma pessoa. Essencialmente o ser humano é um ser que ama, para além de um ser que pensa.
Paul Ricoeur (1913-2005)	Hermenêutica, discurso, linguagem, compreensão	Tudo o que é inteligível chega ao ser humano por meio do uso da linguagem que se traduz em experiência vivida. A linguagem é polissêmica, pode ter mais de um significado, mais de uma tradução, portanto, todos os usos da linguagem necessariamente requerem interpretação. O significado dos atos do discurso está sempre aberto a novas interpretações, especialmente à medida que o tempo passa e o próprio contexto em que a interpretação ocorre muda. O significado, portanto, não se esgota. A existência é histórica e temporal, e há a necessidade de interpretar para dar sentido à própria vida. A reflexão crítica e a imaginação permitem a passagem de uma compreensão inicial para uma compreensão maior. O ser humano habita o seu mundo projetado e possível pela hermenêutica e autocompreensão.

Quadro 1 – Pensadores em fenomenologia e existencialismo (ordem alfabética)

Fontes: Elaborado a partir de Buckingham (2016), Pellauer e Dauenhauer (2020), Huemer (2019).

Para compreender o existencialismo a partir da concepção de Heidegger e, também, de Sartre, grandes nomes desta corrente filosófica, cujas teorias ainda são amplamente discutidas, é essencial a obtenção de um conhecimento sobre os antecedentes filosóficos do existencialismo e o seu surgimento a partir das ideias de Kierkegaard e Nietzsche.

Cabe destacar que as correntes existencialistas são divididas principalmente entre o **existencialismo ateu** e o **existencialismo cristão**, ambos centrados na ideia de que “a existência precede a essência”. Embora compartilhem essa base, eles divergem sobre o papel do divino e da fé na experiência humana.

Antecedentes filosóficos: o surgimento do existencialismo

O surgimento do existencialismo no final do século XIX e início do século XX tem suas raízes em várias correntes filosóficas anteriores, que questionaram os sistemas de pensamento estabelecidos e abriram caminho para a reflexão sobre a liberdade individual, a subjetividade e a existência humana. O existencialismo surgiu a partir do que os filósofos chamam de “angústia existencial”, conceito muito discutido por Jean-Paul Sartre. Essa angústia se percebia na falta de respostas que impedia os seres humanos de entenderem o porquê de suas próprias existências e das coisas que acontecem ao redor, e se percebia na ausência de um sentido no mundo que sofria as consequências das guerras (PEREIRA; MELO, 2012).

Kierkegaard e o existencialismo cristão

O filósofo dinamarquês Søren Kierkegaard (1813–1855) é frequentemente considerado o “pai” do “existencialismo cristão”. Ele rejeitou a filosofia sistemática de Hegel, que tentava construir uma totalidade racional para a existência. Kierkegaard focou na subjetividade individual e na relação íntima de cada ser humano com a angústia e o desespero. Ele também introduziu o conceito de “salto de fé”, argumentando que a verdade e o sentido da vida só poderiam ser alcançados por meio de uma relação direta com Deus (EVANS, 2015). Kierkegaard deu início, então, a uma investigação sobre a existência humana.

A princípio, o Existencialismo introduziu um questionamento: como encontrar uma verdade absoluta sobre o homem? No entanto, logo se confirmou não ser possível encontrar respostas definitivas nesse sentido, e, isso, por uma simples razão: primeiro o homem existe, depois ele se faz. Em histórias ainda não escritas não se pode encontrar teorias seguras, que se coloquem como verdade absoluta (LISBOA, 2016). Kierkegaard trouxe um novo conceito de verdade, a verdade subjetiva, ao entender que é na subjetividade que está o lugar da experiência vivida de modo concreto e singular (PIMENTEL-SOUZA, 2018).

Para Kierkegaard, a subjetividade é absoluta, porém, esse seu caráter absoluto não significa que ela seja algo como uma realização lógica completa. Dizer que a subjetividade é absoluta, na verdade, é dizer que, para o homem, é *absolutamente* impossível superar a sua condição finita. Absolutamente encerrada na finitude está a experiência humana, mostrando-se como uma singularidade individual que deve ser vivida em cada caso específico. Ele também concebe a experiência subjetiva como irreduzível (SILVA, 2010). O existencialismo traz uma concepção de um “homem novo”, que é colocado como o verdadeiro responsável por se constituir, construir sua vivência, e isso pode ser feito, considerando ser o homem livre, através da escolha de inúmeras possibilidades no decorrer de sua trajetória (LISBOA, 2016).

Por ser o ser humano aquele que dá um significado a sua vida, construindo e definindo o que faz e o que é, Kierkegaard afirma que não existe um sentido a ser encontrado no mundo se não o sentido que a própria pessoa dá à sua vida. Ao afirmar a ausência de um propósito ou a falta de sentido provida pelo universo, o filósofo introduz o que ele chama de “Absurdo”. O Absurdo se refere ao conflito existente entre a tendência humana de se buscar um significado inerente à vida e a incapacidade humana de encontrar tal significado em um mundo aparentemente sem propósito. Nesse sentido, o Absurdo, na teoria de Kierkegaard, diz respeito àquilo que é “humanamente impossível”, e é um resultado da contrariedade inerente ao convívio do espírito com o mundo (PIMENTA, 2016).

Kierkegaard é um filósofo religioso, que afirma um “existencialismo cristão”, cujas raízes remontam a Santo Agostinho. Essa perspectiva se baseia em um universo fundamentalmente paradoxal, sendo o seu maior paradoxo a união transcendente de Deus e do homem na pessoa de Jesus Cristo. Para o filósofo, Deus é o Ser que supera todas as normas morais estabelecidas, bem como as estruturas sociais e normas comuns. Ele é o Ser que afirma que seguir as convenções sociais é uma escolha pessoal que os indivíduos fazem. Em sua teoria, o ser humano existe em uma das três esferas de existência (a estética, a ética e a religiosa), sendo que a maioria das pessoas vivem na esfera estética, na qual nada importa, apenas o prazer, a felicidade e a aparência (SILVA, 2010).

Apesar de ser um filósofo cujas teorias apontam para um existencialismo cristão, Kierkegaard é muito criticado por demais filósofos existencialistas, como Albert Camus, que questiona o Absurdo apresentado por Kierkegaard, e chega a dizer que o filósofo comete um suicídio filosófico de aspiração religiosa (PIMENTA, 2016).

Nietzsche e o existencialismo ateu

Por outro lado, Friedrich Nietzsche, (1844–1900) desenvolveu o que mais tarde se tornaria uma importante base para o “existencialismo ateu”. Nietzsche criticou profundamente o cristianismo e as tradições morais ocidentais, especialmente a ideia de que a vida tem um sentido preestabelecido ou que existe uma moralidade objetiva. Sua célebre declaração de que “Deus está morto” (NIETZSCHE, 1882) não apenas questionava a crença em Deus, mas também indicava a ausência de um propósito ou valor transcendental na vida humana, lançando o indivíduo na tarefa de criar seu próprio significado.

Embora dê mais atenção a um existencialismo ateu, dá seguimento ao pensamento de Kierkegaard ao propor, também, a “ausência de sentido” no mundo. Porém, sua “ausência de sentido” se dá a partir da “Morte de Deus”. Essa é uma ideia famosa de Nietzsche e, muitas vezes, mal interpretada. Quando o filósofo fala da “Morte de Deus”, ele não está simplesmente fazendo uma crítica isolada à religião cristã ou apresentando uma posição pessoal como ateu. A Morte de Deus é, para ele, sinônimo de falência da metafísica, refere-se à ausência de qualquer princípio. Para Nietzsche, os homens podem se destituir de normas, crenças, dogmas e tradições, portanto, são capazes de reger suas próprias vidas e construir sua vivência, isso é o que ele denomina por “livre-arbítrio”. Logo, o livre-arbítrio resulta na criação dos “homens novos” do existencialismo.

A liberdade é um conceito muito presente na filosofia existencialista, isso é perceptível nas ideias existencialistas de Kierkegaard e Nietzsche. Ambos defendem que os indivíduos têm total liberdade para tomar decisões racionais, mesmo que vivam em um universo absurdo, irracional, desprovido de sentido, e que devem assumir responsabilidade pessoal por suas escolhas e decisões. Assim, a felicidade, a tristeza e os demais sentimentos experimentados pelo ser humano são criados por ele próprio, e isso é possível porque há a liberdade (LISBOA, 2016).

Alguns estudiosos colocam Nietzsche, da mesma forma que colocam Kierkegaard, não como um existencialista, mas como um pré-existencialista, cujo pensamento influenciou em larga escala os existencialistas do século XX. Entre os filósofos influenciados pelo pensamento de Nietzsche estão Martin Heidegger e Jean-Paul Sartre, que se destacaram, também, na Filosofia Contemporânea com suas teorias existencialistas.

Edmund Husserl e a intencionalidade da consciência

Durante o século XIX, a filosofia ocidental começou a abandonar os sistemas metafísicos rígidos e os modelos de pensamento racionalista herdados da Era das Luzes. O romantismo e a fenomenologia foram movimentos cruciais para esse rompimento. O romantismo enfatizou a importância das emoções, da subjetividade e da natureza, contrastando com o racionalismo cartesiano. Arthur Schopenhauer (1788-1860), um dos filósofos influenciados pelo romantismo, foi crítico do otimismo de pensadores como Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) e propôs uma visão pessimista da vida, centrada no sofrimento e no desejo insaciável (YOUNG, 2018).

A fenomenologia, desenvolvida por Edmund Husserl (1859-1938) no início do século XX, foi outro antecedente direto do existencialismo. Husserl rejeitava a abstração das filosofias anteriores e propunha uma análise direta da experiência consciente. Para ele, a consciência é intencional, dado que está sempre dirigida a um objeto. Isso preparou o terreno para que filósofos como Martin Heidegger (1889-1976) e Jean-Paul Sartre (1905-1980) focassem na existência concreta, no ser humano individual e em como este experiencia o mundo.

Martin Heidegger e a Questão do Ser

Martin Heidegger (1889–1976) foi uma figura fundamental na transição para o existencialismo. Em sua obra *Ser e Tempo* (1927), Heidegger investigou a questão do ser em si, com especial atenção ao ser humano (ou *Dasein*), que é singular por ser consciente de sua própria existência. Heidegger explorou temas como a temporalidade, a mortalidade e a autenticidade, influenciando diretamente o existencialismo de Sartre. Embora não tenha se identificado diretamente como existencialista, suas ideias sobre a finitude e a busca de sentido individual foram cruciais para o desenvolvimento da corrente (DREYFUS, 1991).

O Existencialismo como Reação ao Racionalismo e ao Idealismo

O existencialismo, em grande parte, se desenvolveu como uma reação às correntes racionalistas e idealistas que dominaram a filosofia europeia no século XIX. Hegel (1770-1831) e o idealismo alemão acreditavam na possibilidade de uma razão totalizante, que poderia explicar toda a realidade. Os existencialistas, por outro lado, argumentavam que a existência humana é marcada pela irracionalidade, pelo absurdo e pela incapacidade de compreender plenamente o mundo através de sistemas de pensamento fechados.

Essa rejeição dos sistemas filosóficos que pretendiam explicar a totalidade da existência e o foco na experiência individual e na liberdade foi o impulso decisivo para o surgimento do existencialismo no século XX, especialmente na obra de Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir (1908-1986), que exploraram as implicações dessa liberdade radical e da ausência de um sentido preestabelecido (FLYNN, 2014).

Assim, o existencialismo nasceu em um momento de transição e crise na filosofia europeia, reagindo às grandes tradições racionalistas e idealistas que buscavam totalizar o conhecimento e a realidade. Inspirado por pensadores como Kierkegaard, Nietzsche e Heidegger, o existencialismo colocou a existência humana e a subjetividade no centro da investigação filosófica, destacando a liberdade, a angústia e a necessidade de criar sentido em um mundo aparentemente desprovido de valores transcendentais.

Existencialismo: sentido da vida e condição humana

Para os filósofos existencialistas, a vida humana é baseada na angústia, no absurdo e na náusea provocada com o fato de a vida não possuir um sentido para além da própria existência. Esse sentido é, então, construído por uma pessoa, em sua existência, a partir de suas escolhas, uma vez que possui liberdade incondicional. A essência humana se desenvolve a partir da vivência de cada um, através das experiências que o ser humano alcança no mundo. Dessa forma, no existencialismo, a essência humana, que é colocada por filósofos anteriores como algo com o qual a pessoa já nasce, será construída no decorrer da vida de uma pessoa através de suas escolhas, sendo esta, também, uma das ideias que separam os existencialistas dos demais filósofos (PEREIRA; MELO, 2012).

Essa corrente afirma que todas as pessoas são livres para escolher e tomar decisões. A liberdade é um conceito essencial encontrado dentro do existencialismo, além de ser muito discutida nas obras de Sartre. Ela pode ser caracterizada como a escolha que o homem faz de seu próprio ser e do mundo. No entanto, por ser uma escolha, ao ser feita, indica muitas outras escolhas divergentes que, de alguma forma, afetam a vida do ser humano (PEREIRA; MELO, 2012).

Na concepção de Sartre, quando se fala em liberdade no existencialismo, deve-se observar que ele sempre aparece acompanhado por dois outros conceitos, também muito importantes para essa corrente filosófica, que são: a angústia e o nada. Para Sartre, a liberdade é uma obrigação do ser humano. Não há determinismo, somos obrigados a ser livres. A angústia se mostra ao ser humano como um sintoma de sua condição de abandono, ao ser colocado em um mundo e desprovido de parâmetros para justificar sua conduta. E o nada diz respeito à consciência. Ele tem sua origem como um reflexo direto da condição do ser-para-si como uma realidade concreta no mundo. Nesse sentido, ao tratar um desses conceitos, se faz necessário falar dos outros dois, pois estão interligados. São esses três conceitos que definem o que filósofos chamam de condição humana, ou realidade humana, sendo aquilo que caracteriza o ser humano no mundo. A condição humana traz um ponto fundamental para o existencialismo, pois é só a partir das realizações do homem que o ser surge no mundo e constrói um sentido para a sua vida (LUSTOSA, 2019).

Heidegger apresenta amplas reflexões acerca do sentido do ser. Para ele, por estar constantemente presente na vida cotidiana do homem com o mundo, o ser é o conceito mais universal, porém também é o mais obscuro, assim, exige discussão e reflexão. Esse obscurecimento sobre a questão do ser se dá devido à forma como a questão foi colocada pela ontologia tradicional ocidental, simplesmente concebido como dado, não havendo um questionamento do ser em seu sentido (BRAGA; FARINHA, 2017). Logo, entender o sentido da vida e da existência humana, bem como a condição humana, são pontos centrais do existencialismo. E essas discussões podem ser observadas principalmente no trabalho de Heidegger e Sartre.

Heidegger: o sentido da existência humana

A obra *Ser e Tempo*, de Martin Heidegger, é um marco na investigação fenomenológica e, também, no existencialismo, por trazer uma acentuação ontológica-existencial. Trata-se, também, de uma obra que é uma das maiores influências para o surgimento da psicologia fenomenológico-existencial. Nesta, Heidegger introduz o conceito de *Dasein*, que é sempre relação com o próprio ser, cujas características são chamadas de existenciais (ROEHE; DUTRA, 2014). O filósofo viu a necessidade de tratar a questão do ser porque, para ele, era uma questão que, estudada ao longo da história da filosofia, jamais foi resolvida. Ao estudar tal questão, ele conclui que o ser não apenas não pode ser definido, como jamais se deixa determinar em seu sentido por outra coisa nem como outra coisa. O ser pode ser determinado somente a partir de seu sentido como ele mesmo, ou seja, ele é autônomo, indefinível e independente (SOUSA; BOECHAT, 2021)

Então, Heidegger denomina o modo de ser do homem como *Dasein*, que é o *ser-aí*. O *Dasein* é uma presença que engloba a pessoa no conjunto, como existente humano, presença esta privilegiada por possuir no próprio ser a possibilidade de questionar sobre o sentido do ser. Nesse sentido, o questionamento de Heidegger se dá em relação ao plano ontológico, também chamado existencial, que considera o indivíduo como ser-no-mundo. Nesse plano existem os existentes que ele chama de *Dasein*, há as coisas, denominadas como entes simplesmente dados, e há uma relação entre *Dasein* e as coisas, sendo estas significadas pelo ser-aí. Além desse plano, existe o plano ôntico, chamado “existenciário”. Este compreende o que se manifesta entre as possibilidades ontológicas do ser, referindo-se ao próprio ente do modo como se mostra enquanto fenômeno (BRAGA; FARINHA, 2017).

No existencialismo heideggeriano, a compreensão do ser ocorre a partir dele próprio por meio das possibilidades mediadas pelos feitos que compõem a cotidianidade desse ser. O ser humano é o único ente em que o modo ser traz a possibilidade de interrogar-se, já que a condição ontológica de indeterminação e a dimensão ôntica estão em seu horizonte. Dessa forma, o ser humano conta com um horizonte de possibilidades que lhe permite compreender a si próprio, lidando com o sentido das vivências presentes em seu contexto existencial. Porém, é importante compreender que o ser não está sozinho na teoria de Heidegger. Onde há o ser, há o ente. Há, portanto, um processo cooriginário ôntico-ontológico (BRAGA; FARINHA, 2017).

O ente é o ôntico que se desvela ao ser e é descrito por este. Portanto, o ente é presença na medida que se presentifica fenomenologicamente no ser. Qualquer coisa da qual se fala ou a qual se refere, é um ente. O ente diz respeito a muitas coisas e em sentidos diferentes, pode ser um ser humano, um animal, um objeto ou qualquer outra coisa. É aquilo que é, como é. Porém o ser humano é o único ente capaz de ter acesso ao ser, o único capaz de extrair o sentido do ser, por isso, é o único ser que pode construir o sentido da existência e a sua essência a partir de sua vivência. O homem é um ente que tem relação singular com seu ser. Por outro lado, o ser não é um ente, ele apenas se manifesta como ser de um ente (SOUSA; BOECHAT, 2021)

Em sua definição de *ser-aí*, ou *Dasein*, Heidegger identifica traços fundamentais aos quais denomina existenciais, que são característicos do ser. O primeiro traço existencial é o ser-no-mundo, designando o ser em relação com algo ou com alguém, assim, ele é um ser-no-mundo, também colocado como ser-em-situação. Esse ser não está, porém, preso à situação em que se encontra, por ser dinâmico pode sempre tornar-se algo novo em sua singularidade. O segundo traço existencial de ser é a existência, que permite ao homem transcender, isto é, ser fora de si, diante de si, por seus ideais, planos e possibilidades. A existência permite que o ser transcenda o que é a cada momento em sua imanência, assim o é com a essência do ser humano, construída a partir das escolhas deste em devir. O terceiro traço existencial é a temporalidade, que diz respeito àquilo que é transitório, que passa com o tempo, não sendo, porém, o tempo em si. A existência se dá em caráter temporal e finito, portanto não se pode haver separação entre existência e temporalidade. Esta une, não apenas a essência com a existência, mas une os sentidos do existir, constituindo assim a totalidade do ser. Assim, somente o ser humano é capaz de se relacionar conscientemente, agir, pensar, se construir constantemente, transcender seus ideais, projetar-se para além do que é diante do mundo. Existir é construir no presente o futuro em devir, ato pelo qual o ser humano estabelece sua essência, ainda que impermanente, e o sentido da sua existência singular (SOUSA; BOECHAT, 2021)

Sartre: a condição humana

Quando se fala em existencialismo tem-se como um dos maiores nomes dessa corrente o nome de Sartre. Embora tenha sido o dinamarquês Kierkegaard quem primeiramente apresentou uma discussão voltada essencialmente para o existir humano no plano filosófico, toda essa reflexão existencialista evidenciou-se em Sartre, influenciado pelos filósofos antecedentes do existencialismo (GONÇALVES, 2018).

O Existencialismo de Sartre, assim como o do Nietzsche, é ateu. Em sua teoria, o filósofo oferece argumentos a respeito da não existência de Deus. Daí se dá sua afirmação de que a existência precede a essência, pois, se Deus não existe, há pelo menos um ser no qual a existência precede a essência, o ser humano. Nesse sentido, o ser humano existe, surge no mundo, se descobre e, somente depois, irá se definir, definir a sua essência. Então, primeiramente, o ser humano é “nada” (REGINALDO; PEREIRA, 2015).

O “nada” sartreano é um reflexo direto da condição do ser-para-si como uma realidade concreta no mundo. Deve-se compreender, primeiramente, que o ser-para-si não é algo, já que não possui uma essência, ele é pura existência. O ser-para-si está condenado à liberdade, tendo que fazer escolhas para criar a essência que não possui. Logo, ser-para-si não é, mas existe, ao passo que o em-si é. Sua concepção diverge das concepções anteriores do nada, que o tinham como uma dualidade. Para Sartre, o nada de ser uma dualidade existente no sentido de uma essência que fundamentaria toda a estrutura do ser, para se tornar a própria estrutura que possibilita o ser-para-si. O nada não pode ser uma abstração de uma entidade metafísica completamente fora da condição humana, o nada está na própria condição humana (LUSTOSA, 2019).

A filosofia existencialista de Sartre teve influência do alemão Edmund Husserl (1859-1938), importante filósofo contemporâneo, considerado o pai da fenomenologia. Isso pode ser percebido no fato de que é a consciência a chave para a abertura do ser no mundo, que, segundo Husserl, é sempre a consciência intencional de alguma coisa. A consciência possibilita o ser-para-si. No entanto, diferente da concepção de Husserl, em que a consciência humana, ao ser capaz de fazer um movimento fora de si mesma, é a porta para o aparecimento do ser no mundo, em Sartre, a consciência em si mesma é vazia, ou seja, nada, e só pode ser alguma coisa quando é preenchida por algo (LUSTOSA, 2019).

Husserl faz uma crítica à crença de que a realidade se reduz àquilo que se percebe pelos sentidos, para ele é a consciência intelectual que pode auxiliar o ser humano a dominar a natureza e descobrir o sentido de sua existência. Assim, o filósofo apresenta o conceito de intencionalidade, cuja característica fundamental é a consciência, condição fundamental do conhecimento (TOSCANO, 2023).

Para Sartre, a consciência é a intencionalidade pura. Ela está totalmente fora do sujeito, representando a ideia do “eu-no-mundo”. Sua ideia é de que tudo pode ser redutível à consciência, e que o mundo é transcendente à consciência, já que ele pode ser suspenso e submetido a uma investigação fenomenológica. De fato, toda a reflexão inicial do pensamento de Sartre se origina de seu contato com a fenomenologia. Mesmo sua obra *O ser e o Nada*, publicada em 1943, é marcadamente caracterizada por uma ontologia fenomenológico-existencial (DIAS, 2014).

Na obra em questão, de Sartre, a consciência passa a ser associada à ideia de nada, tendo uma conotação positiva, já que o nada não é um déficit, e sim uma riqueza. Dessa forma, a consciência tem um sentido positivo. Assim, o existencialismo de Sartre se afasta do niilismo, corrente filosófica que apresenta uma visão cética radical e sobretudo pessimista em relação às interpretações da realidade, e se aproxima do humanismo, filosofia moral que coloca os humanos como os principais numa escala de importância. O homem, enquanto consciência, é um nada, porém, ele pode realizar sua humanidade, já que tem liberdade para tal, e não pode fugir de sua liberdade. Aqui, cabe destacar que, com certa diferença da teoria heideggeriana, para Sartre, o homem não pode ser entificado, já que ele é consciência, é um puro constituir-se, um puro dever, e reside aí um predicado de otimismo (DIAS, 2014).

No pensamento de Sartre, basicamente, como o ser humano é o único ente consciente no mundo, ele é responsável por quem é e, também, pelo que o resto da humanidade pode ser, considerando que suas ações não influenciam apenas a si mesmo, mas aos outros. O ser humano tem diante de si dois papéis: o de protagonista de sua própria existência e o de redentor de toda a humanidade (LUSTOSA, 2019).

A liberdade do ser humano implica, então, uma escolha, uma decisão tomada, é assim que este constrói sua essência. A liberdade, porém, envolve a angústia existencial, pois o homem vive de escolhas, e essas escolhas geram responsabilidades. Logo, as escolhas do homem sartreano provocam o sentimento de responsabilidade, o que traz angústia ao perceber que é o responsável por si e, na mesma medida, por todo o mundo (PEREIRA; MELO, 2012).

Deve ser destacado que a angústia é importante para que o ser humano aja no mundo. Ainda no ano de em 1945, em uma palestra proferida sob título “*O Existencialismo é um Humanismo*”, Sartre defendeu o existencialismo de uma série de críticas que lhe foram feitas, principalmente as críticas de que essa corrente incitaria o imobilismo em decorrência da angústia e do desespero. Isso porque todas as pessoas conhecem a angústia em determinado momento de suas vidas a partir da escolha e tomada de decisão, mas isso não os impede de agir, pelo contrário, a angústia faz surgir a condição de ação (GONÇALVES, 2018).

É importante ressaltar que, no pensamento sartreano, assim como em Nietzsche, não existe uma consciência infinita e perfeita, uma essência ou bem *a priori*, já que não há a existência de Deus. Em seu plano existencialista só existem pessoas, e esse é o motivo que causa a angústia existencial. O ser humano está desamparado porque não encontra nele próprio nem fora dele nada a que se agarrar. Todavia, quando ele se alcança, descobre-se, e descobre o mundo, o que inclui a alteridade, ele encontra a própria condição de sua existência, sua condição humana (PEREIRA; MELO, 2012).

A visão existencialista para a atualidade

Os conceitos inseridos pelo Existencialismo no final do século XIX e início do século XX tem força ainda na sociedade atual, sendo debatidos e apresentados no meio acadêmico e social. Através de Sartre, a expressão “o existencialismo é um humanismo” se destacou, em sua defesa de que a angústia, da qual se referem os existencialistas, provêm da consciência da responsabilidade que o homem adquire de si, e por esse motivo enseja a ação. Assim, rebateu críticas de que o existencialismo incitaria o imobilismo decorrente da angústia e do desespero (SARTRE, 2010).

O primeiro passo do existencialismo é colocar o ser humano na posse do que ele é, submetendo-o à responsabilidade total de sua existência. Dessa forma, o homem não é responsável apenas por si e seus atos, mas por todos os demais seres humanos. O que o homem entende em sua atitude enquanto indivíduo reflete no coletivo. Na atualidade, essa concepção existencialista pode ser estabelecida nas relações entre as pessoas no trabalho, na religião, em âmbito educacional, familiar e, até mesmo, nas relações mais íntimas, enquanto forma de comunicação e relacionamento afetivo. O homem é livre para escolher, mas seus atos afetam o coletivo (GONÇALVES, 2018).

Trazer a visão existencialista aos dias atuais é relembrar o dever do ser humano frente ao mundo, aceitar o desafio a buscar o sentido da existência, atravessar a angústia, e verter esse sentimento na responsabilidade que uma pessoa tem enquanto ser humano. A própria Constituição Federal brasileira atual possui aspectos existencialistas, ao exercer o direito essencial que o ser humano tem de existir e ter direitos. No mundo atual, os líderes têm o importante papel de assumir responsabilidade por suas vidas e seus atos na sociedade, de usar sua liberdade para construir uma essência focada na melhoria pessoal e profissional de cada um (GONÇALVES, 2018).

Conforme o movimento existencialista se destacava na sociedade do século XX, a psicologia e diversas áreas da saúde e do cuidado em saúde, também foram influenciadas por ele, e passou a dar cada vez mais atenção à existência humana e seus atos na sociedade, envolvendo, também, o humanismo e a fenomenologia (SCHNEIDER, 2008).

Algumas das áreas da saúde que podem se beneficiar desta abordagem existencialista, e podem ter como foco terapêutico as questões relacionadas ao sentido da vida, liberdade, responsabilidade individual, e enfrentamento da morte, são:

Psicologia Clínica e Psicoterapia

Psicoterapia Existencial: A psicoterapia existencial é uma abordagem psicológica que já é amplamente utilizada. Ela explora questões como o medo da morte, a busca por sentido, solidão e liberdade. Essa abordagem é eficaz para pacientes que enfrentam crises de identidade, depressão, ansiedade ou transtornos relacionados ao vazio existencial.

Ansiedade e Depressão: Pacientes que sofrem de depressão e ansiedade frequentemente têm questões existenciais, como o propósito da vida, incertezas sobre o futuro e crises de significado. A exploração dessas questões pode ajudar a redefinir objetivos e construir uma vida mais significativa.

Cuidados Paliativos

Enfrentamento da Morte: A visão existencialista é muito relevante nos cuidados paliativos, onde os pacientes e suas famílias enfrentam a proximidade da morte. Ajudar os pacientes a encontrar um sentido em sua experiência e a lidar com o fim da vida pode proporcionar conforto emocional e espiritual.

Apoio à Família: Além dos pacientes, familiares de pessoas em fase terminal muitas vezes passam por angústias existenciais. O suporte psicológico que explora essas questões pode ser crucial para que eles enfrentem a perda e a dor.

Psiquiatria

Tratamento de Transtornos Psicóticos e de Personalidade: Algumas abordagens existencialistas podem ser exploradas em contextos psiquiátricos, especialmente com pacientes que experienciam uma desconexão com a realidade ou têm dificuldades em encontrar sentido em suas vidas.

Reabilitação Psiquiátrica: Pacientes em processos de reabilitação, especialmente aqueles que perderam o contato com sua própria identidade ou comunidade, podem se beneficiar da exploração de questões existenciais.

Aconselhamento religioso

Questões de Fé e Espiritualidade: O existencialismo lida com questões profundas sobre a existência e, em algumas abordagens, pode integrar aspectos de fé e espiritualidade. Em contextos de aconselhamento pastoral ou espiritual, a busca por sentido pode ser explorada de forma terapêutica.

Crises de Fé: Pacientes que enfrentam crises espirituais ou religiosas podem ser orientados por meio da abordagem existencialista para encontrarem significado em suas experiências e em suas crenças.

Psicossomática

Influência de Questões Existenciais na Saúde Física: Muitas vezes, questões de saúde física estão ligadas ao estado emocional e mental. A visão existencialista pode ser utilizada para tratar pacientes cujas doenças psicossomáticas têm raízes em crises de significado, como dores crônicas, fadiga e outras condições com componentes psicológicos.

Saúde Mental no Ambiente de Trabalho

Burnout e Estresse: A visão existencialista pode ser aplicada para ajudar profissionais que estão passando por crises de burnout ou estresse extremo no trabalho, onde a falta de sentido ou propósito pode estar na raiz desses problemas.

Desenvolvimento Pessoal: uma abordagem baseada nos princípios do existencialismo pode ser utilizada para ajudar indivíduos a refletirem sobre sua trajetória de vida, seus objetivos, e o sentido do trabalho e das suas escolhas.

Gerontologia

Envelhecimento e Sentido da Vida: À medida que as pessoas envelhecem, questões sobre o propósito de vida e o enfrentamento da morte tornam-se mais presentes. O uso da abordagem existencialista pode ajudar idosos a lidar com a finitude e a encontrar sentido em sua fase final de vida.

Depressão em Idosos: Muitas vezes, idosos enfrentam solidão, isolamento social e questionamentos sobre o legado que deixarão. A psicoterapia existencial pode ser uma ferramenta importante para ajudá-los a encontrar novos significados em sua realidade.

Em resumo, a visão existencialista pode ser uma ferramenta terapêutica valiosa em muitas áreas da saúde, proporcionando aos pacientes um espaço para explorar as questões mais profundas da sua existência e encontrar significado em suas experiências, especialmente em contextos de crise, perda e transição.

CONCLUSÃO

A investigação acerca do existencialismo possibilitou um conhecimento inicial do que difere essa corrente das demais teorias filosóficas que têm como foco o ser humano. Os filósofos existencialistas não pretendem descobrir a origem do ser humano, questão já amplamente debatida na filosofia desde seus primórdios, mas descobrir a existência do ser humano, o sentido e a condição de tal existência. Essa busca passou a ser vista como necessária por alguns pensadores a partir de sua reflexão sobre um mundo rodeado de guerras e conflitos. Se existia um sentido para a existência do ser humano, além de todos os conflitos, era almejado conhecer esse sentido.

Foi Kierkegaard que deu início a essa investigação, e seus estudos logo influenciaram uma gama de pensadores, entre estes, o alemão Heidegger e o francês Sartre, cujas teorias foram fundamentais na filosofia contemporânea existencialista. Ambos os filósofos apresentam ideias que se assemelham e divergem em determinados pontos. Para Heidegger, existe o *Dasein*, que é o próprio ser. Para Sartre, existe o nada, que dará existência ao ser humano. Os filósofos desenvolvem suas teorias existencialistas em cima desses conceitos.

O *Dasein* existe no plano ontológico, ou plano existencial, e, nesse plano, se relacionará com os dados, ou coisas. Essa relação possibilita o ser humano como um ser-no-mundo. Ele conta com três traços existenciais, segundo Heidegger, que são: a relação do ser com algo ou alguém (isso o torna um ser-no-mundo); a existência do ser (o que permite ao homem ser fora de si, diante de si, por seus ideais, por seus planos e por suas possibilidades); e a temporalidade, que afirma a existência daquilo que é transitório. Assim, Heidegger conclui que o sentido da existência humana está nesses três traços que identificam o ser humano, ou seja, sendo o ser humano um ser que age, pensa, se relaciona com coisas e pessoas (primeiro traço), transcende seus ideais (segundo traço) e está essencialmente ligado ao tempo (terceiro traço), ele pode alcançar o sentido de sua existência.

Sartre oferece complementos a essa teoria e aplica, também, suas próprias concepções existencialistas. Para ele, antes de tudo o ser humano é um “nada”, e depois se torna um ser-para-si, que é a condição pela qual o homem tem sua realidade concreta no mundo e se torna capaz de agir, pensar, se relacionar, transcender, seguir o tempo através de sua vida e construir a sua essência. A existência precede a essência. O filósofo tem também influências fenomenológicas de Husserl e, com isso, elabora a ideia de que é a consciência que permite a passagem do nada para o ser-para-si, ou seja, a consciência permite a condição humana do ser. A consciência é a intencionalidade pura. Assim, quando o ser alcança sua condição humana, ele é obrigado a ser livre e fazer escolhas, escolhas, estas, que construirão sua essência no mundo, que geram responsabilidade para si e consequências para os outros seres humanos. Ao ter ciência dessas responsabilidades, é comum que o ser humano entre em angústia existencial, e essa angústia o impulsiona a agir cada vez mais.

A visão existencialista, com seu foco no sentido da vida, liberdade e enfrentamento da morte, pode ser amplamente aplicada como abordagem terapêutica em diversas áreas da saúde. Ela auxilia pacientes a lidar com crises de identidade, ansiedade e depressão, além de proporcionar apoio emocional e espiritual diante da morte ou grandes mudanças. Questões como o propósito da vida, a busca por significado e o vazio existencial podem ser trabalhadas em contextos de atendimento psicológico, psiquiátrico, cuidados paliativos e outras áreas ligadas ao bem-estar físico e mental.

A teoria existencialista alcançou tamanha força que influenciou outros campos epistemológicos, como a Psicologia, sobretudo nas abordagens existenciais e humanistas, e o Direito, no qual a própria Constituição Federal brasileira introduziu aspectos existencialistas, ao exercer o direito essencial que o ser humano tem de existir e ter direitos.

REFERÊNCIAS

BRAGA, T. B. M; FARINHA, M. G. Heidegger: em busca de sentido para a existência humana. **Revista da Abordagem Gestáltica**, Goiânia, v. 23, n. 1, p. 65-73, abr. 2017. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rag/v23n1/v23n1a08.pdf>>. Acesso em 19 set. 2024.

BUCKINGHAM, W. et al. **O livro da filosofia**. 2.ed. São Paulo: Globo Livros, 2016.

CROWELL, S. **Existentialism: A Very Short Introduction**. Oxford University Press, 2020.

DIAS, E. F. P. A influência de Husserl em Sartre e o avanço da proposta sartriana na fundamentação de uma fenomenologia existencial francesa. **Pensar: Revista Eletrônica da FAJE**, v. 5, n. 1, p. 79-89, 2014. Disponível em: <<https://faje.edu.br/periodicos/index.php/pensar/article/view/2779/2954>>. Acesso em 19 set. 2024.

DREYFUS, H. L. **Being-in-the-World: A Commentary on Heidegger's Being and Time, Division I**. MIT Press, 1991.

EVANS, C. S. **Kierkegaard: An Introduction**. Cambridge University Press, 2015.

FLYNN, T. **Existentialism: A Very Short Introduction**. Oxford University Press, 2014.

GONÇALVES, I. C. M. A visão existencialista para a atualidade. **Justificando: Mentis inquietas pensam Direito**, Bahia, UFBA, abr. 2018. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/noticias/a-visao-existencialista-para-a-atualidade/567520384>>. Acesso em: 20 set. 2024.

HUEMER, W. "Franz Brentano". **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Spring 2019 Edition), Edward N. Zalta (ed.), Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/spr2019/entries/brentano/>>. Acesso em 20 set. 2024.

LISBOA, C. Introdução ao Existencialismo: perspectivas literárias. **Problemata: Revista Internacional de Filosofia**, v. 7, n. 2, p. 254-267, 2016. <http://doi.org/10.7443/problemata.v7i2.28570>

LUSTOSA, M. D. S. **O conceito de liberdade no existencialismo sartreano**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Filosofia). – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2019. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/20174/1/TCC%20-%20MENARRY%20DIANGELY%20SILVA%20LUSTOSA.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2024.

NIETZSCHE, F. **The Gay Science**. Vintage Books, 1882.

PELLAUER, D.; DAUENHAUER, B. "Paul Ricoeur". **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Fall 2020 Edition), Edward N. Zalta (ed.), Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/fall2020/entries/ricoeur/>>. Acesso em 20 set. 2024.

PEREIRA, A. S. et al. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Santa Maria/RS: UFSM, NTE, 2018.

PEREIRA, E. F.; MELO, T. V. O homem e a angústia existencial em Jean-Paul Sartre. **Psicologia – Revista eletrônica**, Garça/SP, 19. ed., 2012. Disponível em: <http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/yeLXnSKdgXC1odj_2014-4-16-0-34-5.pdf>. Acesso em: 18 set. 2024.

PIMENTA, D. R. **Entre o Absurdo e a Revolta**: por uma proposta filosófica para o ensino de filosofia pensada a partir de Albert Camus. Tese (Pós-Graduação em Educação). – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2016. <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2016.967126>

PIMENTEL-SOUZA, F. **Søren Kierkegaard, Gênio foi Pai do Existencialismo**. Minas Gerais: UFMG, 2018. <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.32284.33920>

REGINALDO, T.; PEREIRA, M. E. O existencialismo em Sartre: subjetividade e sociedade do conhecimento. **Filosofia da Educação**, Campinas/SP, v. 7, n. 1, p. 109-126, fev./mai. 2015. <https://doi.org/10.20396/rfe.v7i1.1744>

REYNOLDS, J. **Existencialismo**. 2. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

ROEHE, M. V.; DUTRA, E. Dasein, o entendimento de Heidegger sobre o modo de ser humano. **Avances en Psicología Latinoamericana**, Bogotá/Colombia, v. 32, n. 1, p. 105-113, 2014. <https://doi.org/10.12804/apl32.1.2014.07>

SARTRE, J-P. **Existencialismo é um Humanismo (L'Existentialisme est un Humanisme)**. Tradução de Rita Correia Guedes. São Paulo: Educadores Todavia, 2010. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/sugestao_leitura/filosofia/texto_pdf/existencialismo.pdf>. Acesso em: 17 set. 2024.

SCHNEIDER, D. R. O Método Bibliográfico em Sartre: contribuições do Existencialismo para a Psicologia. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Santa Catarina, v. 8, n. 2, p. 289-308, 2008. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/10745>>. Acesso em 15 set. 2024.

SILVA, F. L. Kierkegaard: o indivíduo diante do absoluto. **Revista Cult**, março de 2010. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/kierkegaard-o-individuo-diante-do-absoluto/>>. Acesso em 20 set. 2024.

SOUSA, L. N.; BOECHAT, T. A concepção ontológico-existencial de mundo e as bases ontológico-existenciais da linguagem na fenomenologia hermenêutica de Martin Heidegger. **Anais do XXV Seminário de Iniciação Científica**, n. 25, 2021. <https://doi.org/10.13102/semic.vi25.8853>

SULLIVAN, C. **Existentialism and Christian Faith**. Routledge, 2019.

TOSCANO, Y. F. M. El existencialismo y su relación con la psicología. **Luxiérnaga - Revista de Estudiantes de la Licenciatura en Filosofía de la UAA**, v. 13, n. 26, 2023. Disponível em <<https://revistas.uaa.mx/index.php/luxiernaga/article/view/5346>>, acesso em 20 set. 2024.

YOUNG, J. **Schopenhauer**. Routledge, 2018.

“A NOSSA CULTURA SEMPRE FOI MASSACRADA, MAS TODO MUNDO COME CARURU”: PRÁTICAS RELIGIOSAS AFRO-BRASILEIRAS E CONFLITOS EM AMARGOSA-BAHIA, DÉCADA DE 1980

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.957122430092>

Data de aceite: 30/09/2024

Lorena Michelle Silva dos Santos

INTRODUÇÃO

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar como a religiosidade afro-brasileira, principalmente o Candomblé, vivenciada pelos sujeitos, sobretudo negros e negras, no município de Amargosa, localizado no Recôncavo Sul da Bahia, era perseguida e representada por parte da sociedade local. Nesse contexto, analisamos o sumário de culpa, instaurado na década de 80 do século XX, contra o Babalorixá Jorge, que no período tinha grande destaque na cidade, devido as suas atividades religiosas. A partir da investigação foi possível apontar iniciativas adotadas no intuito de reprimir ou até mesmo negar a presença das práticas culturais e religiosas afro-brasileiras na cidade. No entanto, os adeptos ao culto afro desenvolveram estratégias diversas com a intenção em resguardar o que seria seu referencial cultural e religioso, proporcionando uma diversidade de experiências religiosas com características próprias.

PALAVRAS-CHAVE: religiosidade afro-brasileira; candomblé; experiência; resistência.

As práticas culturais-religiosas afro-brasileiras vivenciadas e reconstruídas pelos sujeitos, sobretudo negros e negras, no município de Amargosa, localizado no Recôncavo Sul da Bahia, no período em estudo, na década de 80, territorializaram expressões e influências no meio social, marcando ritmos nas relações que eram estabelecidas no cotidiano da população. Os adeptos a essa religiosidade, a exemplo do Candomblé, exerciam seus saberes religiosos a partir do legado dos seus antepassados e das experiências compartilhadas entre os pares, relações estas que estavam pautadas nas trocas culturais e na (re) configuração das práticas sociais.

Dessa forma, a religiosidade afro-brasileira no município, a partir das primeiras evidências apontadas nas fontes, representou para muitos dos seus seguidores a possibilidade de viver o sagrado e desenvolver relações de sociabilidade, como também para alguns

adeptos, momentos de conflitos e divergências, quando tinham seus costumes religiosos afro-brasileiros, questionados, rejeitados e em alguns momentos perseguidos, por parte da população da cidade, que no intuito de reprimir, condenavam por meio da força policial e, também, da justiça os adeptos da religiosidade afro-brasileira, e por conseguinte o Candomblé.

Nesse sentido, autor Júlio Braga nos informa que:

Batidas policiais, assim como outras formas de reação da classe dominante, em face dos valores culturais afro-baianos, vão ser frequentes aos terreiros de Candomblé da Bahia [...] a repressão policial tinha propósito de atingir a comunidade religiosa negra (BRAGA: 1995, p.25)

A citação acima faz menção à repressão sofrida pelos terreiros de Candomblé na cidade de Salvador, na primeira metade do século XX. Nesse sentido, alguns aspectos desse período iriam se repetir em momentos posteriores, na cidade de Amargosa, em proporções e espaços diferentes, no entanto, vislumbravam os mesmos desejos em desqualificar os terreiros de candomblé e seus seguidores.

Nesse sentido, a repressão policial teve seu papel no município de Amargosa, no período em estudo, agindo de forma repressiva contra alguns adeptos da religiosidade afro-brasileira, tidos como propagadores de malefícios e perigosos. Sendo assim, a justiça passa a ser no Brasil, como também na cidade de Amargosa, um mecanismo de coibição dessas práticas religiosas, tidas como suspeitas, tendo como respaldo as leis.

Um importante aspecto que justifica o recorte temporal do objeto de pesquisa, definido a partir de 1980, se refere as evidências apontadas no contato com as fontes, em especial, num sumário de culpa encontrado referente a esse período na cidade de Amargosa, no qual a repressão às práticas religiosas afro-brasileiras, se dava a partir do processo de criminalização das mesmas.

Assim, o presente texto tem como objetivo analisar como a religiosidade afro-brasileira, principalmente o Candomblé, vivenciada pelos sujeitos, sobretudo negros e negras, no município de Amargosa, localizado no Recôncavo Sul da Bahia, era perseguida e representada por parte da sociedade local.

Foi possível identificar que apesar do desejo de se reproduzir uma imagem negativa, inferior, supersticiosa, devido à forte discriminação que se vinculava em torno dos estereótipos associados ao universo das práticas religiosas afro-brasileiras, não foi capaz de eliminar a forte presença dos seus iniciados e outros adeptos da vida social da sociedade de Amargosa; tanto é verdade que muitos que se diziam católicos, letrados e ricos também não deixavam de frequentar uma casa religiosa afro-brasileira.

A noção de religiosidade afro-brasileira¹, aqui pensada, nos permite conceber, numa perspectiva cultural, que, apesar da diversidade e da complexidade das práticas religiosas, os diversos sujeitos adeptos tinham uma experiência em comum que os faziam, de alguma forma, se unir em torno, por exemplo, a uma ideia de cultura afro-brasileira na cidade e, principalmente, em torno da noção de resistência contra os atos e práticas de perseguição em torno daquilo que genericamente muitos indivíduos da sociedade local chamavam de “macumba”, “feitiçaria”, “superstições”.

A noção de *experiência em comum* (THOMPSON: 1998) está sendo pensado a partir, de um lado, das experiências compartilhadas pelos adeptos da religiosidade afro-brasileira e, de outro lado, das experiências vivenciadas por pessoas e setores que eram avessas à tal religiosidade². Nesse sentido, veremos, ao longo das discussões, que havia um embate entre os costumes, leia-se cultura, vivenciados pelos adeptos da religiosidade afro-brasileira e os costumes vivenciados por aqueles, sobretudo católicos, que perseguiram às práticas religiosas afro-brasileiras.

O candomblé ao ser considerado uma religião que agregava diferentes sujeitos, independente da sua cor e condição social, concebia aqueles que participavam e vivenciavam esta religião como elementos essenciais que contribuiu para a construção de uma identidade negra, portanto de uma cultura negra. Cultura, esta que não deve ser visto como algo estático, mas sempre em construção, pois a religiosidade afro-brasileira possibilita aos indivíduos compartilharem das experiências religiosas e culturais negras com seus pares, agregando os diferentes aprendizados, para o reconhecimento de si perante a sociedade.

Ao abordar as concepções e atitudes da sociedade de Amargosa com relação ao Candomblé, se tem como ponto de partida a representação ou não que os diferentes indivíduos na época, levando em conta o contexto em que estava inserido, tinham sobre essa religiosidade. O conceito de “representação” (em si) não será utilizado ao longo dessa discussão, mas as noções que ele encerra sustentarão as descrições e análise que seguirão no decorrer do trabalho. Nesse sentido, as reflexões e formulações de Roger Chartier (1990, p.30-32), sobre o conceito de representação, denota formas idealizadas de percepção do mundo, expondo os atores sociais naquilo que imaginam ou deve ser. O conceito ainda possibilita refletir sobre diferentes visões da realidade; visões que devem ser tomadas como projeções de interesses de grupos ou indivíduos.

1. Cabe aqui explicar ao leitor que a ideia de religiosidade afro-brasileira, se caracteriza por uma noção mais abrangente de cultos e práticas sagradas próprias das culturas negras na Bahia. Aqui, por exemplo, incluem-se os saberes e práticas dos curandeiros, dos raizeiros, das benzedeiras, dos adeptos dos candomblés e umbandas, as práticas das chamadas mesa-branca. Assim cabem também os adivinhos, os médiuns e outros praticantes ligados às dimensões ancestrais das culturas africanas, que se imbricaram com as culturas indígenas e católicas, que foram territorializadas no Brasil a partir da diáspora negra.

2. Essa perspectiva de análise, ela foi, sobretudo, inspirada a partir das reflexões de (THOMPSON: 1998).

No que se refere às reações das comunidades afro-brasileiras, estas sempre usaram de formas de resistência para se proteger das incursões das camadas dominantes em deslegitimar sua cultura. O povo-de-santo se valeu das diferentes estratégias de negociação para superar as dificuldades criadas pela sociedade, que tinha a pretensão de empurrá-lo para uma posição de inferioridade social.

Graças a Olorum estamos aqui!

As práticas religiosas afro-brasileiras e seus adeptos, durante um longo período da História do Brasil, foram alvos de perseguição e repressão pela força policial, fomentadas por certos setores da sociedade, a exemplo da Igreja Católica, que discriminavam e combatiam as crenças e práticas religiosas oriundas da África e reconstruídas no Brasil pelos africanos. No entanto, essa religiosidade, por muitas vezes, por não compartilhar dos mesmos ideais religiosos de matriz cristã, assim como de outros costumes “ocidentais”, foi fortemente recriminada.

O autor João Reis, em seu livro *Domingo Sodré*, sinaliza que em tempos passados, ao longo da primeira metade do século XIX, na cidade de Salvador os batuques africanos eram proibidos porque muitas autoridades acreditavam que serviam de antessala para revolta negra. Entretanto, na segunda metade do século XIX, para além do medo das revoltas, outros motivos ganharam espaços para repressão. O candomblé era apontado como ambiente de bebedeira, onde se promoviam comportamentos indecorosos e era obstáculo ao processo civilizatório. (REIS: 2008, p.54) Nesse sentido, alguns aspectos desse período iriam se repetir em momentos posteriores, em espaços diferentes, mas com proporções que vislumbravam os mesmos desejos em desqualificar os terreiros de candomblé e seus seguidores.

A repressão aos terreiros de Candomblé extrapolou os limites da cidade de Salvador e alcançou outras regiões, do interior da Bahia, em diferentes proporções é claro, mas com efeitos notáveis. Inseridos em outro contexto histórico, o município de Amargosa, vivenciou a repressão contra os agentes religiosos afro-brasileiros e seus ambientes sagrados.

Nesse sentido, no dia 6 de outubro de 1982, fora instaurado um sumário de culpa contra Jorge Alves, mais conhecido como Pai Jorge, um dos importantes líderes religiosos da sua época. No seu terreiro, para além das obrigações que eram desenvolvidas de forma interna, as festas que eram abertas ao público tinham a participação dos seus filhos-de-santo, como também de pessoas convidadas de vários lugares, com isso Jorge passou a ser conhecido na cidade por suas atividades religiosas, como também da eficácia das mesmas, conquistando fiéis.

A festa do mês de Setembro, em homenagem aos Ibéjis, orixás meninos, ao ser realizada com o oferecimento de comidas e bebidas, sendo embalada pelo toque dos atabaques, os cânticos e danças daqueles presentes na festa, com bastante alegria e satisfação, foram alguns dos motivos utilizados por um dos moradores para ir até ao Juiz, portando de um abaixo assinado no intuito de denunciar o terreiro de Jorge e evidenciar o desejo dos moradores para que o terreiro fosse fechado ou impedido de continuar desenvolvendo suas festas sob a justificativa de estar perturbando o sossego da vizinhança, que não conseguiam dormir, com os toques dos “tambores” e foguetes que eram tocadas no momento da festa. O que constitui dentro dos vigores da lei, como infração prevista no art.42 da Lei das Contravenções Penais.³

É possível visualizar os diferentes conflitos que o povo-de-santo vivenciava com relação aos outros grupos sociais, a exemplo dos vizinhos. Esse caso se mostra elucidativo, para pensar como não só a elite local tinha um posicionamento discriminatório acerca das práticas religiosas afro-brasileiras, mas poderia haver também pessoas da mesma condição social de Jorge Assim, podemos perceber que o Candomblé vivia sempre pressionado por denúncias de gente grande e pequena.

A postura tomada pelo denunciante, leva a refletir como as autoridades policiais e judiciais eram um dos meios de propagação e reconfiguração de uma visão negativa acerca dos adeptos do Candomblé e seus espaços religiosos, sendo através dos delegados, policiais e juizes que parte da população se apoiava para reprimir, já que tais autoridades tinham o poder em definir quem eram os infratores da lei, vistos como perigosos e moralmente degradantes.

Parte da sociedade buscava impedir a continuidade das atividades do terreiro de Jorge, utilizando dos discursos baseados em valores cristãos muito em voga, no qual esses espaços eram representados como destoante dos ideais de moralização, e bons costumes e dos valores religiosos cristãos que se deveriam seguir. Atribuídos aos espaços sagrados afro-brasileiros a noção de ambientes de intensa zoadia e de pessoas com índole duvidosa. As ações discriminatórias sobre a religiosidade afro-brasileira, buscavam incriminar, pois a presença das manifestações cultural-religiosas negras incomodava parte da elite local, como também as autoridades policiais, além de quebrar a hegemonia do catolicismo na cidade. Podemos inferir que o incomodo do vizinho que fez a denúncia, perpassava pela imaginação e curiosidade acerca do que acontecia naquele ambiente, que atraia tantas pessoas de diferentes segmentos sociais.

Uma das testemunhas inquiridas foi o senhor João Macedo, brasileiro, residente na cidade de Amargosa. Na sua narrativa é possível perceber, como se deu a denúncia contra o terreiro de Candomblé de Jorge. Segundo a fala da testemunha, a mesma “não teve seu sossego prejudicado pelos sons emitidos da casa do acusado, quem desejava

3. Documento arquivado no Fórum Desembargador Sálvio Martins. Secretária dos feitos criminais. Sumário de Culpa, maio nº. 70, ano 1982.

tirar era o falecido Martins, quem veio pedir providência ao Juiz. O senhor Martins lhe pediu assinatura do depoente, alegando que precisava tirar o acusado da Rua, por ser feiticeiro. Que entre sua casa e do acusado só havia quatro casas todas unidas e estreitas⁴. Nesse sentido, Homi Bhabha nos situa que o estereótipo é uma falsa representação de uma dada realidade; é uma forma presa, fixa, de representação que, ao negar o jogo da diferença, constitui um problema para a representação do sujeito. (BHABHA: 1998, p.117)

Na fala da testemunha é possível identificar o desejo do senhor Martins em retirar o terreiro de pai Jorge da rua, no entanto, ele utilizou de uma estratégia que poderia convencer de forma mais eficaz a Justiça acerca da perturbação que as festas no terreiro de Jorge estavam causando, através de um baixo assinado, que demonstraria a insatisfação de todos com relação à presença de pai Jorge e seu ambiente religioso. Nessa perspectiva, os negros adeptos da cultura-religiosa afro-brasileira, na cidade de Amargosa, diante das tentativas de perseguição devido às duras atitudes discriminatórias, tinham que desenvolver estratégias para viver em um ambiente que se mostrava hostil, nesse sentido, desenvolviam mecanismo de resistência, outros transgrediam de forma mais explícita aos padrões estabelecidos.

Outro fato que chama atenção com relação atitude do senhor Martins, que ele auxiliou na propagação de uma memória negativa sobre os cultos aos orixás e seus adeptos, a partir do momento que teve a iniciativa de buscar meios para excluir pai Jorge do meio social, Podemos inferir que o senhor Martins utilizou variados argumentos para convencer os sujeitos a assinarem, trazendo a tona o olhar discriminatório em meio aos moradores da rua. Podemos perceber que havia um desejo em modificar os costumes religiosos do povo-de-santo, já que nas festas religiosas afro-brasileiras, a exemplo do Candomblé, os toques dos atabaques, são necessários para dar início as atividades em homenagem alguma divindade, pois este instrumento é considerado o meio de comunicação entre os humanos e os orixás como também anunciam que a casa estava em festa. Por isso era difícil abrir mão do elemento tão sagrado.

O Pai Jorge era classificado pelo denunciante como “feiticeiro” representação pejorativa, utilizada como forma de levantar suspeita sobre aquele sujeito, podemos perceber que a utilização da representação e dos discursos eram utilizadas como meio para incentivar a perseguição, como também o isolamento social. “A campanha de repressão tentava esquadrihar os candomblés, mães e pais-de-santo, não apenas no sítio urbano e arredores, mas, sim, em todo o termo da cidade e adjacências” (SANTOS: 2009, p.82)

4. Documento arquivado no Fórum Desembargador Sálvio Martins. Secretária dos feitos criminais. Sumário de Culpa, maço nº. 70, ano 1982.

“A nossa cultura sempre foi massacrada, mas todo mundo come caruru”

No documento, denominado de “sumário de culpa” não constava o depoimento do acusado Pai Jorge, o que inviabilizaria analisar uma outra versão da história. Optou-se, então, pela viés da oralidade, como forma do Babalorixá Jorge, contar sobre a situação de perseguição que viveu e mais do que isso, sua versão da história. Assim, Pai Jorge, disse:

Eu já fui muito perseguido com baixo assinado de mais de duzentas assinaturas, para fechar meu Candomblé, mas nunca conseguiram, alguns integrantes da autoridade policial, tiveram a ousadia de perguntar que horas ia terminar meu culto, eu disse que ia tocar até quando tivesse orixás no culto. Na época, do doutor Juarez Juiz de direito da Comarca de Amargosa até tentou, mas minha religião continuou de pé, eu não pedir para ter orixá, mas vou cultuar eles até o dia que as divindades permitirem... O candomblé sempre foi visto como uma religião ruim, para aqueles que desconhecem sua essência, discriminam por ser uma religião de negro e ter vindo da África, quem primeiro perseguiu o candomblé foi à igreja católica, pois naquele tempo ela era o poder. Mas, hoje graças a Olorum temos direito de seguir nossa religião, antigamente quem era eu? Para poder usar contas no pescoço e subir a praça, todo de branco. Ave Maria! A nossa religião, a nossa cultura sempre foi massacrada, mas todo mundo come caruru, acarajé, abará, cocada, não deveriam comer já que são comidas de negro. Mas como tudo que não se conhece se discrimina ou se tenta marginalizar.⁵

O depoimento de Jorge nos permite fazer um cruzamento com as informações contidas no processo que foi movido contra ele da década de 80. Sua fala é elucidativa para pensar, como ao ser acusado, com muita sabedoria nos narra os motivos que a sua religiosidade era discriminada, e perseguida por parte da sociedade local, que desejava impor regras que deveriam ser seguidas pelos cultos. O depoente nos informou como integrantes do Candomblé, eram vítimas de preconceitos, devido às representações mal fundamentadas daqueles que desconhecem esse universo religioso. Assim, as atitudes e discursos discriminatórios perpassavam pelo fator racial que logo era associado ao vínculo religioso. Segundo Prandi, “o preconceito racial que considerava o negro inferior ao branco, desdobrou-se em preconceito contra a religião”. (PRANDI: 2011, p.19) Tomando Prandi como referência, podemos inferir que muitos dos sujeitos negros e de experiência religiosa afro-brasileira, na cidade de Amargosa, sofriam duplamente com os discursos e ações discriminatórias.

Mas, ao dizer “Graças a Olorum temos direito” é algo significativo em meio às ações de perseguição sofrida, demonstra que eles continuavam firmes com seus valores religiosos que eram desenvolvidos no terreiro, mas ultrapassavam as barreiras e adentrava a sociedade.

5. Depoimento concedido a autora Lorena Santos, por Jorge Alves (babalorixá), em 17 de Fevereiro de 2010, no município de Amargosa.

Como podemos identificar no depoimento do Pai Jorge e no sumário de culpa que foi instaurado contra ele, foi visto que o não compartilhamento dos mesmos valores culturais e religiosos causou a rejeição contra o Babalorixá por parte da sociedade vigente, no período. O que nos leva a pensar nos esforços e estratégias do povo de santo em se estabelecer e ter seus direitos religiosos reconhecidos.

O Babalorixá Jorge, ainda em seu depoimento, aponta para o fato de sua consciência histórica enquanto líder religioso de uma religião distinta do cristianismo. Segundo ele, sua religião representava o povo negro que veio da África e, portanto, a concepção de mundo de sua religião podia representar uma espécie de antítese do mundo cristão, principalmente, católico. O Babalorixá Jorge, também, sinaliza para o fato de que, embora muitos tenham visto o Candomblé como algo ruim, até mesmo diabólico, muita gente não deixava de usufruir do axé e dos encantamentos das práticas religiosas afro-brasileiras.

Nesse sentido, o autor João José Reis sinaliza que poucas instituições negras desenvolveram e aperfeiçoaram como o Candomblé a sabedoria da negociação. (REIS: 1999, p.9) Podemos compreender que as estratégias de negociação permitiam à religiosidade afro-brasileira, através dos seus adeptos, frequentadores, desenvolverem resistências em defesa dos seus valores religiosos.

Essa dimensão foi relacionada ao fato de que apesar de muitos discriminarem o Candomblé, e mais do que isso, discriminarem as práticas culturais negras, não deixavam, por exemplo, de experimentar as diversas iguarias típicas da cultura negra e que também se fazia presente nas festas e atos litúrgicos do Candomblé, a exemplo de cocadas, caruru, vatapá, entre outras iguarias.

Retomando ao processo, a segunda testemunha de nome Eustáquio Pinho de Matos, brasileiro, maior, ferreiro, com 58 anos,

[...] dissera que ouviu dizer que o acusado saiu da casa em que morava. Que o nome do depoente está figurado neste processo, porque um dia, chegando em casa para almoçar, encontrou um velhinho, o senhor Martins, pedindo para dar o nome a fim de botar um indivíduo para fora da rua. Pensava o declarante que era algum mau elemento. Depois soube que era para desalojar o Babalorixá da rua.⁶

A fala do depoente nos leva a inferir que o mesmo não sabia realmente do que se tratava, embora dificilmente uma pessoa fornecesse seu nome para outro sem saber o que iria fazer, e preferiu evitar muito envolvimento com o assunto, já que, segundo ele, o acusado não se enquadrava dentro da classificação de mau elemento. Podemos identificar, a partir da sua fala, que as representações e os discursos acerca da religiosidade afro-brasileira e seus adeptos variavam entre os sujeitos, pautados nas suas vivências e experiências sociais.

6. Documento Arquivado no Fórum Desembargador Sálvio Martins. Secretaria dos feitos criminais. Sumário de Culpa, maço nº. 70, ano 1982.

Nesse sentido, o caso não foi à frente e a Juíza determinou que o Ministério Público arquivasse o processo contravencional promovido contra o Babalorixá Jorge Alves. O evento ocorreu dia 2 e 3 de outubro de 1982, tendo, portanto, decorrido o lapso prescricional de dois anos para os chamados crimes de contravenções penais. “Pelo exposto, requereu a decretação da extinção da punibilidade, graças à prescrição, com base no artigo 108, IV do código processual penal.”⁷ Apesar de ter sido arquivado o processo contra o Babalorixá Jorge, foi, no mínimo, constrangedor, ao ter seu nome veiculado publicamente, associando seu terreiro de Candomblé à algo negativo, inferior, supersticioso

O Babalorixá Jorge teve que contar com a força de Olorum, para salvar suas práticas, sua fé e todo o seu saber para continuar vivo e dar assistência a todos aqueles e aquelas que lhes procuravam; inclusive, como o próprio disse que muita gente, mesmo aquele que se diz rejeitar ou perseguir a religiosidade do Candomblé não deixava de o procurar para que males do corpo, do espírito ou males financeiros ou amorosos fossem resolvidos com o axé de sua casa. Nessa perspectiva, a partir das experiências dos sujeitos, foi possível percorrer a dinâmica das representações e discursos que circundava em torno da religiosidade afro-brasileira na cidade de Amargosa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões traçadas nesse artigo possibilitaram conhecer melhor o universo religioso e cultural afro-brasileiro de homens e mulheres da cidade de Amargosa que davam continuidade aos seus saberes religiosos, em meio a uma sociedade que se mostrava hostil a sua religiosidade. Entretanto, a busca da consolidação e afirmação da herança cultural negro-brasileira, foi possível devido as diferentes estratégias que se revelaram capazes em resguardar o que seria seu referencial social/religioso.

A partir dos caminhos apontados pelas fontes, foi possível analisar o fato de que muitas ações contrárias aos adeptos dos cultos afros e seus espaços eram devidas ao prestígio dos diferentes agentes religiosos afro-brasileiros, não só entre a população pobre e negra, mas também outros grupos sociais que buscavam auxílios ou conselhos de pais e mães de santo que, cheios de sabedoria e humildade, estavam lá nos seus espaços sagrados sempre dispostos a ajudar. Para o contexto da cidade, foi possível perceber que a ideia de prestígio e poder eram alguns dos fatores que geravam a perseguição e a exclusão, pois os adeptos vivenciavam sua religiosidade com firmeza e orgulho em possuir uma identidade religiosa afro-brasileira.

Dessa forma, a religiosidade afro-brasileira no município representou para muitos dos seus seguidores a possibilidade de viver o sagrado e desenvolver relações de sociabilidade nos momentos de festas, mas também, nos momentos de divergências, pois sendo uma prática cultural que agregava todos aqueles que compartilhavam dessas experiências religiosas, possibilitava aos indivíduos se reconhecerem detentores de uma religião e identidade afro-brasileira.

7. Cf Documento Sumário de Culpa, Arquivado no Fórum Desembargador Sálvio Martins. Secretaria dos feitos criminais. Sumário de Culpa, maço nº. 70, ano 1982.

Nesse sentido, foi possível compreender os aspectos do universo religioso e cultural afro-brasileiro de homens e mulheres da cidade de Amargosa que deram continuidade e ressignificaram seus saberes religiosos no território em estudo, e adentrar no mundo de suas experiências cotidianas e religiosas, conflitos e resistências vivenciadas por esses líderes religiosos afro-brasileiro.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Júlio. Na gamela do feitiço: repressão e resistência nos candomblés da Bahia. Salvador: Edufba, 1995.

BHABHA, Homi. **O lugar da Cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Rio de Janeiro, DIFEL, Bertrand, 1990

PRANDI, Reginaldo. **Sincretismo afro-brasileiro, politeísmo e questões afins**. Porto Alegre. 2011

REIS, João José. **Domingo Sodré um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999

SANTOS, Edmar Ferreira. **O Poder dos Candomblés: perseguição e resistência no Recôncavo da Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2009.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

PRÁTICAS MÚSICO-EDUCATIVAS DE PARTICIPANTES DOS GRUPOS MUSICAIS DA FAZENDA ESPERANÇA, DE BAGÉ/RS

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.957112430093>

Data de aceite: 02/10/2024

Jeferson Sousa Brito Ramires

RESUMO: Este trabalho objetivou compreender as práticas músico-educativas de participantes dos grupos musicais do centro terapêutico para a dependência química *Fazenda Esperança*, de Bagé/RS. Os objetivos específicos foram: 1) revelar os motivos para a criação de grupos musicais na *Fazenda Esperança*; 2) conhecer como os internos escolhem os grupos musicais dos quais participam; 3) investigar as formas de ensino e aprendizagem musicais que ocorrem nos grupos; 4) analisar os impactos do envolvimento com as práticas musicais na trajetória de recuperação dos residentes. A pesquisa, de abordagem qualitativa e com perspectiva teórica desde a Sociologia da Educação Musical (SOUZA 2000; 2004), utilizou como instrumento de coleta de dados a entrevista semi-estruturada com seis participantes daquele centro terapêutico. Resultados mostraram que alguns participantes dos grupos musicais, trazendo conhecimentos anteriores em determinado instrumento musical, ensinam outros residentes e cada integrante é também incentivado a explorar

outros instrumentos musicais disponíveis no centro de tratamento. As práticas musicais são fomentadas naquele contexto como forma de motivação para a recuperação da drogadição. O fazer musical, perpassado pelas questões religiosas – já que se trata de uma instituição com orientação evangélica –, proporciona uma nova forma de os residentes se apresentarem ao mundo. Por meio da música, conseguem suporte para manter-se em tratamento contra a dependência química e buscar a ressocialização. Também destaco a importante função da música para esses sujeitos no que diz respeito aos afetos e novos laços de amizade que são constituídos através da música.

PALAVRAS CHAVE: Dependência química e música. Práticas músico-educativas em centros terapêuticos. Música e drogadição.

MUSIC-EDUCATIONAL PRACTICES OF PARTICIPANTS OF MUSICAL GROUPS AT FAZENDA ESPERANÇA, BAGÉ/RS

ABSTRACT: This work aimed to understand the music-educational practices of participants from the musical groups of the therapeutic center for drug addiction *Fazenda Esperança*, in Bagé / RS. The specific objectives were: 1) to reveal the reasons for the creation of musical groups at *Fazenda Esperança*; 2) to know how residents choose the musical groups in which they participate; 3) to investigate the forms of musical teaching and learning that occur in groups; 4) to analyze the impacts of involvement with musical practices on the recovery path of residents. The research, with qualitative approach and theoretical perspective since the Sociology of Musical Education (SOUZA 2000; 2004), used as data collection instrument the semi-structured interview with six participants of *Fazenda Esperança* therapeutic center. Results have shown that some music group participants, bringing previous knowledge of a particular musical instrument, teach other residents and each member is also encouraged to explore other musical instruments available at the treatment center. The musical practices are fostered in that context as a motivation for the recovery from drug addiction. Making music, permeated by religious issues - as *Fazenda Esperança* is an evangelical oriented institution - provides a new way for residents to introduce themselves to the world. Through music, they get support to stay in treatment against drug addiction and to seek resocialization. I also highlight the important role of music for these subjects with regard to the affections and new bonds of friendship that are constituted through music.

KEYWORDS: Chemical dependence and music. Music-educational practices in therapeutic centers. Music and drug addiction.

INTRODUÇÃO

Desde a infância sempre fui apaixonado por música. Meu pai, percebendo meu interesse, presenteou-me com um violão. Durante a adolescência, as curiosidades em relação aos conteúdos musicais se fizeram muito presentes e fui matriculado em uma aula daquele instrumento musical. Logo em seguida, comecei a trabalhar com música, tocando em algumas bandas da minha cidade. Nesta época eu tinha treze anos e segui, durante boa parte da adolescência, com essas práticas musicais.

Em 2008, com a morte de meu pai, fiquei abalado psicologicamente e acabei deixando a música, tendo, logo em seguida, passado a consumir drogas. Em um curto período de tempo já estava dominado pelo vício, o que, por consequência, me fez abandonar a família. Passei alguns anos na luta contra a dependência química e, quando percebi que teria um triste fim, busquei naqueles que havia abandonado e na música forças para recomeçar. No momento em que decidi mudar de vida, procurei duas pessoas de imediato: minha esposa e meu professor de saxofone, e, aos poucos, consegui trocar o tempo com as drogas pelo tempo com a família e a música. Assim, no meu caso, não foram necessárias a internação ou a medicação, mas, sei que, para a maioria dos dependentes, o tratamento clínico é fundamental.

Acredito que a música seja de enorme importância no tratamento. No meu caso, era um relaxante e ajudava a amenizar a ansiedade e a vontade de usar drogas. Depois de ter vivido tempos difíceis na luta contra a dependência química, refleti sobre a importância da música para que eu chegasse até aqui. Assim, para mim, este trabalho é uma forma de devolver a ela os benefícios que tem me proporcionado.

Atualmente, muitos indivíduos lutam contra a dependência química em centros terapêuticos emergem por todo país. O estudo deste tema para a área da saúde não é novidade, entretanto, na educação musical, esta relação entre a dependência química e a música como forma de terapia ainda é nova. Sendo assim, se abrem estes contextos à área da educação musical também com o desafio de se compreender melhor a relação entre drogadição e práticas músico-educativas, já que centros terapêuticos são espaços onde a prática musical pode estar presente, levando-nos a pensar estes ambientes como campo de trabalho também para educadores musicais.

Ainda hoje tenho amigos lutando contra a dependência química e muitos deles são residentes em um centro terapêutico denominado “Fazenda Esperança”, na cidade de Bagé/RS. Essa instituição tem como objetivo o tratamento, a recuperação e a reintegração do dependente químico à sociedade, bem como o apoio psicológico, social e espiritual para suas famílias. Foi fundada em 2012, pelo pastor Franco Fabian, ex-dependente químico, e oferta a seus residentes diferentes atividades, entre elas práticas musicais em dois grupos: *Athos Rap* e *Banda Athos*. A Fazenda Esperança será apresentada mais adiante, no capítulo três deste trabalho.

A pesquisa realizada teve como objetivo principal compreender as práticas músico-educativas de participantes dos grupos musicais do centro terapêutico citado. Seus objetivos específicos foram: 1) revelar os motivos para a criação de práticas musicais na Fazenda Esperança; 2) conhecer como os internos escolhem os grupos musicais dos quais participam; 3) investigar de que forma ocorrem as interações musicais nos grupos; 4) analisar os impactos do envolvimento com as práticas musicais na trajetória de recuperação da dependência química dos participantes da pesquisa.

Esta monografia está dividida em sete capítulos. Após este capítulo introdutório, segue-se a revisão de literatura, onde trago trabalhos da educação musical e de outras áreas que tangenciam a temática música e drogadição. No capítulo três trato de apresentar o referencial teórico-metodológico utilizado para a pesquisa, expondo os caminhos trilhados para o alcance dos objetivos. O contexto pesquisado - a Fazenda Esperança -, bem como os participantes da investigação são apresentados no capítulo quatro. No quinto capítulo examino as práticas músico-educativas da instituição e, no capítulo seis, seu impacto no tratamento dos residentes. Finalizo a monografia com as considerações finais, no capítulo sete.

REVISÃO DE LITERATURA

Antes de começar uma pesquisa, é fundamental examinar o que já foi produzido, buscando estudos que dialoguem com a temática escolhida, procurando conhecer o que já foi investigado acerca do tema.

Para a revisão de literatura pesquisei nos Anais da Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM), mais precisamente nos encontros regionais Sul, Nordeste, Norte e Centro-Oeste dos últimos quatro anos. Durante minha busca por trabalhos acadêmicos próximos ao meu tema de pesquisa, não encontrei estudo que abordasse sobre práticas músico-educativas e drogadição, porém me deparei com pesquisas da área da educação musical em projetos sociais e investigações com abordagens musicoterapêuticas sobre drogadição e música, além de estudos que revelam dados sobre centros terapêuticos e religiosidade.

A educação musical - assim como outras áreas de conhecimento tais como a psicologia comunitária, a antropologia e a saúde coletiva - têm procurado debater a respeito da inserção da música em projetos sociais (SOUZA, 2014). Isso tem se materializado na extensa produção bibliográfica sobre a temática, revelando que não é uma preocupação apenas das artes fazer uma reflexão sobre o papel da música na formação de sujeitos e na promoção da inclusão social. O interesse de diferentes campos do conhecimento acerca da implementação de atividades musicais em projetos sociais nos indica o quanto é intensa a presença da música nestes espaços. Criar elos com essas diferentes áreas poderá ajudar a compreender o seu papel nesses espaços.

Discutir a respeito da importância de vários aspectos centrais dos projetos sociais, sobretudo para a área da educação musical, foi o objetivo do estudo de Nascimento (2014). Inicialmente, o autor apresenta os sentidos atribuídos com mais frequência ao termo “projeto social” pela literatura especializada no tema, acentuando-se a “vinculação desta categoria com as transformações sociais por um mundo mais justo e mais humano” (NASCIMENTO, 2014, p. 51). O autor buscou compreender de que maneira a prática musical nos projetos sociais tem se constituído em experiências educativas que possibilitem a transformação social dos indivíduos participantes e em que medida o trabalho com música desenvolvido nessas instituições tem contribuído para a integração social e a formação da identidade dos envolvidos.

Um projeto de extensão do Curso de Licenciatura em Música do Centro Universitário Metodista, do IPA, constituiu dois grupos, um vocal e outro instrumental, na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, em Porto Alegre/RS. Teve como objetivo, para as detentas, “contribuir para a redução de danos causados pela pena de prisão através do fortalecimento de sua auto-estima, além de oferecer à comunidade do presídio uma alternativa de formação musical fundamentada na experiência acadêmica” (TEIXEIRA; FERNANDES, 2009, p. 329). A tentativa de reduzir os traumas vividos por pessoas que sofrem por serem excluídos da sociedade, mesmo que por motivos distintos, é o que aproxima o trabalho dos autores da minha temática de pesquisa.

Weichselbaum e Nunes (2016) buscaram compreender como a educação musical, oportunizada em projetos sociais, contribuiu com ações, melhorias e novas perspectivas para a vida de jovens com formação oriunda destes espaços. Analisaram relatos de egressos de projetos sociais que estudam música nesses contextos, considerando a visão dos próprios participantes. O aprendizado de música nesses espaços, assim como a tentativa de compreender os benefícios que a música proporciona a estas pessoas são assuntos muito pertinentes à minha pesquisa. Tratando-se de pessoas em situação de vulnerabilidade social, é importante que possamos entender como acontece o processo de ensino e aprendizagem de música nestes espaços e qual sua importância para esses indivíduos. Também Roggenkamp (2012) se interessou em conhecer como as práticas musicais penetram no espaço institucional da “Casa da Menina”, local de acolhimento de jovens mulheres em situação de risco pessoal e social.

Andrade e Dias (2014) discutiram o papel do educador musical nos projetos sociais, bem como dialogaram com alguns teóricos sobre o perfil do professor atuante nesse contexto, envolvendo a temática educação, periferias e sociedade contemporânea. Tão importante quanto investigar a posição de quem aprende é conhecer o perfil do professor de música nestas instituições. A sociedade vive em uma constante mudança onde novos desafios emergem a cada momento. Assim, o educador musical, nestes espaços de inclusão social, precisa também ser flexível e saber se adaptar ao contexto.

Fialho (2014) abordou a formação do professor de música no âmbito de um projeto social e aspectos de sua prática pedagógico-musical. Já, Fuente (2016), estudou a concepção de educação musical, instrução, formação musical e musicoterapia. Segundo a autora, dentro das artes a música é, talvez, aquela que vincula que pode trabalhar as emoções e é algo “misteriosa”, pois ajuda a sentir-se em companhia a quem está em solidão, ou a não se sentir frágil a quem assim se sente. Enfim, assume a característica de ser uma ferramenta para a intervenção social.

Ellwand (2018) realizaram dois estudos de caso em que a música é a principal ferramenta de auxílio para a recuperação de dependentes químicos. O primeiro deles chama-se *New Note Orchestra*, localizada em Brighton, Reino Unido, e tem dois objetivos principais: Ajudar as pessoas em recuperação da dependência de drogas e álcool a permanecerem sóbrias, reunindo-se regularmente para compor e tocar música e reduzir os estigmas sobre o alcoolismo e o vício, realizando apresentações públicas. Já, o segundo estudo, chama-se *Rising Voice*, está sediado em Bristol - também na Inglaterra - e se trata de um grupo de dependentes químicos em fase de recuperação, que se reúne para cantar, cujos integrantes enfrentam problemas com o uso de drogas ou álcool.

Utilizar a música como ferramenta de auxílio na reabilitação de pessoas que fazem uso abusivo de substâncias psicoativas configura-se como “uma incógnita epistemológica” para o campo da musicoterapia, segundo Rosa (2013). A autora discorre a respeito da carência de pesquisas teóricas e práticas, no âmbito da musicoterapia, que atentem para a complexidade da demanda na reabilitação de pessoas acometidas pelo abuso no uso daquelas substâncias, sendo o principal motivo para a realização do estudo.

Damacena *et al.* (2017) afirma que a religiosidade é uma importante ferramenta metodológica dentro das comunidades terapêuticas, principalmente quando ela é uma das dimensões mais relevantes da experiência humana cotidiana, capaz de dar-lhe real significado. Dando continuidade, constata a alusão frequente à influência de aspectos espirituais e religiosos na cura e no tratamento dos usuários de álcool e outras drogas. Acrescenta, como um dos principais objetivos dos centros terapêuticos, o amadurecimento pessoal do sujeito e sua reinserção à sociedade, através do despertar de novos valores como a espiritualidade, responsabilidade, solidariedade, honestidade, amizade e o amor.

Dados consideráveis apresentados por Damacena *et al.* (2017) mostram a relevante caracterização da abordagem religiosa presente nas comunidades terapêuticas pesquisadas. Foi observado que a maioria trata-se de entidades não governamentais, legalmente constituídas como associações, na forma exigida pela legislação brasileira, com a predominância religiosa na orientação dos trabalhos com os residentes. Estes dados baseiam-se em diversos estudos que apontam que no Brasil tais comunidades localizam-se na esfera privada, ou seja, são movimentos da sociedade civil que acolhem, em especial, um público que busca abstinência e não tem um amparo governamental.

Tão importante quanto promover a abstinência do consumo de drogas, a religião proporciona ao indivíduo uma reformulação social. Alguns dos fatores principais para o alcance destes resultados através da religião seriam o acolhimento aos que precisam de ajuda e o respeito que lhes é transmitido auxiliando diretamente na autoestima do sujeito e na realização de novos afetos sociais (DAMACENA *et al.*, 2017, p. 51). Os autores estudaram o *coping* religioso/espiritual, fenômeno que trata da utilização de crenças e práticas religiosas e espirituais como recurso para facilitar a solução de problemas e prevenir ou aliviar as consequências emocionais negativas de circunstâncias estressantes de vida.

A dependência química, segundo Mota (2008), caracteriza-se como um problema social relevante na sociedade contemporânea, atingindo milhares de indivíduos, ignorando distinções de classe social, gênero, etnia ou credo religioso. Considerando que a maioria das pesquisas que tomam este fenômeno por foco se origina dos saberes médicos e psicológicos, a intenção da sua tese foi incluir esta temática no âmbito das ciências sociais, privilegiando uma abordagem compreensiva da dependência química, analisando-a como um fenômeno polissêmico que possui estreito vínculo com o social. O foco de sua pesquisa foi averiguar como determinadas representações sociais (pecado, crime edoença) estão associadas ao abuso de drogas e contribuem para a construção social de rótulos e estigmas relacionados a esta forma de transgressão. Segundo o autor pode-se afirmar que a cada dia que passa a dependência química se consolida como uma doença, mas trata-se de um problema complexo “que também incorpora representações da religião, da moral e do direito penal”. Mota (2008) abordou, ainda, a questão referente à solidariedade entre dependentes químicos, embasada em propósitos religiosos como ferramenta de recuperação e sociabilidade.

REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Neste capítulo, serão descritos passo a passo os caminhos percorridos pela pesquisa desde o primeiro contato com a instituição, passando pelas entrevistas, transcrições, análise de dados e aportes da sociologia para a interpretação.

A pesquisa qualitativa

A pesquisa de abordagem qualitativa tem como característica a utilização do ambiente natural como fonte direta de coleta de dados e tem o pesquisador como instrumento fundamental para esta coleta (BOGDAN; BIKLEN, 1994). Segundo YIN (2016), este tipo de pesquisa se caracteriza pela sua plural condição de investigar, tendo como referência diferentes metodologias. Ao assumirmos uma única ou diferentes realidades, as diferenças, a excentricidade ou a generalização dos acontecimentos humanos tendem a emergir. (YIN, 2016, p. 3).

Já Pires (2010) nos aponta como principais características da abordagem qualitativa:

a) flexibilidade de adaptação durante seu desenvolvimento, o que possibilita a construção do objeto de investigação durante o decorrer da pesquisa;

b) capacidade de se ocupar de objetos complexos, como as instituições sociais, grupos estáveis, ou ainda de objetos ocultos, difíceis de apreender ou perdidos no passado;

c) capacidade de englobar dados heterogêneos ou combinar diferentes técnicas de coleta de dados;

d) capacidade de descrever em profundidade vários aspectos da vida social concernentes à cultura e à experiência vivida. Várias dessas características embasaram minha escolha por uma abordagem qualitativa de investigação como o caminho mais coerente.

Instrumento de coleta de dados: A entrevista qualitativa

Foi utilizada como ferramenta para coletar os dados a entrevista de caráter qualitativo. Esse tipo de entrevista trata de recolher dados que descrevam a temática que se procura conhecer, sob a perspectiva do entrevistado, permitindo ao entrevistador inserir, de forma espontânea, no momento da entrevista, outras questões que lhe ajudem a entender como os sujeitos compreendem o mundo (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 134). Já para Poupert (2010) permitir questionar os sujeitos e apropriar-se dos dados obtidos para compreender as realidades sociais consolida uma das principais vantagens das ciências sociais em relação às ciências da natureza (POUPART, 2010, p. 215).

A rotatividade dos residentes no centro terapêutico que, a princípio, pensei que pudesse me atrapalhar no que se refere à escolha dos participantes, acabou não sendo uma dificuldade na realização da pesquisa. As entrevistas com os membros dos grupos musicais aconteceram em diferentes momentos. A primeira ida ao campo ocorreu na sede da instituição onde é realizada a segunda fase do tratamento, e ainda no período de escrita do projeto de pesquisa. Munido de um pequeno roteiro com perguntas referentes à criação e ao funcionamento da Fazenda Esperança, pude conversar com o pastor Franco, seu fundador, sobre a instituição.

Já, em um segundo momento, fui recebido pelos participantes da banda Athos em um domingo de visita dos familiares dos residentes na Fazenda Esperança. Nesta ocasião, realizei entrevistas com Antônio, Leonardo, Luis e, novamente, com o pastor Franco, desta vez com perguntas referentes às práticas músico-educativas dentro do centro terapêutico e aos impactos destas práticas no tratamento dos residentes.

Minha aproximação com os participantes foi facilitada pelas relações de amizade já estabelecidas com alguns dos residentes, tornando as entrevistas um encontro menos formal. Outro agente facilitador foi conhecer a realidade dos residentes, possibilitando compreender como acontece a comunicação entre eles, já que utilizam de uma linguagem muito particular por meio de gírias.

Por questões éticas foi utilizado o nome real apenas do pastor Franco Fabian, que assinou o Termo de cessão de direito de uso de imagem e voz (ver Anexo). Para os demais residentes foram empregados nomes fictícios.

Após ter conversado com os atuais participantes da banda Athos e analisado os dados, pude perceber que alguns nomes de ex-participantes emergiram com muita frequência nas falas. Entre os nomes citados dois se destacaram: José e Cabral. Então, por meio de contatos via telefone e redes sociais, consegui agendar entrevistas com ambos.

Ao fazer contato com Cabral, fui informado pelo mesmo que não residia em Bagé e que vinha à cidade apenas quinzenalmente. Então, em uma destas vindas, o ex-participante me recebeu em sua residência onde pode colaborar em muito com a pesquisa.

Por último, realizei a entrevista com José, que foi um dos fundadores dos grupos musicais. Considero que esta tenha sido a entrevista mais difícil de ser feita pelo fato de José estar atuando como monitor em um centro terapêutico na cidade de Sapucaia/RS. Através de redes sociais consegui contato com pessoas próximas a ele, que me informaram seu telefone.

Feito o contato, marcamos a entrevista via chamada telefônica. No entanto, não obtivemos êxito, já que o colaborador localizava-se na zona rural de Sapucaia. Então, marcamos a entrevista para outra ocasião, agora via WhatsApp. Enviei as perguntas de forma escrita, pelo aplicativo, e obtive as respostas em forma de áudio. Da mesma forma, pude esclarecer as dúvidas que foram surgindo ao longo da entrevista, que levou em torno de duas semanas para sua conclusão devido às dificuldades de comunicação.

Durante as entrevistas os residentes utilizam o termo “irmão” para fazer referência aos demais participantes da banda. O substantivo aparece em citações no decorrer do trabalho. A justificativa está ligada à dimensão religiosa vinculada ao tratamento.

Transcrição, categorização e análise dedados

Contando com o auxílio de um aplicativo de mixagem de áudio chamado *Voicemeeter* e do *Google docs* foi possível fazer a transcrição automática das entrevistas. O aplicativo faz com que um áudio executado no computador seja recebido pelo microfone do mesmo computador, possibilitando utilizar a ferramenta de acessibilidade do *Google docs* onde é possível digitar através da voz. É importante frisar que a transcrição feita com o auxílio destas ferramentas não é totalmente confiável, sendo preciso fazer correções no texto devido à qualidade do áudio não ficar totalmente clara, já que o aplicativo, algumas vezes, interpreta palavras de maneira equivocada.

O passo posterior à transcrição foi o de organizar as informações obtidas, visando maior clareza durante a análise dos dados. Elaborei uma tabela onde busquei classificar os trechos transcritos, de cada entrevistado, que correspondessem aos objetivos da pesquisa. Os tópicos criados a partir das falas dos entrevistados foram: descrições sobre a Fazenda Esperança, atividades ofertadas pela instituição, motivos para a criação dos grupos musicais, história pessoal com a música, escolha dos grupos, os ensaios da banda, repertórios musicais preferidos, ensinar e aprender música, o tratamento, impacto da música no tratamento, religiosidade e música.

Aporte da sociologia da educação musical: a música como prática social

Souza (2004), citando Anne-Marie Green, afirma que a presença da música em nossa vida cotidiana é tão importante que podemos considerá-la como um fato social a ser estudado. Segundo a autora, o que faz da música um fato social são as relações que os indivíduos constroem com, ela, seja a música que for. Ainda citando Anne-Marie Green, Souza (2004) acredita ser mais importante definir o tipo de relação que as pessoas mantêm com a música que “se limitar a um estudo da prática ou do consumo musical unicamente por seu conteúdo ou gênero de música apreciada ou escutada” (SOUZA, 2004, p. 7).

Souza (2000) apresenta o cotidiano na perspectiva das ciências sociais como um lugar social de “processos, de crenças, de achar sentidos comunicativo e interativo”, onde os sujeitos pertencentes a uma dada sociedade concebem seus perfis sociais baseados em um entendimento sobre as normas do mundo social do qual fazem parte. Portanto, deve-se reconhecer as interações entre os sujeitos como condição para a compreensão do valor das práticas musicais e dos processos de transmissão e recepção musicais.

Em geral, ao se considerar formas de ensino e aprendizagem musical de indivíduos, tende-se a ignorar os valores de mundo vivido pelos participantes de determinadas práticas musicais. No entanto, e segundo Souza (2004), a compreensão do nível dos valores para um indivíduo ou comunidade é a única forma de garantir mudanças estruturais na sociedade. Considerando as experiências musicais dos sujeitos, valorizamo-os como indivíduos e ajudamos a provocar sua inclusão no processo social.

O cotidiano como perspectiva teórica busca olhar para a dimensão subjetiva, “seja ela em processos sociais, em instituições ou em contextos institucionalizados”, (SOUZA, 2000, p. 28). As práticas musicais são repletas de diferentes sentidos e são, na maioria das vezes, um elo de ligação entre o sujeito e algo que lhe é necessário ou importante, seja no âmbito social, emocional ou espiritual. Por esse motivo, acolher a música do outro é atentar para a dimensão subjetiva e muitas vezes não explícita de quem faz música. Nesse sentido, educador musical precisa considerar, sem julgamento de valor, os diferentes mundos musicais dos sujeitos.

A FAZENDA ESPERANÇA

Apresentação do centro de tratamento

A Fazenda Esperança é um centro terapêutico, de orientação evangélica, idealizado por Franco Fabian, para o tratamento de dependentes químicos do sexo masculino. Localizado na cidade de Bagé/RS, atende em duas sedes, em dois momentos distintos durante o tratamento, ofertando cursos profissionalizantes e visando à imersão de seus residentes no mercado de trabalho. Uma das sedes está localizada na Estrada da Serrilhada, 436, zona rural da cidade. A segunda, situa-se na rua Conde de Porto Alegre, 172, Centro.

Franco Fabian, ex-dependente químico, recebeu tratamento na cidade de Pelotas/RS, por não haver centros terapêuticos em Bagé. Naquela cidade, Franco conseguiu recuperar-se da dependência química e, na instituição na qual foi residente, aprendeu sobre formas de alcançar a recuperação. Nesta época, realizou alguns cursos, entre eles o de consultor químico.

Retornando a Bagé, Franco decidiu desenvolver, na cidade, o trabalho de ajuda a dependentes químicos. No início, acolheu seis jovens que moravam na rua, em sua própria residência, pelo período de um ano, dos quais cinco obtiveram êxito na recuperação. Dessa ação, surgiu a ideia de ter um espaço próprio para o tratamento da dependência química, em Bagé.

A Fazenda Esperança presta o serviço sem que os atendidos precisem pagar pelo seu tratamento, sendo esse o seu diferencial em relação à maioria dos centros terapêuticos. Segundo Fabian, muitos dependentes não conseguem a recuperação por não terem condições de pagar pelo seu tratamento e reforça que o único requisito para receber ajuda é querer estar na Fazenda, desejando recuperar-se.

Durante o tratamento são oferecidos acompanhamento psiquiátrico, psicológico, terapia ocupacional e curso de panificação. São três as etapas que os atendidos atravessam: desintoxicação, adaptação e reinserção na sociedade. Dentro do centro terapêutico os internos são distribuídos em diferentes setores como jardinagem, cozinha, cuidado dos animais, padaria, horta, limpeza. Já, na parte da reinserção, os atendidos são encaminhados a cursos profissionalizantes. Alguns retomam os estudos e outros se tornam monitores na própria Fazenda.

Durante o tratamento é preciso que o interno se adapte à rotina do centro terapêutico, cumprindo horários rígidos, começando logo cedo com uma reunião motivacional que visa a estipular metas diárias. Entre as atividades cotidianas, a música torna-se presente por meio dos grupos musicais.

Os colaboradores da pesquisa: participantes dos grupos musicais da Fazenda Esperança

Nesta subseção apresento cada um dos seis sujeitos entrevistados e um pouco de suas histórias pessoais com a música. Entender quais vivências musicais cada uma dessas pessoas levou para dentro do centro terapêutico nos possibilita uma aproximação dos mundos vividos dos participantes da pesquisa e a compreensão dos sentidos atribuídos por eles, às interações que ocorrem nos grupos musicais.

Conforme já mencionado, Franco Fabian é o pastor responsável pela criação da Fazenda Esperança. A história do guitarrista da banda *Athos* se mistura um pouco com a da instituição. Franco revela ter sofrido na pele os danos da dependência química, tendo sido internado em várias clínicas de reabilitação em diferentes cidades do Rio Grande do Sul. O entrevistado relata que sua história pessoal com a música começou na época em que era dependente químico. Com 15 anos já participava de festivais escolares de rock tocando guitarra, e, logo após começar a consumir drogas, abandonou a música, voltando a tocar posteriormente, já dentro dos grupos musicais da Fazenda Esperança.

José foi o participante pelo qual mais aguardei para realizar a entrevista. Conhecendo-o desde criança, sabia que sua entrevista resultaria em dados significantes para a pesquisa. O fato de o mesmo não residir mais na cidade e de estar prestando trabalho voluntário em um centro terapêutico em uma cidade metropolitana de Porto Alegre dificultou o contato, que só foi possível com auxílio da internet e de ligações telefônicas. O *rapper* e compositor responsável pela criação do grupo musical *Athos Rap* vivia com a avó em um dos bairros mais violentos da periferia de Bagé. Em 2002, fundou o grupo RZN Mc's, "com o objetivo de incentivar a molecada a ficar longe das drogas", problema que também passava a enfrentar na época. Em 2006, gravou um *jingle* para uma grande loja de moda jovem da cidade, ganhando projeção na região e recebendo convite para tocar em diversas cidades. Já, em 2007, o grupo RZN Mc's gravou seu primeiro *single*¹: *Periferia é a nossa*

1. Termo em inglês que se refere a uma canção considerada viável comercialmente o suficiente pelo artista e pela companhia gravadora para ser lançada individualmente.

cara. Em paralelo à carreira artística, o músico relata que consumia drogas em demasia e tomava parte em vários delitos: “Em meio a essa tormenta eu tive que fazer uma escolha. Não adiantava eu subir no palco, falar de consciência e de luta e descer do palco e ser um dos piores exemplos!”. Após passar três anos na prisão, sofrendo com a dependência química em um estado já avançado, José começou a frequentar uma igreja evangélica, onde conheceu alguns residentes da Fazenda Esperança que lhe apresentaram o centro terapêutico no qual ele, posteriormente, desempenhou as funções de monitor e compositor.

Cabral foi baixista da banda *Athos*, residente da Fazenda Esperança pelo período de nove meses, tendo completado seu tratamento com êxito. O músico conta que, antes de fazer parte dos grupos musicais do centro terapêutico, já tocava um pouco de violão e flauta. O entrevistado fez parte dos dois grupos musicais ofertados pela Fazenda Esperança, sendo um dos primeiros residentes a integrar a *Banda Athos* e o grupo *Athos Rap*.

Luis, o novo baterista da banda *Athos*, nos conta que faz parte de uma “família gospel, evangélica”. Seu irmão é multi-instrumentista e, seu avô, um grande apreciador do samba, o que fez com que ele, desde sua infância, tivesse muito contato com a música por meio de rodas de samba. Durante a infância, participou de bandas marciais, tocando instrumentos de percussão. Conta que, ainda bem jovem, participava das práticas musicais na igreja que frequentava com a família. Tinha sob sua responsabilidade a execução dos *playbacks* usados pelos cantores da igreja. Nesta época ainda não sabia tocar um instrumento musical. Foi olhando os músicos durante os cultos que começou a aprender.

Leonardo toca violão e faz os vocais na banda *Athos*. É ex-militar e natural da cidade de Uruguaiana/RS. Hoje, como voluntário na Fazenda Esperança, relata que sua internação, em Bagé, se deu por não haver muitas alternativas de tratamento em Uruguaiana. Em 2013, conheceu a Fazenda Esperança por intermédio de um familiar que residia em Bagé e que entrou em contato com o pastor Franco solicitando ajuda para Leonardo que, posteriormente, cumpriu todo o tratamento e hoje auxilia a instituição como monitor. Antes das vivências musicais na Fazenda, relata que conhecia poucos acordes ao violão e que aprendeu a tocar de forma mais fluente participando dos grupos musicais do centro terapêutico.

Antônio também foi residente da Fazenda Esperança e, assim como Leonardo, hoje trabalha de forma voluntária na instituição. Tem a responsabilidade de manter, montar e regular os equipamentos de som. O técnico de som afirma que, anteriormente ao ingresso na instituição, nunca havia tido contato com tais equipamentos.

Motivos para a formação dos grupos musicais na Fazenda Esperança

Souza (2000) ressalta a necessidade de, como educadores musicais, conhecermos quais as formas de transmissão da música no cotidiano, onde ela é transmitida e com quais intenções (SOUZA, 2000, p. 33).

Em cada contexto os motivos para a criação de grupos musicais são diversos. Na Fazenda Esperança, a formação desses grupos está fortemente ligada à conclusão do tratamento para a dependência química, já que reunir-se regularmente para compor e tocar música pode reduzir os estigmas sobre o alcoolismo e o vício de drogas (ELLWAND *et al.*, 2018, p.84).

Pastor Franco ressalta o “poder da música em influenciar as pessoas, seja de forma positiva ou negativa”. Aponta a música como ferramenta terapêutica, buscando envolver os residentes com ela para que se sintam como parte da instituição e do tratamento como um todo. Descreve:

Não eram somente os músicos... Tinha o Antônio que era do som e que cuidava dos cabos. Foi uma época que nós tocamos muito fora, em outros lugares, então tinha toda aquela função de carregar equipamentos, levar, montar, desmontar, cuidar e tal. Éramos entre cinco ou seis envolvidos nessa equipe. Então, a música tem um poder influenciador e terapêutico (FRANCO, 2019).

Luis concorda com Franco com relação ao poder motivacional da música, além de ser algo comum ao gosto de todos: “Não tem quem não goste de música, né? A música toca o coração das pessoas”. O baterista afirma que, tendo vivenciado outras experiências musicais anteriores à internação, aproximou-se dos grupos musicais do centro terapêutico:

Quem se identifica com a música vai acabar chegando, vai acabar querendo se envolver. Eu, desde o berço, fui criado no meio da música. Então é muito fácil uma música me comover, sabe me trazer para perto. Onde tem um barulho, onde tem um instrumento ou alguma coisa eu vou ali, sabe? Porque me chama a atenção mais do que qualquer coisa. Então, para mim, foi importante saber dos grupos musicais dentro da Fazenda (LUIS, 2019).

Franco ressalta também a função dos grupos musicais como pontes para a espiritualidade: “No nosso caso, a gente crê que a música é uma forma de [se] chegar perto de Deus”. Crê que, através dos louvores, se estabelece uma proximidade com um ente superior.

Para Leonardo, a razão para a criação dos grupos musicais também está ligada à religiosidade. Ele afirma que o único motivo é a “busca por Deus” e reforça,ressaltando que esse sentimento fez com que, através do pastor Franco, eles aprendessem a tocar seus instrumentos musicais. Mota (2008, p. 100), aponta a estreita correlação entre os estados alterados de consciência provocados pelo uso de substâncias químicas e a exaltação místico-religiosa:

Existe uma forte correlação entre as drogas e a religião, pois condições similares de alteração de consciência buscadas com o uso de drogas encontram seu correspondente em estados de êxtase religioso. Ambos estão buscando um alívio para a angústia de viver, ou seja, um recurso que possa transformar a imanência em transcendência (MOTA, 2008, p. 100).

A ligação entre música e religiosidade fica muito evidente nas falas dos entrevistados. A criação dos grupos musicais atende à demanda dos internos em terem uma atividade músico-educativa. Em razão do repertório musical executado, com letras relacionadas a questões espirituais, parece conectar-se também a seus anseios na busca por transcendência. Cabral justifica a criação dos grupos musicais com a seguinte frase: “O motivo da criação é pelas almas, né? A Fazenda Esperança é para salvar”. Ele também aponta que, através dos grupos, é possível pedir auxílio, não de forma financeira, mas sim por meio de orações, e afirma que a participação dos residentes nestes grupos auxilia a permanecerem em tratamento.

José relata que, no início, apenas o pastor Franco sabia tocar guitarra, ficando outro residente incumbido dos vocais, ao mesmo tempo em que começava a estudar violão com o próprio pastor Franco. Mais tarde, Cabral assumiu o contrabaixo e outro residente, a bateria. José, por sua vez, auxiliava nos vocais e fazia a parte rimada dos louvores (*Rap*). Assim, originou-se a banda *Athos Rap*, sendo composta por jovens já recuperados ou que buscavam recuperação do crack. O *rapper* afirma que o principal objetivo para a criação dos grupos musicais foi o de levar uma mensagem “positiva” para os jovens, utilizando-se de sua própria linguagem:

Como é que a gente entra na favela, como é que a gente entra nos becos, como é que a gente vai falar com o maloqueiro ali na esquina, como é que a gente vai falar para o jovem que está na situação de rua? Vamos na ideia da rima né, na ideia do verso, da mensagem positiva, mensagem consciente (JOSÉ, 2019).

Argumenta que, mesmo antes de ingressar no tratamento, já tentava levar essa mensagem “positiva” através de letras que procuravam estimular os jovens a dar continuidade aos estudos e a respeitar os pais, alertando sobre os malefícios do consumo de drogas e de uma vida promíscua:

Quando nós estávamos lá no mundão, que nós era loução [...] eu, os guris, a gente nunca teve uma ideia de crime, sabe, de armas, de droga. A gente sempre procurou mandar uma mensagem positiva para a rapaziada através do rap, e esse foi o motivo da gente poder entrar e evangelizar nos becos e vielas, dos morros, na favela, em todos os bairros. Entrando com um rap, porque isso chama a atenção da gurizada e a gente implantou essa estratégia dentro da Fazenda Esperança para trazer eles para o Cristo (JOSÉ, 2019).

Para além de as práticas musicais serem relevantes para os próprios residentes, o entrevistado explicita outra função para a criação dos grupos musicais na Fazenda Esperança: a de utilização da música como ferramenta para a conexão com suas platéias a partir do *rap*, gênero musical bastante consumido por jovens. E continua:

Saber que a gurizada está ali na Fazenda Esperança pela causa e por que precisa; saber que a gente precisa estar lá, mesmo que esteja bem; saber de onde a gente saiu; tudo isso é importante! Sem a banda, eu não ia ficar na Fazenda Esperança [...] Eu sabia que tinha algo que me chamava atenção lá... Eu gosto de tocar e o pastor me leva para tocar (JOSÉ, 2019).

A escolha dos grupos musicais

Segundo Franco, desde a criação dos grupos musicais, nunca foi feita uma escolha com relação a quem poderia ou não participar. Argumenta que “dependia do cara que estava ali, se ele se identificava ou não, se ele gostava. Então partia da pessoa”. Já, conforme José, a única exigência para participar era ter um bom histórico disciplinar dentro da instituição.

Leonardo relata que a primeira formação da banda *Athos* aconteceu de forma “espontânea”:

Era um envolvimento que unia o útil com o agradável. O José, que era da Banda Athos rap, tinha o dom da letra, o dom de escrever a música. O Franco já tinha o dom dos acordes, dos instrumentos de corda. Aí, quando vê, apareceu um baterista para fazer tratamento e eu já tocava um pouco de violão... Alguns acordes básicos e, quando nós vimos, estávamos juntos, integrados, fazendo música (LEONARDO, 2019).

Antônio afirma que os integrantes se direcionaram ao grupo com o qual tinham maior afinidade musical. Luis ainda destaca que os próprios participantes procuravam indagar dos novos residentes a respeito de suas vivências musicais:

Olha, geralmente sempre tem aquele olheiro de fora para ver quem vai demonstrar interesse. Vamos ver quem é que tá a fim mesmo, alguém que goste. Então [...] ‘chega junto, vamos ver o que tu toca? O que faz?’ ‘Eu canto, danço, eu toco bateria, toco violão, posso fazer uma segunda voz!’ ‘Tens uma voz mais afinada, podes fazer uma segunda voz?’ (LUIS, 2019).

PRÁTICAS MÚSICO-EDUCATIVAS NA FAZENDA ESPERANÇA

Os ensaios da Banda *Athos*

Segundo os participantes dos grupos musicais da Fazenda Esperança, os ensaios da banda *Athos* acontecem sob a coordenação do pastor Franco. Luis destaca a competência do pastor em organizar o grupo e ensinar música durante os ensaios: “Ele é uma pessoa bem organizada; um cara apto a ensinar, cara que tem paciência de formar uma banda!”. Cabral salienta a relação entre os músicos, descrevendo que não existe competitividade e afirma que todos sabem que o propósito principal das práticas musicais é o auxílio à recuperação da dependência química:

Queremos aperfeiçoar, ser um bom músico. O músico que disser não, é mentira. A gente sempre quer aparecer, tipo... A guitarra está mais alta que o baixo, vou aumentar o baixo também. Tu sabe que é assim que funciona [...] Então, lá na Fazenda, não existe isso, porque existe aquela coisa de saber que a gurizada está ali pela causa e porque precisa, e a gente precisa estar lá (CABRAL,2019).

A necessidade de fazer da música um estímulo para o tratamento faz com que os residentes deixem em segundos planos sentimentos provenientes do ego e a competitividade. A música, neste caso, passa a ser mais um motivo para a permanência deles dentro do centro terapêutico. Diferentemente de como ocorre em outros espaços, a intenção não é ser o melhor músico, mas, sim, extrair da música todos os benefícios que ela possibilita.

Conforme Franco, no momento em que a banda esteve em seu auge, os ensaios aconteciam durante os próprios shows. As combinações prévias referentes a repertório e tonalidades das músicas eram realizadas através de um grupo criado em um aplicativo de celular. Feitas essas combinações, cada membro assumia o compromisso de fazer seu estudo individual. Franco destaca o entrosamento do grupo: “Nós pegávamos uma música que nunca tínhamos tocado juntos e parecia que já estava ensaiado!”. Cabral menciona a impressão das pessoas ao assistirem aos shows da banda e remete o resultado alcançado à providência divina: “A gente chegava aos lugares tocando e as pessoas diziam: ‘eu nunca vi uma banda tão boa quanto à de vocês!’, mal sabendo que a gente pouco ensaia [...] só por Deus, mesmo!” Relata que, muitas vezes, era definida apenas a tonalidade da música e as demais combinações iam acontecendo durante a própria execução.

Conforme já mencionado, a organização dos equipamentos fica a cargo de Antônio, um dos membros do grupo que cuida da montagem do som. Embora não tenha uma participação direta como músico, é uma figura importante para a estruturação dos shows e ensaios. Antônio conta como o grupo toma decisões referentes à escolha do repertório e aos arranjos: “Cada um faz uma participação, diz: ‘essa música é boa, vou mudar isso, fazer aquilo’; todo mundo decide junto e o pastor atende”.

Franco ressalta que pretende reformular os ensaios da banda, passando a realizar dois ensaios semanais com objetivo específico de preparar músicas novas para o repertório.

Ensinar e aprender música

As práticas musicais que inicialmente eram oferecidas como entretenimento durante o tratamento à drogadição acabaram por se constituir, dentro do centro terapêutico, em um fator educacional onde os residentes, além de aprender, ensinam música.

Franco ressalta que a proposta não era a de trazer músicos profissionais para integrarem a banda: “A gente não procurava trazer o fulano ou trazer o ciclano porque ele é bom... não, a ideia era fazer essa formação aqui dentro”. Já que grande parte dos integrantes

da banda nunca tinha participado de um grupo musical, evidenciam-se os ensaios como momentos de aprendizagens musicais. Embora o que se passa não corresponda a uma aula de música sistematizada e pedagogicamente pensada, há a presença do ensino e da aprendizagem de música, seja por meio da troca de informações ou na repetição por percepção do que os outros membros da banda tocam:

Claro, sempre [se] aprende alguma coisa. Ou tu entras não só aprendendo, tu entras também [...] por mais que tu não seja uma pessoa apta a ensinar, tu entra já ensinando, também, sabe, porque várias pessoas aprendem contigo e tu aprende com elas também; tu aprende algo que não sabia, aprende uma batida que tu não sabia, bá, essa forma de tocar! (LUIS, 2019).

Antônio, o residente responsável pela sonorização e iluminação da banda, conta que aprendeu tudo que sabe a respeito dos equipamentos dentro da Fazenda Esperança e manifesta vontade em realizar cursos de aprimoramento fora da instituição, podendo, assim, repassar os novos conhecimentos adquiridos aos futuros participantes da banda. Com relação às trocas de informação entre os integrantes, afirma: “Isso aí é assim: cada um sabe um pouquinho e vai passando para o outro”. Também descreve como acontece esta interação entre os músicos: “Aquele que toca guitarra, passa um pouco para o que está tocando violão; o do violão passa para o irmão que está no contrabaixo; aí, vão se juntando e ajudando um ao outro”. Leonardo argumenta que um dos principais motivadores para a busca de conhecimentos musicais é “aquele sentimento de paz e serenidade que nos envolve”. A partir dos ensinamentos do pastor Franco, ele revela que aprendeu os acordes básicos para começar a tocar violão dentro da Banda *Athos*:

Aqui eu aprendi fá, lá, si, sol e era tudo, digamos assim, nos ensaios, né? Tinha culto e, às vezes, o pastor não estava. Aí eu pegava o violão e começava a tocar. Ali tinha umas partituras que eu não sabia ler; tinha umas cifras, e eu tentava buscar o que era aquilo, perguntava para um irmão que também já tocava e ele nos ensinava, né? Então, quando vê, a gente já estava lendo a cifra da música e já estava tocando aquele louvor, né, então começava a fluir o ritmo, no ápice do calor, ali, né, e quando vê já saía a música. Quando a gente percebia, já tava tocando, já estava entrosado, a gente, automaticamente, se afinava conforme o ritmo (LEONARDO, 2019).

E segue: “no desenvolver disso tudo, a gente foi aprendendo, cada um, a montar o seu instrumento, a afinar seu instrumento, a regular sua caixa, seu microfone” (LEONARDO, 2019).

Durante os relatos, os residentes destacaram a utilização de duas mídias como ferramentas de aprendizagem para auxílio das práticas musicais. Conforme já citado, por meio dos telefones celulares usam um aplicativo de mensagens e chamadas de voz (*WhatsApp*), onde todos os membros da Banda *Athos* estão adicionados, formando um grupo. Através deste aplicativo, os participantes fazem combinações referentes à escolha de repertório, tonalidades das músicas, datas e horários dos ensaios e shows.

Outra ferramenta utilizada pelo grupo são *sites* especializados em cifras musicais, onde basta pesquisar o título da música desejada para se ter acesso às cifras da referida canção, podendo-se alterar as tonalidades. Leonardo destaca que, após ter despertado seu interesse pela música dentro da comunidade terapêutica, aprofundou seus conhecimentos através de pesquisas nos referidos *sites*, e assim também pode contribuir no que diz respeito a ensinar os colegas de banda.

Ao referir-se às aulas de Hip-hop ofertadas, Franco destaca a dimensão do prazer com a realização das atividades musicais: “Então aquilo ali também promovia e acabava virando uma grande brincadeira, assim, e tal; o pessoal se divertia”. Momentos de criação e improvisação musical também faziam parte da rotina dos ensaios. Através das rimas dos participantes o *rap* se misturava aos louvores e ali surgiam as canções de autoria da Banda *Athos*: “O pastor tocando e ele começa com *rap*, tocando ali, e tal, e a gurizada... cada um larga uma bobagem dentro do louvor, entendeu? Assim, sem palavrão, é claro, nas letras!”.

Além das práticas de ensino e aprendizagem entre os próprios membros da Banda *Athos*, a Fazenda Esperança também era contemplada com a presença de voluntários. O responsável pela instituição conta a história de um voluntário que conheceu e estabeleceu uma parceria com o centro terapêutico através da internação de “um amigo dele que precisava se tratar e aí era um dia de visita e ele viu o pessoal tocando e resolveu ficar de voluntário”. Outro indivíduo era músico profissional da cidade, tecladista e baterista, que atuou nas práticas musicais como músico e professor. Franco refere-se, ainda, a uma terceira pessoa, que contribuiu com aulas de bateria, aos sábados.

Cabral, baixista da banda, destaca que, quando ingressou na comunidade terapêutica, tinha apenas um pouco de conhecimento de violão e que aprendeu a tocar contrabaixo elétrico dentro da instituição, tendo seu primeiro contato com o instrumento ocorrido através de um membro de outra igreja, em uma apresentação na própria Fazenda Esperança: “Ora paz dessa banda chegou lá na fazenda e ensinou... ‘no violão tu fazes um acorde; no baixo, tu faz a nota; isso aqui é um Dó, isso aqui é um Ré’; aí eu comecei a treinar”.

A Banda *Athos*, durante a gravação de seu primeiro CD autoral, também passou por mais um momento de aprendizagem musical em grupo. Durante a gravação, a banda contou com o auxílio de um produtor musical que ficou encarregado dos arranjos e da gravação de alguns instrumentos. Franco afirma que a presença deste profissional foi muito significativa para o crescimento musical dos residentes envolvidos nas práticas musicais: “Embora a gente estivesse se esforçando bastante, quando vai gravar em um estúdio é diferente; ninguém nunca tinha tocado com clique, né, e ele ajudou bastante na parte de colocar os instrumentos”. Através da prática de gravação o músico ou grupo consegue avaliar o trabalho realizado, podendo promover pequenas alterações nos arranjos, na forma de tocar seu instrumento, na emissão vocal, entre outras questões musicais.

Para Franco, a prática musical em conjunto propicia “desenvolver *feeling*”, em uma referência ao aprimoramento da percepção musical:

Isso desenvolveu muito! Eu sou muito ruim de ouvido; para tirar uma música de ouvido é preciso fazer uma força enorme e, quando nós começamos a tocar com a banda, foi a primeira vez que começou a acontecer casos assim, de mudar tom de música. Porque ah [...] O fulano canta, mas tem que ser mais alta ou tem que ser mais baixa a tonalidade, e a gente, assim, desenvolveu bastante, né, bastante essa parte também. Eu não canto e, com a banda, tu acaba arriscando a fazer uma segunda voz; aí vai indo [...] o cara tem que estar se puxando ali, né? (FRANCO, 2019).

A partir dos dados podemos compreender que a música, dentro da Fazenda Esperança, tem vários propósitos: terapêuticos, laborais, evangelizadores, de ressocialização. É preciso revelar as práticas de ensino e aprendizagem de música em contextos onde seu reconhecimento não é óbvio, assumindo, neste caso específico, que é possível obter e compartilhar conhecimentos musicais durante ensaios, shows e até mesmo em uma “simples” roda de conversa onde haja a presença de alguém disposto a fazer uma rima de *rap*. Cabem a nós, educadores musicais, descrevermos que lugares são esses, quem são os indivíduos envolvidos com tais práticas musicais, com quais objetivos elas ocorrem e como estas práticas acontecem (SOUZA, 2000). Para um olhar desavisado, podem tratar-se de atividades rotineiras e sem muita importância; o educador musical, no entanto, precisa estar atento aos diferentes ambientes onde a música está presente e às trocas que ocorrem entre as pessoas.

O IMPACTO DAS PRÁTICAS MÚSICAIS NA RECUPERAÇÃO DA DEPENDÊNCIA QUÍMICA

As práticas de ensinar e aprender música dentro destes contextos vai além de tocar um instrumento musical ou cantar. Práticas musicais envolvem uma série de fatores relevantes para a formação humana. Para os residentes, tão importantes quanto às questões técnico-musicais, esses momentos ensejam o compartilhamento de sentimentos de afeto pelo próximo, amizade, solidariedade, bem como desenvolvem o senso crítico, ampliando a visão de mundo.

Ellwand (2018) identificam algumas características das atividades e dos proponentes de atividades musicais como ajuda à recuperação da drogadição: 1) Boa facilitação e liderança musical daqueles ou daquelas que desempenham a função de coordenadores/as; 2) Criação de um espaço seguro, onde exista uma cultura de acolhimento, inclusão e não julgamento; 3) Flexibilidade de participação dos envolvidos; 4) Ludicidade das atividades.

As práticas músico-educativas tornam-se importantes fatores de produção de sentido no dia-a-dia dos residentes, conforme destaca Cabral:

Durante os ensaios, às vezes, tu aprendes umas músicas, uns louvores que tu nunca ouviste. Então, é muito bacana isso daí, e isso inspira a gente a continuar sempre focando no tratamento, sabe? Isso é o que me inspira a focar no tratamento, saber que amanhã eu tô ali de novo, que eu tenho que cantar de novo, amanhã eu tenho que estar ali, tenho que tocar bateria, que teremos ensaio para a gente se apresentar, e é isso que motiva, sabe? É bom manter a cabeça da gente sempre ocupada! (CABRAL, 2019).

O fazer musical torna-se a principal ferramenta motivadora para os residentes, ajudando a tornar o tratamento mais sutil. Entre os participantes da pesquisa fica evidente a expectativa pelos momentos musicais. Sendo assim, os residentes passam a esperar os momentos de práticas musicais, tornando-as o principal estímulo para darem continuidade ao tratamento e assumindo uma nova postura dentro do contexto de recuperação.

Poder desempenhar um novo papel enquanto sujeito na sociedade aprendendo algo novo, expressando-se artisticamente, ganhando atenção e respeito dos demais residentes e interagindo de forma saudável com outras pessoas são alguns dos fatores pelos quais as práticas musicais tornam-se tão importantes para os entrevistados.

Os participantes da pesquisa de Ellwand *et al.* (2018) ressaltaram objetivos que consideram relevantes na busca por atividades musicais como recuperação da dependência química:

- a) Ter um foco que não tem a ver com recuperação; b) Envolver-se em atividades que preencham suas vidas e melhorem o humor; c) Construir redes de apoio por meio do suporte dos pares; d) Fazer música para criar conexões com os outros; e) Aprender novas habilidades ou desenvolver habilidades musicais existentes; f) Pertencer a uma comunidade; g) Construir confiança; h) Realizar algo regularmente no sentido de desenvolver o senso de conquista; i) Cantar e tocar para criar bem-estar emocional e físico; j) Fazer música como possibilidade de auto-expressão e criação de empatia; k) Apresentar-se como musicista a fim de reduzir o estigma social e como ajuda à reestruturação da identidade (ELLWAND *et al.*, 2018, p.92-98).

O baterista da banda destaca a dimensão espiritual das práticas musicais revelando que, durante o estudo do seu instrumento musical, consegue se libertar de suas angústias ao mesmo tempo em que desperta em si um sentimento de “vitória” ao tocar e cantar louvores. A prática musical, assim, é um estímulo para a permanência no tratamento. Nesse sentido, ressalta a importância da música não apenas nos momentos de práticas musicais, mas também fora de ensaios ou apresentações: “Todas as vezes que eu estou mal, estou caindo, pensando em desistir, vem um louvor que diz na minha cabeça: ‘Não desanimes não, tudo vai dar certo, Cristo está por perto!’” Para o entrevistado, ter escutado um louvor, certa vez, funcionou como um chamado para retornar ao centro terapêutico: “Eu vou voltar para a casa do Pai, eu quero!”. Frisa que a música é uma espécie de “filtro” onde consegue eliminar os pensamentos impróprios relacionados ao uso de drogas. Descreve que, nos momentos mais difíceis da sua recuperação, a música o auxiliou, transmitindo uma “mensagem positiva e de fé”, ao mesmo tempo em que “o som, o toque das notas musicais no instrumento também falava comigo”. Nos momentos de conflito, em que os ânimos se elevam um pouco mais, a música ajuda a “acalmar”.

Para Mota (2008, p. 103), que estudou as representações sociais da dependência química, “o tratamento implica também a conversão religiosa e a reformulação moral e ética baseada em valores cristãos”. Nessa direção, Leonardo salienta o “papel da música na evangelização” dos dependentes químicos em tratamento. Através da música, afirma se estabelecer “uma relação com Deus”, empregando o termo “injeção de combustível” ao referir-se a essa conexão com o transcendente proporcionada pelas práticas musicais. Relata que a música foi um grande estímulo para que pudesse concluir o tratamento: “Aquilo tocava lá dentro do coração, na alma mesmo, e a cada término de culto, de louvor, nós renovamos a vontade de permanecer”. Sublinha que muitos jovens que não tinham contato com música passaram a ter durante o período em que estiveram na instituição e que, através da música, passaram a “entender a palavra de Deus”, bem como o objetivo do tratamento:

Hoje o cara toca e canta e [...] desperta algo nas pessoas... Não só naquele que está tocando, mas desperta na pessoa que está vendo, algo tão profundo que a gente vê: ‘pô, esse cara tem algo a mais que foi plantado nele e que não era algo de raiz, mas, sim, que foi plantado!’ E isso tudo floresceu aqui dentro, através dessa prática musical (LEONARDO, 2019).

Segundo Cabral, sua recuperação da dependência química ocorreu devido às práticas musicais, o que o leva a querer dedicar-se à essa atividade musical, além de ver nela uma forma de “resgate” de outros indivíduos dependentes químicos, de interação com outras pessoas. Relembra um *show* realizado em uma comunidade dominada pelo tráfico de drogas, onde o objetivo era o de levar refeições aos mais necessitados e realizar um culto evangélico com a presença da Banda *Athos*. Na ocasião, o público era de apenas quatro pessoas. No entanto, com visível emoção, descreve a reação das pessoas ao apreciarem os louvores ali, naquele contexto:

Fez-me querer ficar na Fazenda, porque, tipo [...] vários pastores chegaram e me disseram: ‘tu vai ser um pregador da palavra!’ Só que eu não me vejo com uma Bíblia na mão [...] sinceramente, não me vejo mesmo, mas eu já me vejo tocando louvores em uma boca de fumo, tentando resgatar vidas através da música (CABRAL, 2019).

Ao contar um pouco da sua história de vida, José relata sua primeira internação, em 2013, quando aceitou a condição de dependente químico e procurou ajuda na Fazenda Esperança. Afirma que naquele local encontrou uma oportunidade de recomeçar. Durante o tratamento, o mesmo percebeu que sua rotina diária não era preenchida totalmente. Então, durante as rodas de chimarrão, ele e outros residentes começaram a praticar rimas de *rap*, percebendo que sua passagem pelo centro terapêutico poderia ganhar outro significado. O músico criou o grupo *Athos Rap* e também compôs quase todas as músicas do CD da *Banda Athos*: “Para mim, pessoalmente, foi essencial, foi muito importante na minha vida ter começado a ensaiar lá e a louvar e a cantar. A música foi muito importante na minha recuperação!”.

Franco ressalta que, nessa época, a recuperação esteve muito focada na música. A cada apresentação da banda, outros residentes se interessavam mais pela música e pelo tratamento de uma forma em geral: “Então, veja como é a música... a importância da música não só no tratamento da dependência química, mas na vida das pessoas: a música deixa o mundo mais alegre!”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha desta temática de pesquisa tem uma relação muito forte com minha experiência de vida no que diz respeito à relevância da música nos momentos difíceis em que fui dependente químico. Por diversos momentos durante a pesquisa, especialmente durante os relatos dos residentes, pude entender perfeitamente suas falas. Creio que ter vivido momentos iguais ou semelhantes aos que foram expostos pelos residentes me permitiu entender, de maneira mais global, minhas perguntas de pesquisa: quais foram os motivos para a criação das práticas musicais na Fazenda Esperança? Como os internos escolhem os grupos musicais dos quais participam? De que forma ocorrem as interações musicais nos grupos? Quais os impactos do envolvimento com as práticas musicais na trajetória de recuperação da dependência química dos participantes da pesquisa?

Como aporte teórico-metodológico para a investigação, embasei-me nas ideias de diferentes autores sobre o que é a pesquisa de abordagem qualitativa, a entrevista qualitativa como técnica de coleta de dados e o cotidiano como perspectiva teórica para a compreensão do lugar das práticas musicais dos participantes (SOUZA, 2000; 2004). As práticas músico-educativas no contexto de estudo vão além de aprender um acorde novo ou cantar afinado, conforme relato dos próprios residentes. As práticas musicais empenham um significado social de fundamental relevância já que, para muitos desses sujeitos, esta é a oportunidade de se apresentarem, no meio social em que vivem, como pessoas capazes de desempenhar atividades artísticas como uma forma de reestruturação de suas identidades (ELLWAND *et al.*, 2018). Não menos importante é a ação do contexto, utilizando a música como ferramenta de conversão religiosa, apresentando-lhes uma nova proposta de vida, onde, seja tocando e cantando louvores, interpretando as letras ou escutando, é possível estabelecer uma conexão com o transcendente.

Utilizar a música de forma frequente dentro da instituição faz com que os residentes persistam no tratamento. Momentos diários de prática musical como ensaios, apresentações, rodas de violão ou batalhas de *rap* estimulam os participantes a expressar a condição de estarem livres das drogas, assim como projetarem seus planos futuros por meio da/com a música.

Como pesquisador, acredito que os resultados da pesquisa envolvendo a temática da música e drogadição, ainda pouco explorada pela educação musical, possa trazer contribuições tanto para a área de conhecimento específica quanto para a sociedade como um todo. Tendo em vista os resultados relevantes alcançados dentro da Fazenda Esperança através das práticas musicais, bem como em outros espaços semelhantes, acho pertinente que outros estudos possam interessar-se pelo fazer musical de indivíduos que sofrem com a dependência química.

Também destaco estes contextos como um interessante e desafiador campo de atuação para educadores musicais, já que tais práticas músico-educativas, quando existentes nesses espaços, provocam o professor de música a olhar para além de sua área de atuação específica, buscando conexões interdisciplinares.

Por fim, destaco a importância em prosseguir estudando essa temática. Tenho interesse em dar continuidade a investigações que contemplem as palavras-chaves música e drogadição, acreditando, assim, estar contribuindo tanto para a educação musical quanto para uma sociedade melhor.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Anderson Andrade; DIAS, Leila. Educação, periferia e transformação: o educador musical e alguns prismas emergentes. In: ENCONTRO REGIONAL SUL DA ABEM, 16., 2014. Blumenau. **Anais** [...]. Blumenau: Associação Brasileira de Educação Musical, 2014. Disponível em: http://www.abemeduacaomusical.com.br/conferencias/index.php/regional_sul/regional_sul/paper/view/497/44. Acesso em: 05 dez. 2019, às 23:40.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação Qualitativa em Educação**. Portugal: Porto Editora, LTDA., 1994.

DAMACENA, Gabriela Fernandes Carnot, *et al.* **A abordagem religiosa como recurso de tratamento da dependência química nas Comunidades terapêuticas**. Revista de Saúde Pública de Santa Catarina, 10.1 (2017): 46-55.

DESLAURIERS, Jean Pierre; KÉRISIT, M. **O Delineamento de Pesquisa Qualitativa**. In: POUPART *et al.* **Pesquisa qualitativa: enfoques e epistemologias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (Coleção Sociológica).

ELLWAND, Kathy *et al.* **Music community and recovery: Good practice in UK community music projects supporting recovery from addiction**. In: STAMOU Vasileios; STAMOU Lelouda. **Handbook of Best Practices: Music in Creative Detoxification and Rehabilitation**. Thessaloniki, Greece: University Macedonia Press, 2018.

FIALHO, Malagutti Vania. **Contribuições do Ensino da Música em Projetos Sociais: Depoimentos de Egressos**. In: SOUZA Jusamara. *et al.* **Música, educação e projetos sociais**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014 (Série educação musical e cotidiano v.3). p 123 – 136.

FUENTE, Lucía Casal de la. Instrução, educação musical e musicoterapia: o papel da experiência musical. **Anais** [...]. Porto Alegre: Simpósio de Estética e Filosofia da Música, 2016. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/sefim/ojs/index.php/sm/article/view/503/435>. Acesso em: 05 dez. 2019, às 23:40.

NASCIMENTO, Antônio Dias. **Contribuições do Ensino da Música em Projetos Sociais:** Depoimentos de Egressos. *In:* SOUZA Jusamara *et al.* **Música, educação e projetos sociais.** Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014 (Série educação musical e cotidiano v.3). p 51 – 63.

PIRES, Álvaro P. **Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico.** *In:* POUPART *et al.* **Pesquisa qualitativa: enfoques e epistemologias.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (Coleção Sociológica).

POUPART, Jean. *et al.* **Pesquisa qualitativa: enfoques e epistemologias.** Petrópolis Rio de Janeiro, Vozes, 2010. (Coleção Sociológica).

ROSA, Sandro Santos Da. **Musicoterapia e cuidado humano:** A música e a reabilitação de pessoas que fazem uso de substâncias psicoativas. 2013. Dissertação (Mestrado em Música) – Faculdades EST, São Leopoldo.

ROGGENKAMP, Carla Irene. **Prática de educação musical em instituições de acolhida para adolescentes:** Possibilidades e limites. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós- Graduação em Educação, Universidade Federal de Ponta Grossa, Ponta Grossa – PR.

SOUZA Jusamara *et. al.* **Música, educação e projetos sociais.** Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014 (Série educação musical e cotidiano v.3).

SOUZA, Jusamara. **Educação musical e práticas sociais.** Revista da ABEM, v. 12, n. 10, 2004.

SOUZA, Jusamara. **Música, cotidiano e educação.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Música--Mestrado e Doutorado, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n53/07.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2019, às 15:50.

TEIXEIRA Lúcia Helena; MACIEL, Adriano Fernandes. **Aulas de música na penitenciária – um relato sobre a formação de grupo vocal e grupo instrumental na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, em Porto Alegre – RS.** *In:* XVIII CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL 15º SIMPÓSIO PARANAENSE DE EDUCAÇÃO MUSICAL, Londrina - 6 a 9 de outubro de 2009. Disponível em: <http://www.youblisher.com/p/896749-Aulas-de-musica-na-penitenciaria-um-relato-sobre-a-formacao-de-grupo-vocal-e-grupo-instrumental-na-Penitenciaria-Feminina-Madre-Pelletier-em-Porto-Alegre-RS/>. Acesso em: 05 dez. 2019, às 15:45.

WEICHSELBAUM, Anete Susana; NUNES, Pâmela Lopes. **Contribuições do Ensino da Música em Projetos Sociais:** Depoimentos de Egressos. *In:* ENCONTRO REGIONAL SUL DA ABEM, XXVII. 2016, Curitiba. **Anais** [...] Curitiba: 2016. Disponível em: http://abemeducacaomusical.com.br/conferencias/index.php/xviiregusul/regs2016/pap_er/view/1831/814. Acesso em: 05 dez. 2019, às 15:46.

YIN, Robert K. **Pesquisa Qualitativa do início ao fim.** Porto Alegre: Editora Penso, 2016.

APÊNDICES

Roteiro de entrevistas dos participantes do grupo musical

1. Tu sabes quais os motivos para criação de grupos musicais da Fazenda Esperança?

2. Conhecer como os internos escolhem os grupos musicais dos quais participam?

De que forma foste apresentado aos grupos musicais?

3. Investigar as formas de ensino e aprendizagem musicais que ocorrem nos grupos musicais?

Tu já tinhas alguma experiência musical anterior ao ingresso no grupo? Após teu ingresso no grupo percebeste aquisição de novos conhecimentos musicais?

Como ocorrem os ensaios, é sob coordenação de um único participante ou o grupo decide em conjunto? (quem define o repertório)

Como ocorre as trocas de informações musicais entre os membros da banda?

Participar do grupo te despertou interesse em buscar conhecimentos musicais fora da Fazenda Esperança?

Como tu compartilha com os colegas de banda os teus conhecimentos musicais?

4. Analisar os impactos do envolvimento com as práticas musicais na trajetória de recuperação dos internos?

Durante o teu tratamento de que forma tu acha que a música auxiliou na tua recuperação?

TERMO DE CESSÃO DE DIREITO DE USO DE IMAGEM E VOZ

(Lei nº 9610, de 19 de fevereiro de 1998)

Pelo presente instrumento, eu, _____, portador/a do CPF nº _____, RG nº _____, telefone _____, e-mail _____, autorizo graciosamente, sem limitação de tempo ou número de exposições, a utilização da minha imagem e/ou voz em registros realizados durante minha participação como colaborador/a para a pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso realizado pelo/ adiscente _____, orientado pela professora Lúcia Helena Pereira Teixeira.

Local/data: _____, _____ de _____ de 2019.

Nome: _____

Assinatura: _____



Universidade Federal do Pampa

TERMO DE CESSÃO DE DIREITO DE USO DE IMAGEM E VOZ

(Lei nº 9610, de 19 de fevereiro de 1998)

Pelo presente instrumento, eu, FRANCO FABIAN B. DE OLIVEIRA, portador/a do CPF nº 81667116053, RG nº 9094321131, telefone 53 999293070, e-mail FRANCOFABIAN1980@gmail.com autorizo graciosamente, sem limitação de tempo ou número de exibições, a utilização da minha imagem e/ou voz em registros realizados durante minha participação como colaborador/a para a pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso realizado pelo/a discente FELICIANO SILVA B. MACHADO S, orientado pela professora Lúcia Helena Pereira Teixeira.

Local/data: PAGÉ, 07 de DEZEMBRO de 2019.

Nome: FRANCO FABIAN B. DE OLIVEIRA

Assinatura: [assinatura]

A CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DO MEIO NATURAL NA AMAZÔNIA PARAENSE: CARACTERÍSTICAS EM METAMORFOSE

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.046112427094>

Data de aceite: 02/10/2024

Ana Cláudia Alves de Carvalho

João Santos Nahum

THE SPATIAL CONFIGURATION
OF THE NATURAL ENVIRONMENT
IN THE AMAZON OF PARÁ:
CHARACTERISTICS IN
METAMORPHOSIS

RESUMO: O artigo caracteriza o meio natural na Amazônia paraense considerando a configuração espacial como aspecto delimitador das transformações espaciais. A reflexão se estende de 1616, ano de fundação da cidade de Belém e até 1966, início da “Operação Amazônia”, abrangendo um conjunto de ações estatais que reinventam a região como fronteira de recursos. Apoiamo-nos na teoria social do espaço enquanto sucessão e coexistência de meios geográficos o que nos permitiu delinear momentos em que a configuração espacial tinha fortes traços indígenas, outro marcado pela presença colonial e num terceiro em que a ação estatal é determinante. Para tanto, realizamos revisão de literatura com o propósito de reconstituir traços dessa geografia histórica da Amazônia e é neste campo situamos este trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Configuração espacial; Amazônia paraense; Processo; Meio natural.

ABSTRACT: The article characterizes the natural environment in the Pará Amazon considering the spatial configuration as a delimiting aspect of spatial transformations. The reflection extends from 1616, the year of foundation of the city of Belém, until 1966, the beginning of “Operation Amazon”, covering a set of state actions that reinvent the region as a frontier of resources. We base ourselves on the social theory of space as a succession and coexistence of geographic environments, which allowed us to delineate moments in which the spatial configuration had strong indigenous traits, another marked by the colonial presence and a third in which state action is decisive. For that, we carried out a literature review with the purpose of reconstituting traces of this historical geography of the Amazon and it is in this field that we place this work.

KEYWORDS: Spatial configuration; Amazon region of Pará; Processes; Natural environment.

INTRODUÇÃO

Interpreta-se a Amazônia de diferentes maneiras. Nas ciências humanas temos abordagens enfocando processos que identificam na região ciclos da história econômica (Santos, 1980), inventariam traços constitutivos da formação social e cultural (Benchimol, 2009), assinalam a formação extrativista rural e a agropecuária (Costa, 2000), descrevem acontecimentos marcantes das eras da província do Pará (Barata, 1973) e fatos históricos Baena (1969) ou mesmo um conjunto de datas relativas à formação histórica do Estado do Pará (Cruz, 1973). Nessas abordagens o espaço amazônico ora se resume a noção de área a ser ocupada, potencialmente rica, aguardando investidores e investimentos; ora a resultante da ação humana, fruto do empreendedorismo individual ou social sem outras determinações que não a coragem e o espírito colonizador.

No entanto, é a representação de espaço vazio que se fixa na Amazônia e orienta a ação estatal e empresarial quando são elaborados planos, programas e ações políticas para a região (Nahum, 2012); e esta interpreta como obstáculo outro entendimento que não privilegie a forma – seja está um forte, igreja, engenho, porto, hidrelétrica, planta industrial, ferrovia, rodovia – e contemple sua funcionalidade técnica no interior da reprodução do capital. Mas a distribuição das formas espaciais são o testamento e testemunho da lógica espacial hegemônica nas relações entre espaço e sociedade. Impõe-se a necessidade de passar das formas para a formação (Santos, 2017), ressaltando a interdependência e impermanência entre forma e ação. Enquanto raridade (Lefebvre, 2013), o espaço social integra a economia política, torna-se condição de produção e reprodução da formação econômica e social. Sendo instância da sociedade (Santos, 1992), deve-se falar em formação espacial.

Pensando com Santos; Silveira (2001) rumo a uma teoria do território brasileiro e tendo como ponto de partida o espaço enquanto sucessão e coexistência, interpreta-se geograficamente a Amazônia ressaltando a relação entre espaço e sociedade, sua interdependência e lógicas próprias. Partindo da compreensão de hipótese enquanto, “um enunciado (ou conjunto de enunciados) que só pode ser comprovado, examinado e verificado indiretamente, através das suas consequências” (Abbagnano, 2000, p.500), sustenta-se que, no período de 1616 a 1966, predomina na formação territorial da Amazônia paraense o meio natural. Tributários da história longa, foca-se as camadas estruturais do meio e isso não é obtido enumerando datas e fatos, pois estas são a parte visível, a manifestação fenomênica e local de processos espaciais cuja tessitura envolve múltiplas escalas, agentes e processos.

Este artigo procura compreender da Amazônia paraense a partir de uma análise geográfica que mostre o protagonismo da dimensão espacial. Nesse sentido tem por objetivo caracterizar a configuração espacial do meio natural, pois esta indica as transformações espaciais ocorridas na Amazônia paraense, no período de 1616 a 1966. As metamorfoses espaciais transcorridas no curso destes três séculos e meio, permitiram que identificássemos, pelos menos, três momentos: o indígena, o colonial e o estatal.

A configuração territorial para Santos, (2008, p. 83) “[...] é o território mais um conjunto de objetos existentes sobre ele; objetos naturais ou objetos artificiais que a definem”, tais objetos espacializados exprimem uma relação com o lugar e são explicados por ele, sendo também fundamentais na análise espacial. “[...] é o conjunto total, integral, de todas as coisas que formam a natureza em seu aspecto superficial e visível [...]” (SANTOS, 2008, p. 85). Ainda, segundo Santos (2008), “podem as formas, durante muito tempo, permanecer as mesmas, mas como a sociedade está sempre em movimento, a mesma paisagem, a mesma configuração territorial oferecem-nos, no transcurso histórico, espaços diferentes” (SANTOS, 2008, p. 85). Dessa maneira, observa-se que as formas espaciais no decorrer dos períodos estão sempre envoltas pela sociedade e dinâmicas sociais.

Em se tratando de método entende-se, tal como Santos (2006, p.63), que “o espaço é formado por um conjunto indissociável e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Nessa teoria “a noção de técnica permite empiricizar o tempo e se encontrar com a noção de meio geográfico. A ideia de técnica, tal como algo onde o “humano” e o “não-humano” são inseparáveis, é central (SANTOS, 2006, p. 24). As técnicas e os sistemas técnicos integram o quadro geográfico e este não pode ser compreendido na sua totalidade sem considerá-los.

Santos (2006, p. 29) compreende que “as técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria o espaço”. Por conseguinte, a técnica integra o meio, isto é, “o uso dos objetos através do tempo mostra histórias sucessivas desenroladas no lugar e fora dele (...) [o que permite] produzir uma geografia como ciência histórica” (SANTOS, 2006 p.48-49). Na teoria miltoniana, “o espaço do trabalho contém técnicas que nele permanecem como autorizações para fazer isso ou aquilo, desta ou daquela forma, neste ou naquele ritmo, segundo esta ou aquela sucessão” (SANTOS, 2006, p. 54).

Considerando que “o geógrafo se interessa pelo conjunto de condições características de várias épocas, mas a partir do presente, indo, frequentemente, deste para o passado” (SANTOS 2006, p. 73), a relação entre técnica/tempo/espaço torna-se proposição metodológica capaz de apreender no meio o testemunho e o testemunho de diferentes e desiguais relações dos seres humanos entre si e deste com a natureza. Neste sentido, “o fenômeno técnico na sua total abrangência permite alcançar a noção de espaço geográfico” (SANTOS, 2006, p. 37). Assim, “todo e qualquer período histórico se afirmar como um elemento correspondente de técnicas que o caracterizam e com uma família correspondente de objetos técnicos (SANTOS, 2006, p. 96)”.

As categorias período e evento estão associadas na compreensão de diferentes e desiguais camadas de formação espacial. Para Santos (2006, p.144) “se consideramos o mundo um conjunto de possibilidades, o evento é um veículo de uma ou algumas dessas possibilidades existentes no mundo”. E adiante sintetiza, “os eventos mudam as coisas,

transformam os objetos, dando-lhes ali mesmo onde estão, novas características” (SANTOS, 2006, p.146). O evento, portador de uma racionalidade espacial hegemônica alicerçada na técnica e em comandos políticos, condiciona a reprodução das relações de produção e, por conseguinte, a morfologia social e a produção do espaço. O período, enquanto recurso analítico, reconstitui o movimento da totalidade espacial; e o lugar, por sua vez, constitui uma expressão desta. Nos lugares realizam-se aspectos de um determinado período, “portador de um sentido, partilhado pelo espaço e pela sociedade, representativo da forma como a história realiza as promessas da técnica” (SANTOS, 2006, p. 171).

Em termos operacionais o artigo foi estruturado a partir a revisão bibliográfica acerca da Amazônia paraense no período de 1616 a 1966, essencial para o propósito deste artigo. Em um primeiro momento, a composição de uma base teórica sobre o conceito de período, periodização e meios geográficos em Santos (1994; 2006), além do referencial teórico sobre o conceito de configuração espacial.

Um segundo momento, a investigação e levantamento bibliográfico sobre as obras que tratam da Amazônia em diferentes momentos históricos, começando pelas contribuições dos viajantes, com suas narrativas e incríveis descrições fundantes do imaginário europeu acerca da Amazônia. Depois, buscou-se analisar as obras que trataram da formação da Amazônia, em seu processo de colonização e estruturação como um todo, considerando o período investigado que se estende de 1616, ano de fundação de Belém, até 1966, quando se estabelece o meio técnico na Amazônia, de acordo com Nahum (2019). Com isso, definiu-se quais obras, em seus diferentes objetos ajudariam neste desafio que é caracterizar a configuração espacial neste horizonte temporal.

CONFIGURAÇÃO ESPACIAL INDÍGENA

Na formação do meio natural na Amazônia paraense, durante esses três séculos e meio, identifica-se três configurações espaciais presentes, a primeira denomina-se configuração espacial indígena, pois se estabelece em um meio natural de sociedades não mercantis. Caracteriza-se por uma diversidade na ocupação por parte dos grupos indígenas que habitavam a Amazônia paraense.

Neves (2006) destaca a importância de se olhar para o passado em busca de parâmetros para as políticas do presente, pois como a bacia Amazônica foi habitada por diferentes grupos indígenas e nesse processo houve continuidades entre esses povos, esse modo de vida pré-colonial da região precisa ser reconhecido. Assim, compreende-se a importância dos estudos arqueológicos na análise da formação da Amazônia paraense.

Os elementos físicos da região influenciam nos padrões de ocupação da Amazônia. De acordo com Neves (2006), revelaram-se quatro compartimentos destes usos, um primeiro como sendo uma faixa que se estende paralela a Cordilheira dos Andes, passando pela Bolívia, Peru, Equador e Colômbia. Uma segunda composta por áreas ribeirinhas e

alagadas, uma terceira formada por áreas de interflúvio e uma quarta denominada de zonas de estuário e litoral, esta segue a partir do Amapá, Pará e do Maranhão, sendo neste quarto compartimento onde a civilização marajoara fez morada, e onde sítios com a cerâmica mais antiga da América do Sul foram encontrados. Segundo Meggers (1987) por volta do século XVI e XVII ocorre a espacialização dos modos de vida, compondo um conjunto heterogêneo de formas, tão diversos quanto os grupos indígenas presentes em seu estudo, tecidas pela junção entre adaptabilidade ao meio e do meio. As paisagens ganham novos elementos e ao mesmo tempo a vida se transforma, sendo moldada ao espaço.

Na Amazônia do período anterior ao contato, os grupos indígenas estão dispersos tanto na terra firme como na várzea. A localização das tribos, de acordo com Meggers (1987), está diretamente ligada ao modo de vida e a cultura alimentar que se diferencia em alguns pontos das tribos estabelecidas nas áreas de várzea, uma característica da região por possuir um sistema fluvial singular.

Essa configuração espacial indígena edifica-se pelos saberes e fazeres de cada grupo, traduzindo-se em diferenciações referentes a adaptações quanto ao seu habitat, cultura alimentar, casa, costumes etc.. Como exemplo tem-se que na terra firme existia um padrão na paisagem referente às casas, localizadas de modo circular; na várzea o padrão é outro, distribuem-se ao longo do rio de maneira linear.

As diferenças entre povoamento indígena na várzea e na terra firme ajudam a compreender a dimensão espacial dos lugares na Amazônia. Cada povoado com suas peculiaridades e modos de vida. Esse “padrão espacial” se repete, indicando uma forma de configurar os objetos espacialmente diante do meio. O fato de grupos dedicarem-se a agricultura diz muito sobre a potencialidade do meio em que viviam. De modo que,

Podemos afirmar que os índios se tornaram também construtores da paisagem amazônica colonial, não só porque intervieram e modificaram o ambiente, mas também porque o seu trabalho de transformação do espaço por meio da agricultura foi percebido e reconhecido – ainda que em fragmentos – pelos próprios portugueses. Daí as 'roças', as 'taperas', os 'currais' ou os 'sítios', descritos na documentação. Desse modo, para além de trabalhadores e escravos, de guardiães das fronteiras, de pilotos, de remeiros, de aliados nas tropas, de inimigos nas guerras, de fugitivos, os índios coloniais foram igualmente lavradores – como tinham sido, aliás, ao longo do tempo, os seus antepassados (CHAMBOULEYRON, ARENZ, MELO, 2020, p.17).

A presença das roças, taperas, currais e sítios expressa diferentes saberes e fazeres manifestados na configuração espacial, que tem no sistema fluvial um elemento central, pois os fluxos se davam pelo rio e sempre foi salientado nas narrativas dos viajantes, como um aspecto singular da região. Bates (1979) destaca isso ao descrever uma de suas excursões pelo rio Iritiri, onde se deparou com vários riachos, e descreveu as características do sistema fluvial.

O Maguari é um magnífico canal; suas inúmeras ramificações formam o verdadeiro labirinto no terreno que se caracteriza por sua pouca elevação. Todos esses riachos do estuário do Pará não passam, na realidade, de canais. As terras são tão planas que os cursos da água locais, de curta extensão, não tem nascente nem correm numa determinada direção como os rios que geralmente conhecemos. Eles ajudam a drenar o terreno, mas ao invés de uma corrente continuar num determinado sentido eles têm um movimento regular de fluxo e refluxo, de acordo com a maré. Os nativos chamam-nos de Igarapés, que na língua tupi significa “caminhos das Canoas” (BATES, 1979, p. 38).

O rio é a rua e comanda a vida (Tocantins, 2000), mas a partir do século XIX, o capital comercial controla a navegação a vapor e utiliza o rio para circular a economia extrativista que se estrutura em torno do produto e não da produção na terra. Foram três séculos e meio de assenhoreamento dos rios a partir do conhecimento das melhores rotas. Albuquerque (1894) registra que “em tão remota época (1853), muito mal regulamentado andava o serviço de praticagem em tal região; e menos ainda assegurada a sua navegação, tal a ausência de pharóes, boias e postos indicativos, e, sobretudo, a falta de conhecimentos especiais sobre as particularidades do curso das águas no Amazonas e seus afluentes” (ALBUQUERQUE, 1894, p. 16).

No biênio de 1853-5, ainda segundo Albuquerque (1894), iniciou-se a navegação a vapor do Amazonas, por iniciativa de Irineu Evangelista de Souza a que foi concedido pelo conselho presidencial do Pará, por meio do decreto 4037 de 30 de agosto de 1852, o privilégio a Companhia de Navegação e Commercio do Amazonas a navegação a vapor na região. Ao término da década de 1853-1863, a navegação regular a vapor desenvolvera-se de tal sorte, que se multiplicaram as linhas, elevando-se ao número de oito, entre os seguintes “portos principaes: Belém e Manáoes, Manáos e Nauta (Perú), Manáos e Tabatinga, Manáos e Santa Isabel, Belém e Bayão (Tocantins), Belém e Chaves (Marajó), Belém e Itacoan (Marajó) e Belém e Soure (Marajó)” (ALBUQUERQUE, 1894, p. 17).

A rede fluvial é importante na configuração espacial, sua capilaridade e abrangência possibilitava o transporte aos mais remotos lugares. Por meio dela, tem-se a espacialização das casas e das aldeias em si, estando elas intimamente ligadas a adaptações ao espaço. Meggers (1987) descreve as características das aldeias da várzea: “Uma disposição linear de casas é natural numa aldeia orientada para a exploração da base e é uma característica de povoamento ribeirinho, de maneira geral.” (MEGGERS, 1987, p. 200). Essa configuração espacial caracterizada por um intenso sistema fluvial dá origem aos povoados ao longo dos rios, onde o rio também exerce o papel de fornecedor de alimento, e cuidador da vida.

CONFIGURAÇÃO ESPACIAL COLONIAL

Na configuração espacial colonial as intencionalidades do projeto colonizador se tornam a tônica da organização do espaço. Emergem uma estrutura espacial por meio das missões, que crescem e transformam-se em aldeias, em seguida povoados. As missões variavam de tamanho, de estrutura, também nos gêneros cultivados, nas atividades desenvolvidas, e na quantidade de habitantes. Afirma Porro (1992, p. 190), que estas se tornaram “postos de abastecimento de índios amansados”, a imposição de novos modos de vida, uma dedicação maior ao trabalho, uma nova língua, foram os direcionamentos estipulados nessas missões.

O “Regimento das Missões do Estado do Maranhão e Grão-Pará”, com uma série de diretrizes direcionavam a administração dos aldeamentos a garantirem os direitos de liberdade e assalariamento dos indígenas. Este possuía várias leis complementares, como: “[...] o Alvará de 1688 (Alvará dos Resgates) e as Provisões de 1718 e 1728 (sobre os descimentos). O sistema implantado pelo *Regimento das Missões* vigorou até 1757, quando foi substituído pelo Diretório dos Índios” (MELO, 2009, p. 86).

As transformações desencadeadas no meio natural expressam os resultados do primeiro regimento das missões de 1686, que não só administrativamente vem efetivar novos agrupamentos indígenas promovidos pela força, como vem coabitar com as povoações indígenas que se mantiveram “livres”. Além disso, a localização de algumas missões estabelecidas em pontos estratégicos na defesa do território têm um papel político, direcionado a, também, povoar o interior da Amazônia.

Dessa maneira se estabelecem ações estatais de garantia do território. Podemos destacar a primeira através das sesmarias, ainda como uma forma de conceder terras aos donatários, do século XVII ao XVIII. Segundo Chambouleyron (2011, p. 4), na capitania do Pará, no período de 1694 a 1705, das 40 sesmarias confirmadas pelo rei, 15 eram para cidadãos que moravam em Belém, outras 20 a pessoas que se diziam morar em Belém e as 5 demais a pessoas cuja localização da moradia não foi identificada.

Além das doações de sesmarias, a posse da terra se dava também através da exploração econômica, ou seja, por estar cultivando-a, o indivíduo solicitava a concessão. É importante ponderar que as terras requeridas e possivelmente habitadas não necessariamente estavam próximas a cidade. Encontravam-se espalhadas por trechos entre Acará-Moju e Capim-Guamá. Estabelecia-se a relação entre Belém e as áreas de ocupação da terra. Outra característica é a descontinuidade das terras, devido à diversidade das condições ecológicas das áreas, eram marcadas por uma “especialidade da produção” (CHAMBOULEYRON, 2011, p. 9). Segundo Chambouleyron (2011), as diversas culturas e atividades se reproduzem por lugar diferente, respeitando as melhores condições ecológicas a sua melhor adequação.

No Grão-Pará, o gado se concentraria na ilha do Marajó, e a plantação de canaviais notadamente nos rios Moju e Acará. O rio Guamá, como também o Capim, parece ter se “especializado” no cultivo do cacau. Assim, para os cidadãos de Belém, a policultura implicou a solicitação de terras discretas, a menor ou maior distância, que passaram a compor o multifacetado patrimônio de uma “nobreza da terra”. Um último exemplo é o de José da Costa Jordão, cidadão de Belém, que plantava tabaco e “mais frutos da terra” no Moju, tinha gado no rio Atuaú, ilha do Marajó, e possuía um cacau no Jenipaúba (CHAMBOULEYRON, 2011, p. 9).

Chambouleyron (2006) compreende esse processo como a entrada de uma lógica de ocupação do espaço pela agricultura, afirmando que essa exploração econômica do território “[...] dependia de outras formas de mão-de-obra, de transporte e de ocupação mesma, diferentes daquelas ligadas à busca das drogas no sertão.” (CHAMBOULEYRON, 2006, p. 19), o que também ocasionava uma dispersão populacional, em função dessa exploração agrícola, havendo um deslocamento constante entre as vilas, a cidade e as terras doadas.

As concessões de terras e o fluxo de pessoas e bens entre elas e Belém garantem uma dinâmica transformadora que juntamente com a lógica econômica que determina a expansão da agricultura, acarretam novos usos do espaço. Esta metamorfose é impulsionada pelo projeto colonial, que aos poucos vai implantando através das suas políticas uma economia regional que melhor contribua para a expansão da sua produção.

CONFIGURAÇÃO ESPACIAL ESTATAL

O que se denomina configuração espacial estatal desencadeia-se a partir das capitâneas privadas, vilas, povoações e cidades. A expansão portuguesa se deu através das concessões de terra a exemplo das sesmarias e capitâneas privadas, que durante o século XVII instituíram-se na região “[...] Tapuitapera e Cameté (pertencentes à família Albuquerque Coelho de Carvalho), Caeté (Álvaro de Sousa), Cabo do Norte (Bento Maciel Parente) e Ilha Grande de Joanes (Antônio de Sousa de Macedo).” (CHAMBOULEYRON, 2006, p. 11). O estabelecimento de uma capitania privada era frequentemente acompanhado da criação de uma vila, com o objetivo agrícola e defensivo, com a instalação de colonos objetivando a produção agrícola.

As vilas e os lugares se tornam, de acordo com Coelho (2005), centros de irradiação da autoridade metropolitana, dar nomes portugueses as novas vilas também era uma forma de apagar a cultura nativa e estabelecer elos com a nova cultura. De acordo com os registros de Baena (2004, p. 226), aspectos referentes a configuração territorial das vilas são apresentadas, localizações, quais culturas produziam, a presença da igreja e do santo padroeiro, quantidade de moradores, destes quantos eram indígenas e quantos não eram etc., como podemos observar a seguir:

Boim: vila assentada na borda esquerda do rio Tapajós sobre uma dilatada e aprazível planura seis léguas antes de chegar à Vila de Pinhel. Consta a população de setecentos e oitenta índios e mamelucos. Estes moradores no emprego, que fazem do tempo, não diferem dos das outras povoações do Tapajós: todos volvem a vida na mais extrema miséria: a caça é em geral o seu sustento aventureiro, e para havê-la à mão tem toda a destreza, que adquirem desde que se lhe abre a flor da idade (BAENA, 2004, p. 226).

As vilas se diferenciam quanto ao tamanho e estrutura, porém têm aspectos semelhantes, por exemplo, casas de palha, a presença da igreja, localização as margens dos rios, população com indivíduos mamelucos e indígenas. Segundo Coelho (2005) “[...] a metrópole se fortalecia com a transformação do sertão amazônico em uma paisagem domesticada: com as aldeias volvidas em vilas e as matas tornadas roças.” (COELHO, 2005, p. 202). Dessa forma, estabelecia-se o projeto colonial de tornar aquele espaço produtivo correspondendo aos seus anseios.

A diversidade entre os lugares, as vilas e as missões compõem o conjunto de elementos espaciais e suas especificidades influenciam as vivências nele, sua origem, tamanho, composição. Um exemplo de Itaituba, que é apresentado por Baena (2004) como sendo um lugarete, vinculado a Vila de Pinhel, que se expandiu a ponto de possuir novos lugares vinculados a ela. Assim, com o crescimento das vilas outros lugares ao redor passam a prosperar formando-se um conjunto de pequenos lugares, e assim tornando-se povoados.

A partir do governo de Mendonça Furtado, que tinha como um de seus propósitos o desenvolvimento da colônia, tem-se um período de intensa criação de vilas e povoações, impulsionados pela chegada de imigrantes a fim de estabelecer povoamento na Amazônia. Segundo Coelho (2005) “até o final do século, o Estado contava com mais de noventa povoações, sessenta delas na Capitania do Pará, grande parte das quais fundadas no governo de Mendonça Furtado.” (COELHO, 2005, p. 201).

Aumenta o número de povoações na bacia Amazônica, concentrada no nordeste paraense. Essa expansão relaciona-se ao estabelecimento dos fortes por Marquês de Pombal, as povoações desenvolvem-se como lugares que convergem de várias vilas, um agrupamento de vilas com um conjunto de elementos espaciais maior. Entretanto, nem todas as vilas se tornam povoações, muitas permanecem vilas, da mesma forma que nem todas se tornam cidades.

A política de incentivo a imigração, a doação de terras, que estimula a geração de vilas e dos povoamentos foram fundamentais nesse processo. Isso é representado na figura 1. Essas representações cartográficas foram construídas com base em Muniz (1916), Porro (1992), Tavares (2008), Rezende (2006), Coelho (2005), e IBGE cidades (2010). Cruzou-se informações referentes a datação de origem das missões, vilas e povoações, representando-as espacialmente. Considerando as divergências encontradas a tarefa tornou-se desafiadora e por isso pode apresentar limites (figura 1).

Estamos diante de um processo de expansão e institucionalização do espaço aos moldes do projeto colonial, que produz um meio natural de acordo com as condições naturais da Amazônia paraense, a fim de melhor alcançar seus objetivos mercantis.

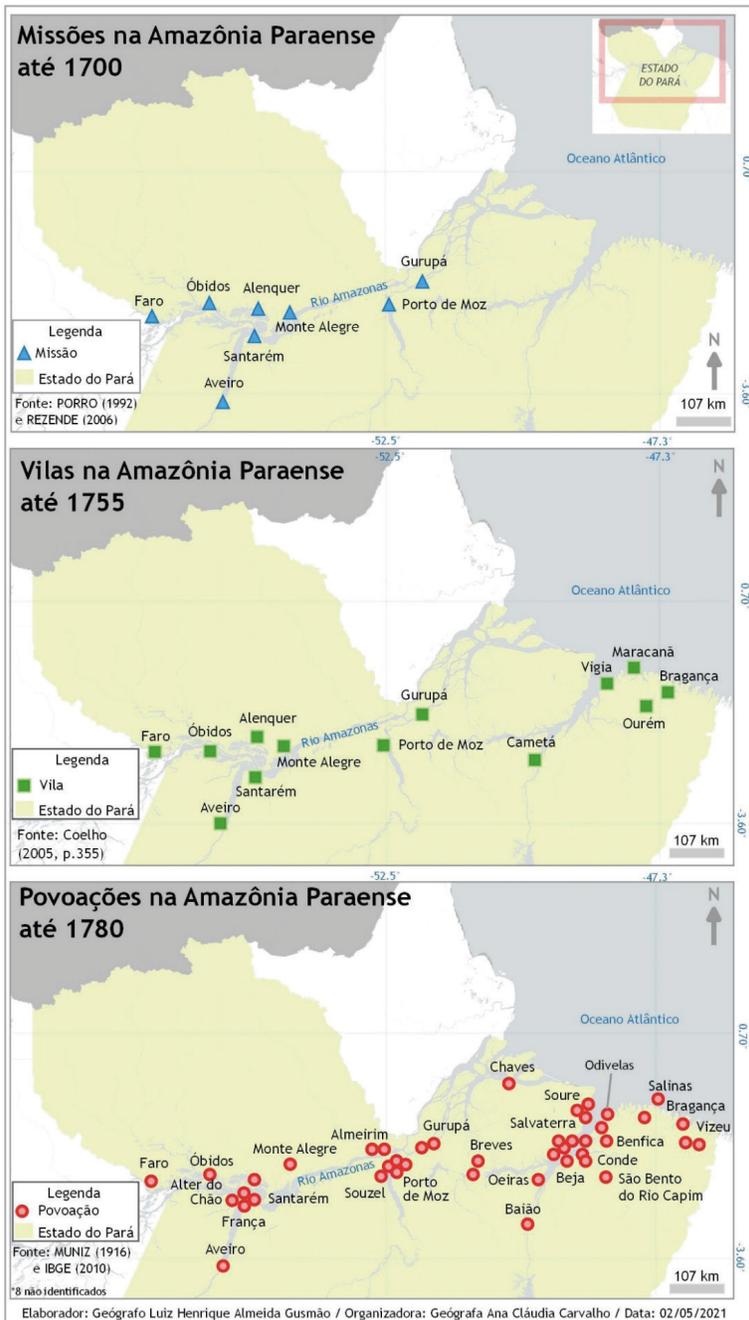


Figura 1 – Coleção de representações: Missões, Vilas e Povoações na Amazônia paraense.

Fonte: Organizado por Carvalho (2021).

A representação de oito missões em 1700 marca o início do processo de agrupamentos dos povos indígenas (PORRO, 1992; REZENDE, 2006). Tal como os fortes, as missões se espalham no sentido leste, transformando-se em aldeias, contendo uma diversidade cada vez maior de grupos nativos. A partir de Marquês de Pombal tem-se um direcionamento político que institui os diretórios e as vilas e dá maior autonomia aos lugares, que passam a ter os próprios colonos como seus diretores. Das oito missões no ano de 1700, há uma expansão para treze vilas em 1755, este número continua crescendo com novas vilas. Em 1780 somam quarenta e três povoações, sendo necessário destacar que a representação mostra apenas as povoações, pois há nesse período lugares que cumprem o papel de vilas mas não formam oficialmente reconhecidos, sendo conhecidas como lugares.

Os processos que ocorrem no espaço são dinâmicos, a elevação das vilas em povoados é um processo que não acontece de maneira homogênea, nem todas se tornaram cidades, muitas se mantiveram por mais tempo como vilas. Sobre a representação cartográfica, a definição deste período ocorre em função da disponibilidade dos dados levantados, sendo estes de 1637 a 1780, nesta coleção (COELHO, 2005; MUNIZ, 1916; IBGE CIDADES, 2010).

As modificações na configuração espacial ocorrem fundadas num conjunto de variáveis que se relacionam no meio natural, entre eles aspectos políticos que condicionam tais transformações, desenhando novos contornos espaciais no meio natural. Para melhor analisar o processo de criação dos municípios paraenses é necessário maior aproximação quanto a algumas questões.

Após o processo de independência do Brasil, em 1822 e do Pará, em 1823, quando o país deixa de ser colônia, estabelece-se a Constituição de 1824, nos artigos 167 e 169, que observa a obrigatoriedade das cidades e vilas possuir casas legislativas municipais, tendo estas apenas poder administrativo. No período colonial (1616 a 1808) vigoram as missões, aldeias, vilas e povoados, na transição deste para o período imperial (1808 a 1889) algumas vilas e povoados passam a ganhar centralidade, a disputa por autonomia se dava, quando o controle era reivindicado tanto pela esfera federal quanto pela estadual.

De acordo com Cigolini (2015, p. 8) durante o período imperial, “[...] as emancipações ocorriam, em maior ou menor número, independentemente de fatos como instabilidade/ estabilidade política e do embate centralização x descentralização.” Desse modo, a criação de municípios se dava em todas as províncias, desde o final do período colonial até o imperial. No Pará foram criados 14 municípios no período colonial e cerca de 25 no período imperial. Entretanto, trata-se em alguns casos de vilas e povoados que tiveram sua origem no período colonial e apenas se emanciparam no período imperial.

Na atual Região Norte, na Província do Pará, foram criados municípios na ilha do Marajó e nos arredores de Belém. No sul da Província, desde a divisa com o Amazonas, a oeste, até o rio Tocantins, a leste, não havia nenhuma municipalidade. No território que hoje constitui o atual Estado do Amapá, na época parte do território do Pará, foi criado o Município de Mazagão, em continuidade com a malha de municípios criados no Pará (CIGOLINI, 2015, p.10).

As fases de decadência econômica na Amazônia anterior ao ciclo da borracha, que nos fala Santos (1980, p.13-14) em sua periodização econômica que compreende o período de 1800 a 1840, coincidem com esse momento de transição entre o período colonial e imperial, isso pode ter influência sobre as poucas emancipações, considerando que a fase de expansão gomífera seria de 1840 a 1910, remetem ao período imperial, indicado por Cigolini (2015) como período em que considerável número de emancipações aconteceram no Pará.

Nesse momento as transformações na configuração espacial da Amazônia paraense são referentes ao poder que é dado aos municípios, mesmo que em um primeiro momento isto se dê apenas na esfera administrativa. Considerando o processo de formação territorial, gerida por um projeto colonial, o meio natural ganha novos contornos administrativos. Segundo Cigolini (2015, p. 2) em 1831 essa autonomia aos municípios é revista, com o “[...] Código Penal, instituído em 1832, que restaurou poderes policiais e judiciários, e o Ato Adicional n.º 16, de 12 de agosto de 1834, que fez alterações à Constituição, estabelecendo medidas descentralizadoras.”¹

A representação deste movimento de emancipação dos municípios e a instituição das cidades, é proposto (figura 2) onde apresenta-se uma localização aproximada das cidades que são sedes dos municípios, em dois períodos diferentes, no período colonial e no imperial, até o ano de 1961, que demarca o final do meio natural, a que se dedica esta caracterização. Representa-se a localização e a quantidade de cidades, e assim de municípios criados.

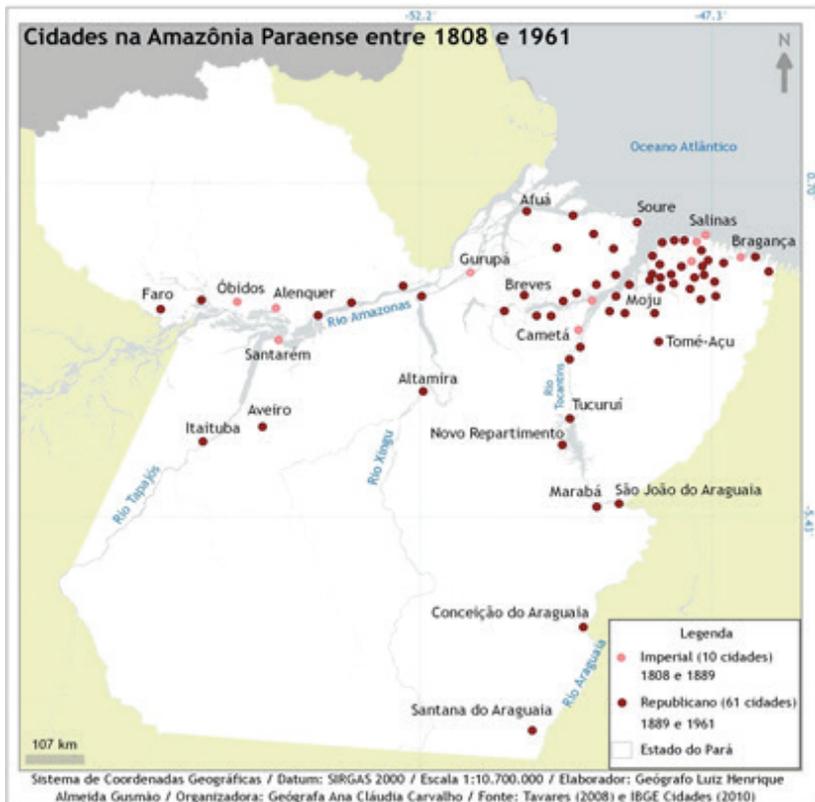


Figura 2 – Cidades fundadas na Amazônia paraense entre 1808 e 1961.

Fonte: Organizado por Carvalho (2021) a partir de Tavares (2008).

Tendo em conta a dinâmica espacial deve-se considerar a existência de grande número de vilas que tenham sido formadas no período representado. Nem todas as povoações se transformaram em cidades ou municípios. Temos ainda as vilas e povoados que se dividiram em dois ou mais municípios; as que trocaram de nome neste processo; e as que se anexaram ao território de outras localidades.

A figura 2 mostra o aumento no número de municípios que se emancipam durante o período republicano, fruto de questões políticas que possibilitavam aos estados maior poder de decisão no sentido de organizar o espaço geográfico brasileiro. Período este em que para a Amazônia, pensava-se em integrá-la ao todo, torná-la semelhante aos demais estados do país. É nesse momento que a Operação Amazônia passa a ganhar forma.

De fato, em 1961 tornam-se municípios: Aveiro, Colares, Salvaterra, Bagre, São João do Araguaia, Melgaço, Senador José Porfírio, São Félix do Xingu, Santo Antônio do Tauá, Santarém Novo, Santa Maria do Pará, Santana do Araguaia, Santa Cruz do Arari, Primavera, Peixe Boi, Magalhães Barata, Limoeiro do Ajuru, Jacundá, Capitão Poço, Bonito, Benevides e Augusto Corrêa. Esse aumento de municípios ocorre principalmente pela emancipação de vila rurais com forte centralidade econômica e política.

O desmembramento do Estado do Grão-Pará e Maranhão em 1772, a abertura dos portos em 1808, e a Lei de Terras em 1850, são leis que impulsionaram as transformações na configuração espacial. Torna-se importante enfatizar este movimento de apropriação e expropriação da terra, ocorrido nestes três séculos e meio, que condicionam através de um conjunto de eventos o meio natural, tornando-o contraditório. A lei de terras impõe um peso, determina que de fato aquele meio natural sai das mãos de um povo e vai para as mãos de poucos, uma política que se espacializa ao propor a segregação espacial de determinados grupos ao espaço.

Estas transformações deixaram marcas na Amazônia paraense, pois o movimento de cada elemento espacial a seu tempo torna-se fundante de uma nova dinâmica social. Cada um deles imprime na configuração espacial da Amazônia paraense, marcas decisórias quanto a dinâmica social do meio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dominação portuguesa na Amazônia durante o século XVII significava seguramente “uma múltipla ocupação militar, religiosa e econômica” (CHAMBOULEYRON, 2010, p. 81). Alguns processos fundamentam essa produção espacial do meio natural construída por novos agentes e alicerçada na ideia de natureza e mão de obra barata. A presença dos europeus impõe uma intencionalidade a Amazônia paraense, construindo um meio natural caracterizado por iniciativas que resultarão, segundo Nahum (2019) em apropriação e produção do espaço, processo de expropriação da terra, monopólio da terra e monopólio da força de trabalho.

Esses são os limites impostos ao meio natural à medida que o processo de colonização na Amazônia acontece, de acordo com Wagley (1988, p. 81) foi “Nos dois primeiros séculos de regime colonial, que se formou um novo modo de vida no Vale Amazônico”. O modo de vida das tribos indígenas que aqui habitavam foi comprometido no sentido de que, a partir da presença dos europeus o trabalho e a natureza ganham outros sentidos, transformando as relações existentes entre os homens e o meio. Porém, é importante destacar que “os europeus pouco contribuíram para proporcionar o equipamento ou os métodos técnicos que aumentassem a capacidade do homem para arrancar do ambiente amazônico o suficiente para viver” (WAGLEY, 1988, p. 81).

O conhecimento indígena sobre o meio lhes garantia a subsistência e o desenvolvimento de suas vidas em comunidade. A maneira como se relacionavam com a natureza foi em grande parte destruída, por esse motivo foram escravizados, para dispor desses conhecimentos em favor dos portugueses, a fim de alcançar regalias e acumulação de bens através da exportação dos produtos naturais colhidos na floresta.

A formação das missões, vilas, povoados, lugares e povoações assim como os demais processos instituídos no espaço, juntamente com o conjunto de intencionalidades inseridas na Amazônia paraense garantiram que o meio natural se metamorfoseasse, apresentando diferentes configurações espaciais no decorrer de suas transformações.

Os processos ocorridos no espaço vão dando forma a esse espaço que era natural, subordinado a natureza, e que se transforma aos poucos através de cada um dos processos citados acima. Destaca-se aqui a abertura dos portos em 1808, que foi resultado de uma gama de desejos e inquietações referentes a necessidade de se construir um diálogo internacional. A abertura do rio Amazonas a navegação internacional e com ele a introdução da navegação a vapor em concomitância a criação da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, tais ações trarão nova dinâmica a Amazônia, especialmente ela se transformará ao ganhar novos fluxos de entrada e saída, assegurando uma maior circulação de pessoas, produtos e capital. A condição histórica espacial ao qual a Amazônia paraense se forma e passa nessas três configurações espaciais, envoltas aos processos que a compõe geraram um quadro de ocupação espacial desigual, um modelo que se reproduz espacialmente.

AGRADECIMENTOS

Este artigo é parte integrante da tese de doutorado “O meio natural na Amazônia paraense: paisagem, configuração espacial e dinâmica social”, ligada ao projeto de pesquisa: Formação territorial e rural da Amazônia – FORTRAM, realizado pelo grupo de pesquisa “Dinâmicas territoriais do espaço rural da Amazônia” – GDEA. Agradecemos o apoio e parceria neste trabalho, sem o qual sua concretização não seria possível. Cabe ressaltar ainda que a tese contou com financiamento da CAPES durante seu desenvolvimento nestes quatro anos de pesquisa, agradecemos a contribuição.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, NICOLA. DICIONÁRIO DE FILOSOFIA. SÃO PAULO: MARTINS FONTES. 2000.

ALBUQUERQUE, Luiz R. Cavalcante de. **Amazônia em 1893**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1894.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro, 1782-1850. **Ensaio corográfico sobre a província do Pará**. / Antônio Ladislau Monteiro Baena - Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Compêndio das eras da província do Pará**. Belém: UFPA, 1969. Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/98> .Acesso: 11/01/2023.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: formação social e cultural**. Manaus: Editora Valer. 2009.

BARATA, Manoel. **Formação histórica do Pará: obras reunidas**. (Coleção Amazônica. Série José Veríssimo). Belém: UFPA, 1973.

BATES, Henry Walter. **Um naturalista no rio Amazonas** / Henry Walter Bates; tradução Regina Régis Junqueira; apresentação Mario Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

CHAMBOULEYRON, Rafael.; ARENZ, Karl Heinz.; MELO, Vanice Siqueira. **Ruralidade indígenas na Amazônia Colonial**. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum. 15 (1), 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/cwjTpXc9Mn5PXKLmkLjQfmC/?lang=pt#:~:text=Trata%2Dse%20de%20mostrar%20que,interior%20do%20pr%C3%B3prio%20mundo%20colonial>. Acessado em 11/01/ 2023.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Plantações, sesmarias e vilas. Uma reflexão sobre a ocupação da Amazônia seiscentista**, Nuevo Mundo, Mundos Nuevos, École des hautes études en sciences sociales, Débats, mis en ligne le 14 mai 2006. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/2260#quot> . Acessado em 11/01/ 2023.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)**. – Belém: Editora Açai/ Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (UFPA)/ Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Terras e poder na Amazônia colonial (séculos XVII-XVIII)**. Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime I Lisboa 18 a 21 de Maio de 2011.

CIGOLINI, Adilar Antônio. **Ocupação do território e a criação de municípios no período imperial brasileiro**. Mercator, Fortaleza, v. 14, n. 1, p.7-19, jan./abr. 2015. ISSN 1984-2201 © 2002. DOI: 10.4215/RM2015.1401. 0001.

COELHO, Mauro Cesar. **Do sertão para o mar um estudo sobre a experiência portuguesa na América a partir da colônia o caso do diretório dos índios 1750 a 1798**. Universidade de São Paulo. São Paulo. Tese de doutorado, 2005.

COSTA, Francisco de Assis. **Formação rural extrativista na Amazônia. Os desafios do desenvolvimento capitalista (1720-1970)**. Belém: NAEA.2000.

CRUZ, Ernesto. **História do Pará**. 2ª Edição. Belém: GRAFISA, 1973.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.com.br/cidades-e-estados/pa/obidos.html>. Acessado em 11/01/ 2023.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid. Capitán Swing Libros, S. L. 2013.

MEGGER, Betty J.. **Amazônia: A ilusão de um paraíso** / Betty J. Meggers; tradução de Maria Yedda Linhares; apresentação de Darcy Ribeiro. – Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

MELLO, Marcia Eliane Alves de Souza e. **O Regimento das Missões: poder e negociação na Amazônia portuguesa**. Clio, Recife, n. 27/1, p. 46-75, 2009.

MUNIZ, João de Paula. **Imigração e colonização: história e estatística 1616-1916**. Belém, PA. Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1916.

NAHUM, J.S.. Notas sobre a Formação Territorial da Amazônia Paraense: do meio natural ao meio técnico. In: Christian Nunes da Silva; Cristiano Quaresma de Paula; João Márcio Palheta da Silva. (Org.). **Produção espacial e dinâmicas socioambientais no Brasil setentrional**. 1ed.Belém: GAPTA/UFPA, 2019, v. 1, p. 23-43.

NAHUM, João Santos. Região e representação: a Amazônia nos Planos de Desenvolvimento. **Biblio 3w Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**. Vol. XVII, nº 985, 25 de julho de 2012. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-985.htm> . Acessado em: 10/01/2023.

NEVES, Eduardo Góes. **A arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

PORRO, Antônio. **História indígena do alto e médio Amazonas: século XVI a XVIII**. In. CUNHA, Manoela Carneiro. História dos índios no Brasil. – São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

REZENDE, Tadeu Valdir Freitas de. **A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras**. / Tadeu Valdir Freitas de Rezende; Orientadora: Prof^a. Dra. Antônia Fernanda Pacca de Almeida Wright – São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 4ª Ed. São Paulo: Edusp. 2006.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. São Paulo: Edusp. 2008.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec. 1994

SANTOS, Milton. **Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método**. Boletim Paulista de Geografia, (54) 2017. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1092>. Acesso em 11/01/2023.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 3ª Ed. São Paulo: Nobel.1992.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Record. 2001.

SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo. T. A. Queiroz, 1980.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. **A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios**. Revista ACTA Geográfica, ANO II, nº3, jan./jun. de 2008. p.59-83. DOI: 10.5654/actageo2008.0103.0005. ISSN 1980-5772.

TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida**. 9ª Edição. Manaus: Editora Valer/Edições Governo do Estado. 2000.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos/** Charles Wagley: tradução de Clotilde da Silva Costa. – 3. ed. – Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

Nota

Apenas na Constituição de 1967, no artigo 14 e Lei complementar nº1 é que foram estabelecidos critérios mínimos de população, renda pública e consulta prévia, como requisitos, estes valiam para todo o país. Já na Constituição de 1988, no artigo 18, foram definidos que os critérios mínimos para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios seriam decididos por leis complementares nos Estados.

CAPÍTULO 5

PRÁTICAS DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS ÉTNICO-EMPREENDEDORAS, AS TECNOLOGIAS DIGITAIS E OS DESAFIOS À GESTÃO DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA “AFRICANIZADA”, EM TEMPOS PANDÊMICOS RECENTES NA ESCOLA TÉCNICA PROFISSIONAL CEEPAMEV, ILHÉUS BA



<https://doi.org/10.22533/at.ed.957112430095>

Data de aceite: 04/10/2024

Ismara Sobral Pereira

UFSB/PPGER, Itabuna, Bahia, Brasil

Milton Ferreira da Silva Junior

UFSB/PPGER, Itabuna, Bahia, Brasil

Cláudia Oliveira Reis

Bureau Veritas – BV, Itabuna, Bahia, Brasil

Resumo: O trabalho destaca experiências de implementação das boas práticas didático pedagógicas étnico empreendedoras “africanizadas” pautadas nos conceitos de Ubuntu (participação solidária) e *Sankofa* (projeto de vida referenciado à ancestralidade), afro centradas, sem desconsiderar as demais etnias e vivenciadas na Escola Técnica CEEPAMEV, em tempos de crise pandêmica da COVID 19, localizada em Ilhéus-Bahia. Impactou na sensibilização, auto identificação étnica afrodescendente e promoção do afro empreendedorismo, tanto na docência e atividades profissionais futuras dos egressos discentes. Superaram-se limitações do ensino expositivo, pelo uso de tecnologias digitais ora desconhecidas, no ambiente inclusivo, com perspectivas de empregabilidade, pro atividades para negócios afro empreendedores e carreira dos egressos discentes. A metodologia

adotada foi a de Pesquisa Ação (TRIPP, 2005) via práticas do 5S “africanizadas”, usando tecnologias digitais, reorganização das atividades didático pedagógicas usuais, voltadas à promoção do afro empreendedorismo. Reavaliaram-se estratégias de ensino e aprendizagem, integração das tecnologias disponíveis, ajustadas e executadas remotamente, com videoconferência e mural eletrônico. Integrou-se uma gestão de qualidade às boas práticas didático pedagógicas étnico-empreendedoras (TEIXEIRA, 2023; CAMARGO, 2018) mostrando-se uma estratégia fundamental com educação inclusiva, ao enfrentar os desafios do mundo contemporâneo pandêmico. Superando-se nas capacitações auto didáticas e práticas de ensino-aprendizagem tradicionais com ascensão singular do afro empreendedorismo, diferenciadas das práticas didático pedagógicas usuais, intra e extraclases. A temática de gestão da qualidade e suas ferramentas aliadas ao ensino-aprendizagem remoto dos conhecimentos teóricos e práticos sobre o 5S, com sua filosofia transformadora contínua, possibilitou intervenções didático pedagógicas processuais afro direcionadas. Assim, aquelas práticas embasadas nos 5S, observaram, diagnosticaram e registraram, também fotograficamente as mudanças nos

ambientes inicialmente informais e não padronizados, sem expor questões íntimas. Foram inseridas no mural eletrônico, sinalizaram as intervenções realizadas sobre a utilização, limpeza e organização, como mesas, gavetas e estantes de livros, ambiente escolhido pelo próprio aluno, sem limitar-se ou invadir suas intimidades. Mudanças planejadas e desenvolvidas foram obtidas de modo colaborativo em tempo real. O mural virtual foi dinamizado por docentes e discentes, visualizaram os conteúdos abordados, operacionalizados e produzidos. Trocaram-se experiências, percepções das autoconsciências havidas e suas habilidades, problemas e desafios sistematizados em forma de participação solidária, *Ubuntu*. Identificaram-se áreas de intervenção aplicando os primeiros do 5S: Utilização, Ordenação e Limpeza. Os quais, transformados em infográficos e painéis de “antes e depois”, resultaram em ambientes mais limpos, organizados e eficientes, como efeito tangível das melhorias na moral e no espírito de coletividade. Superando os desafios significativos do caráter expositivo usual presencial com baixa operacionalização do “saber como fazer”. Enfrentaram-se vulnerabilidades cognitivas, afetivas, psicomotoras e com superações parciais, faltaram recursos financeiros, instabilidade familiar, suporte emocional, “home office educacional” e social inadequado, entre outros desafios. Limitações na infraestrutura escolar de suporte digital, riscos motivacionais na sensibilização para auto identificação docente e discente na formação de sujeitos afro empreendedores, nas interações online e acompanhamento dos mesmos na longa duração, projeto de vida dos egressos, ancestralmente referenciado, *Sankofa*, de suas possíveis empregabilidades e carreiras, além de restrições ao acesso de determinadas tecnologias. Sensibilização educacional, ambiente mais inclusivo para preparação dos discentes em sobreviverem socioeconomicamente aos desafios do mundo real, infraestrutura precária escolar e no home office, formação docente e discente descontínuas, flexibilidade extenuante, criatividade e capacidades de adaptação das práticas pedagógicas tradicionais para o ambiente digital, garantiram uma compreensão de suas potencialidades afroempreendedoras e inovadoras. Autoconfiança empreendedora afrodescendente, consciência étnico-racial, motivação de oportunidades de carreira e perspectivas de emprego, além de interesses em iniciar negócios, fortaleceram auto identificação étnico-racial com incentivos às mudanças planejadas em suas comunidades e vida pessoal discente, com promoção, sensibilização à equidade e justiça social, suas melhorias na educação e formação profissional tecnológica educacional e aquisição de novas habilidades sócio emocionais. Ou seja, outros *insights* fundamentais para o desenvolvimento de Políticas Públicas Educacionais para formação de docentes com vivências empreendedoras aplicando práticas didático-pedagógicas inovadoras remotas, desenvolvimento de planos de contingência, via metodologias ativas em situações de crises e em regiões de vulnerabilidade. Garantindo um acesso à educação profissional, com contribuições ao empoderamento afroempreendedor e promoção da equidade educacional. Destacam-se as experiências em ambiente educacional remoto online, transmissão do conhecimento técnico ativo e autodidaticamente motivados, promoção de sensibilização para uma empregabilidade sustentável e carreira factível também no setor público, no privado, e no não governamental. Integraram-se e se compartilharam experiências docentes discentes, com promoção de uma aprendizagem mútua em tempo real. Incluíram-se sensibilizações suas auto identificações às origens étnico-raciais e potenciais empreendedores. Tornando a educação técnico-profissional mais inclusiva, tecnológica, inovadora e atual diante dos desafios contemporâneos.

Palavras-chave: Educação Profissional Empreendedora, Gestão da qualidade, Programa 5S, Afroempreendedorismo, Tecnologias digitais

DIDACTIC-PEDAGOGICAL ETHNIC-ENTERPRENEURIAL PRACTICES, DIGITAL TECHNOLOGIES AND THE CHALLENGES OF QUALITY MANAGEMENT IN “AFRICANIZED” PROFESSIONAL TECHNOLOGICAL EDUCATION IN THE LATEST TIME OF PANDEMIC AT ESCOLA TÉCNICA PROFESSIONAL CEEPAMEV, ILHÉUS BA

Summary: The work highlights experiences of implementing good “Africanized” ethnic entrepreneurial didactic pedagogical practices based on the concepts of Ubuntu (solidarity participation) and Sankofa (life project referenced to ancestry), Afro-centered, without disregarding other ethnicities and experienced at the School CEEPAMEV technique, in times of the COVID 19 pandemic crisis, located in Ilhéus-Bahia. It impacted awareness, Afro-descendant ethnic self-identification and promotion of Afro-entrepreneurship, both in teaching and future professional activities of graduating students. Limitations of expository teaching were overcome, through the use of previously unknown digital technologies, in the inclusive environment, with prospects for employability, pro activities for Afro-entrepreneurial businesses and the career of student graduates. The methodology adopted was Action Research (TRIPP, 2005) via “Africanized” 5S practices, using digital technologies, reorganization of the usual didactic and pedagogical activities, aimed at promoting Afro entrepreneurship. Teaching and learning strategies and integration of available technologies were reevaluated, adjusted and executed remotely, with videoconferencing and an electronic bulletin board. Quality management was integrated with good ethnic-entrepreneurial pedagogical teaching practices (TEIXEIRA, 2023; CAMARGO, 2018), proving to be a fundamental strategy with inclusive education, when facing the challenges of the contemporary pandemic world. Excelling in self-taught training and traditional teaching-learning practices with the unique rise of Afro-entrepreneurship, differentiated from the usual pedagogical teaching practices, intra and extra-class. The theme of quality management and its tools combined with remote teaching-learning of theoretical and practical knowledge about 5S, with its continuous transformative philosophy, enabled Afro-directed procedural pedagogical didactic interventions. Thus, those practices based on 5S observed, diagnosed and recorded, also photographically, changes in initially informal and non-standardized environments, without exposing intimate issues. They were inserted on the electronic wall, signaling the interventions carried out on use, cleaning and organization, such as tables, drawers and book shelves, an environment chosen by the student himself, without limiting himself or invading his privacy. Planned and developed changes were obtained collaboratively in real time. The virtual wall was created by teachers and students, who viewed the content covered, operationalized and produced. Experiences were exchanged, perceptions of self-awareness and skills, problems and challenges were systematized in the form of supportive participation, Ubuntu. Areas of intervention were identified by applying the first principles of 5S: Use, Orderliness and Cleaning. Which, transformed into infographics and “before and after” panels, resulted in cleaner, more organized and efficient environments, as a tangible effect of improvements in morale and collective spirit. Overcoming the significant challenges of the usual face-to-face expository nature with low operationalization of “knowing how to do it”. Cognitive, affective, psychomotor vulnerabilities were faced and with partial overcoming, lack of financial resources, family instability, emotional support, inadequate educational and social “home office”, among other challenges. Limitations in the school digital support infrastructure, motivational risks in raising awareness of teacher and student self-identification in the training of Afro-entrepreneurial subjects, in online interactions and long-term monitoring, life project of graduates, ancestrally referenced, Sankofa, of its possible employability and careers, in addition to restrictions on access to certain technologies. Educational awareness, a more

inclusive environment to prepare students to survive socioeconomically the challenges of the real world, precarious school and home office infrastructure, discontinuous teacher and student training, exhausting flexibility, creativity and abilities to adapt traditional pedagogical practices to the digital environment, ensured an understanding of their Afro-entrepreneurial and innovative potential. Afro-descendant entrepreneurial self-confidence, ethnic-racial awareness, motivation for career opportunities and job prospects, in addition to interests in starting businesses, strengthened ethnic-racial self-identification with incentives for planned changes in their communities and students' personal lives, with promotion, awareness of equity and social justice, its improvements in education and professional training in educational technology and the acquisition of new socio-emotional skills. In other words, other fundamental insights for the development of Public Educational Policies for training teachers with entrepreneurial experiences applying innovative remote didactic-pedagogical practices, development of contingency plans, via active methodologies in crisis situations and in regions of vulnerability. Guaranteeing access to professional education, with contributions to Afro-entrepreneurial empowerment and promotion of educational equity. The experiences in a remote online educational environment, transmission of active and self-motivated technical knowledge, promotion of awareness for sustainable employability and a viable career also in the public, private and non-governmental sectors stand out. Student teaching experiences were integrated and shared, promoting mutual learning in real time. Sensitization of self-identifications to ethnic-racial origins and potential entrepreneurs were included. Making technical-professional education more inclusive, technological, innovative and current in the face of contemporary challenges.

Keywords: Professional Entrepreneurial Education, Quality management, 5S Program, Afroentrepreneurship, Digital Technologies

REFERÊNCIAS

- BARBOSA E. F. et al. Implantação da Qualidade Total na Educação. Belo Horizonte: UFMG, Escola de Engenharia, Fundação Cristhiano Ottoni, 1995, 188p.
- CAMARGO, F. Por que usar metodologias ativas de aprendizagem? In: CAMARGO, F.; DAROS, T. A sala de aula inovadora: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo. Porto Alegre: Penso, 2018.
- CARVANTES, G.R.. Teoria Geral da Administração: pensando e fazendo. Porto Alegre. AGE 1998;
- CHIAVENATO, I. Introdução à Teoria Geral da Administração. São Paulo. Makron Books;1993
- DOLABELA, F. O segredo de Luísa: Uma ideia, uma paixão e um plano de negócios. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.
- DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo, transformando ideias em negócios. 6 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.
- DRUCKER, P. Inovação e Espírito Empreendedor: Práticas e Princípios. Tradução de Carlos Malferrari. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
- DURÃES, M. N. Educação Técnica e Educação Tecnológica: múltiplos significados no contexto da Educação Profissional. Educação e Realidade, v. v.34, p. 159-175, 2009.

FERREIRA, D. S. E. et. al. História e cultura afrodescendente / organizadores, Teresina: FUESPI, 2018. 721 p. - (Coleção África Brasil; v. 8) Apoio: Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro/NEPA. Disponível em: <https://nepa.uespi.br/africabrasil/download/ebook8.pdf?111421>

GOMES, I., “Henry Odera Oruka”, Mestras e Mestres do Mundo: Coragem e Sabedoria. 2019, Disponível em: <https://epistemologiasdosul.ces.uc.pt/mestrxs/?id=23838&pag=23918&id_lingua=1&entry=28994> ISBN: 978-989-8847-08-9> Acesso em 12/01/2024

KUENZER, A. Z. As mudanças no mundo do trabalho e a educação: Novos desafios para a gestão. In: FERREIRA, NSC. (org.) Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 2016.

LEMOS, L. R. O afroempreendedorismo: saber tradicional, empoderamento e contribuição à indústria criativa. Extraprensa, São Paulo, v. 12, n. esp., p. 861 – 879, set. 2019.

MACHADO, R. de M. Metodologias ativas e tecnologias digitais como potencializadoras do processo de ensino-aprendizagem no Ensino Médio Integrado. 2020. Revista Semiário De Visu, Petrolina, v. 8, n. 3, p. 537-549, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ifsertao-pe.edu.br/ojs2/index.php/semiariodevisu/article/view/1359/694>> Acesso em 28/02/2024

MARTENS, C. D. P.; FREITAS, H. Empreendedorismo no nível organizacional: um modelo conceitual para estudo da orientação empreendedora, suas dimensões e elementos. Revista ADM. MADE, Universidade Estácio de Sá. v. 11, n.1, p. 15-44, 2017.

MARSHALL JUNIOR, I.; CIERCO, A. A.; ROCHA, A. V.; MOTA, E. B.; LEUSIN, S. (2006). Gestão da qualidade. Série Gestão Empresarial. 10 ed. Rio de Janeiro: FGV.

MAXIMILIANO, A.C.A., Teoria Geral da Administração: da revolução urbana a revolução digital. São Paulo. Atlas. 2002.

MUNIZ E FARIA, Adir Jaime de Oliveira e Hermínio Augusto. Teoria Geral da Administração

NEUMANN, S. M.; DIESEL, A.; SILVA, J. da S. Educação Empreendedora nos Ensinos Médio e Fundamental: Diversas Percepções. Revista Thema, v. 13, p. 36- 46, 2016.

RIBEIRO, Haroldo. A bíblia do 5S, da implantação á excelência. Primeira edição – Salvador: Casa da qualidade, 2006.

SILVA, R. O. Da. Teorias da Administração. São Paulo. Pioneira Thomson Learning.2001

TEIXEIRA, G.R. O empreendedorismo e a inovação nas práticas didático-pedagógicas na educação profissional e tecnológica .29 f. : il. Orientador: José Cláudio Valbuza TCC (Especialização) Instituto Federal do Espírito Santo, Campus Itapina, Pós-Graduação Lato Sensu em Práticas Pedagógicas, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ifes.edu.br/bitstream/handle/123456789/4382/TFC_GRACIELE%20RANGEL%20VERS%3%83O%20REPOSIT%3%93RIO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 29/01/2023.

TRIPP, D. Pesquisa Ação: uma introdução metodológica. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ep/a/3DkbXnqBQyq5bV4TCL9NSH/?lang=pt>> Acesso em 29/01/2023.

TRIVIÑOS, A. N. S. 1928 – Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

GESTÃO DE QUALIDADE DO ENSINO APRENDIZAGEM PROFISSIONAL TECNOLÓGICO NA PERSPECTIVA ÉTNICO EMPREENDEDORA NO SUL DA BAHIA

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.957112430096>

Data de aceite: 04/10/2024

Milton Ferreira Da Silva Junior

Orientador da UFSB/PPGER- ITABUNA

Ismara Sobral Pereira

Mestranda da UFSB/PPGER – ITABUNA

RESUMO: Este artigo, resumo de projeto dissertativo em andamento de revisão bibliográfica, se fundamenta nas obras de autores que abordam aspectos de uma Gestão de Qualidade na Educação Profissional Tecnológica, suas possíveis práticas pedagógicas (étnico) empreendedoras, no tocante às lacunas curriculares (inexistência de efetivo Currículo Étnico desenvolvido), ambiguidades na mediação (formações docentes desconhecidas ou parciais ou descontínuas, no ensino aprendizagem étnico empreendedor) e contradições na empregabilidade dos egressos, sem acompanhamento da carreira deles no mercado regional. Tudo resulta em empoderamento e identificação étnico-racial desvinculada da cultura afro indígena brasileira e regional, com raízes na filosofia Ubuntu (participação, envolvimento comunitário e respeito às ancestralidades e ou encantamentos) e na filosofia Sankofa

(Projetos de Vida pautados nas experiências e cultura étnico familiar). O objetivo central é conduzir uma diagnose, possível intervenção socioeconômica educativa e prognose desses elementos, com o propósito de promover o (des)envolvimento intra e extra comunitário, inicialmente focado no *CEEPAMEV Étnico Empreendedor, estimulando a autoidentificação das qualidades étnico empreendedoras, a superação de desafios presentes e futuros, principalmente alicerçados nas filosofias do Ubuntu e Sankofa, integrando essas perspectivas com as práticas de uma Educação Profissional Tecnológica Étnico Empreendedora de Qualidade. Buscará também ainda entrelaçar as filosofias do Ubuntu e Sankofa, dentre outros conceitos étnicos de “Filosofias de Vida”, para uma possível superação das lacunas, ambiguidades e contradições à princípio e hipoteticamente pressuposta, quanto a uma efetiva Gestão de Qualidade da Educação Profissional Étnico Empreendedora, como meio de catalisar o desenvolvimento, a inovação e o (des)envolvimento sustentável, interna e externamente ao *CEEPAMEV, promovendo uma cultura organizacional étnico empreendedora, intrinsecamente ligado ao fortalecimento da identidade

étnico-racial e à promoção do empoderamento na e da comunidade docente, discente e seus técnicos administrativos. *CEEPAMEV (Centro Estadual de Educação Profissional Alvaro Melo Vieira, ILHEUS-BA

PALAVRAS-CHAVE: Sankofa. Afroempreendedorismo. Educação profissional. Ubuntu. Estudos étnico-raciais.

QUALITY MANAGEMENT OF TECHNOLOGICAL PROFESSIONAL EDUCATION LEARNING FROM AN ETHNIC ENTREPRENEURIAL PERSPECTIVE IN SOUTH BAHIA

ABSTRACT: This article, a summary of a dissertation project in progress of bibliographic review, is based on the works of authors who address aspects of Quality Management in Technological Professional Education, their possible entrepreneurial (ethnic) pedagogical practices, with regard to curricular gaps (lack of of effective Ethnic Curriculum developed), ambiguities in mediation (unknown or partial or discontinuous teaching training, in ethnic entrepreneurial teaching and learning) and contradictions in the employability of graduates, without monitoring their careers in the regional market. Everything results in empowerment and ethnic-racial identification disconnected from Brazilian and regional indigenous Afro culture, with roots in the Ubuntu philosophy (participation, community involvement and respect for ancestries and/or enchantments) and the Sankofa philosophy (Life Projects based on ethnic experiences and culture familiar). The central objective is to conduct a diagnosis, possible socio-economic educational intervention and prognosis of these elements, with the purpose of promoting intra and extra community (de)involvement, initially focused on *CEEPAMEV Ethnic Entrepreneur, stimulating the self-identification of ethnic entrepreneurial qualities, overcoming of present and future challenges, mainly based on the philosophies of Ubuntu and Sankofa, integrating these perspectives with the practices of a Quality Ethnic Entrepreneurial Technological Professional Education. It will also seek to intertwine the philosophies of Ubuntu and Sankofa, among other ethnic concepts of “Philosophies of Life”, for a possible overcoming of the gaps, ambiguities and contradictions initially and hypothetically presupposed, regarding an effective Quality Management of Ethnic Entrepreneurial Professional Education , as a means of catalyzing development, innovation and sustainable (de)development, internally and externally to *CEEPAMEV, promoting an entrepreneurial ethnic organizational culture, intrinsically linked to strengthening ethnic-racial identity and promoting empowerment in and of the community teachers, students and their administrative technicians. *CEEPAMEV (Alvaro Melo Vieira State Center for Professional Education, ILHEUS-BA).

KEYWORDS: Sankofa. Afro-entrepreneurship. Professional education. Ubuntu. Ethnic-racial studies.

Este estudo está em implementação com o propósito de examinar as possíveis conexões principalmente entre o Étnico / Afroempreendedorismo e as filosofias ancestrais africanas Sankofa e Umbuntu, com uma abordagem particular em sua aplicação no âmbito da Educação Profissional. O cenário desta pesquisa é a instituição CEEPAMEV (Centro Estadual de Educação Profissional Alvaro Melo Vieira) nma cidade de Ilhéus- BA, onde se pode compreender e abordar as complexas questões interseccionais que impactam

a realidade socioeconômica dos alunos que integram a comunidade negra. Além disso, através desta investigação, o propósito é enriquecer a compreensão destas filosofias africanas, apropriadas pela cultura afrobrasileira, e sua aplicação prática como instrumentos de capacitação para que os estudantes afrodescendentes possam enfrentar os desafios socioeconômicos e se tornarem empreendedores conscientes. O propósito da pesquisa consiste em realizar uma análise dissertativa, fundamentada nas obras de autores que exploram temas relacionados à gestão da qualidade educacional profissional e tecnológica, ensino-aprendizagem, afroempreendedor e empoderamento étnico racial com as raízes na filosofia Ubuntu e Sankofa. A partir desses elementos pretende-se analisar se tais abordagens podem promover o (Des)envolver nos membros da comunidade do CEEPAMEV uma auto identificação de suas qualidades étnico empreendedoras. Além da superação das lacunas curriculares (inexistência de efetivo Currículo Étnico desenvolvido), ambiguidades na mediação (formações docentes desconhecidas ou parciais ou descontínuas, no ensino aprendizagem étnico empreendedor) e contradições na empregabilidade dos egressos, sem acompanhamento da carreira deles no mercado regional. Ou seja, problemas e desafios para o presente e futuro na perspectiva pautada na equiparação entre as filosofias, as práticas educacionais contribuirão para o (des) envolvimento do Étnico Empreendedor, sendo durante o ensino-aprendizagem ou após a formação técnico profissional. Uma das formas de formalizar o protagonismo, a criatividade e o trabalho da população negra é promover e incentivar o afroempreendedorismo, rompendo as barreiras por meio da educação (LEMOS, 2019). O aflorar dos princípios das origens africanas e sua aplicabilidade nas disciplinas da educação profissionais disseminam naturalmente vários conceitos, principalmente a partir do Sankofa e Umbutu, preparando os docentes e discentes para uma Educação Profissional Afroempreendedora de qualidade, com possibilidades do exercício de uma “visão sistêmica” para a excelência, participação similar ao preconizado pela Filosofia do Ubuntu: “Eu sou porque nós somos”. Eu sou humano, e a natureza humana implica compaixão, partilha, respeito, empatia – detalhou em entrevista exclusiva ao Por dentro da África, Dirk Louw, doutor em Filosofia Africana pela Universidade de Stellenbosch (África do Sul). Com base em pesquisa informal realizada dentro do CEEPAMEV, com todo o corpo funcional, pretende-se identificar as necessidades da adequação, manutenção e aprimoramento das práticas pedagógicas do ensino-aprendizagem na perspectiva afroempreendedora do Ubuntu naquela escola. Dentro do que foi diagnosticado, através das pesquisas e estudos dissertativos dos autores, entrevistas e levantamento “*in loco*” de exemplos práticos do CEEPAMEV, foi observado que existem práticas na educação profissional que são (des)envolvidas de forma empírica, não sistematizadas e apresentam necessidades, oportunidades para serem sensibilizadas e despertar nos alunos da comunidade sem acesso às informações e na comunicação interna de forma participativa, que possam lhes promover uma qualificação para empreender e gerar emponderamento. Entenda-se aqui o (des)envolvidas por existir um insuficiente estímulo motivacional, na

rede de associações entre docentes e discentes àquelas melhorias. Cabe assim (des)envolver, nos membros da comunidade do CEEPAMEV, uma auto identificação de suas qualidades étnico empreendedoras, superação dos problemas e desafios para o presente e futuro na perspectiva pautada na equiparação entre a Filosofia do Ubuntu com as práticas de Qualidade da Educação Profissional Afro Empreendedora, estabelecendo mecanismos participativos em aulas expositivas e esclarecedoras das realidades socioeconomicas da comunidade negra. A associação das filosofia do UBUNTU, Sankofa aos conhecimento do afroempreendedorismo nas práticas pedagogicas da educação profissionais de forma interdisciplinar, poderá ser um excelente meio em se conseguir bons resultados de mudança comportamental, tanto pela revolução de ensino aprendizagem afroempreendedor, quanto pelo envolvimento e comprometimento que gera nas pessoas no ambiente organizacional, assim como seja reconhecida sua autoidentificação étnica. Embora o afroempreendedorismo sirva como uma forma de resistência e sustentação para a população negra, seja contra o racismo ou contra as desigualdades sociais, é relevante considerar que para se tornar um “afroempreendedor”, é necessário adquirir educação, capacitação, formação e qualificação. Nesse contexto, o mercado de oportunidades seleciona aqueles que possuem as devidas competências, ao mesmo tempo em que tende a marginalizar aqueles desprovidos delas (LEMOS, 2019). Nesse sentido, torna-se fundamental atrelar o afroempreendedorismo, a filosofia africana e a educação profissional, especialmente ao considerar os contextos históricos e a posição social da população negra na atual sociedade brasileira. A educação profissional é um pilar fundamental no desenvolvimento de indivíduos e sociedades, pois prepara os alunos para ingressarem no mercado de trabalho com competência e habilidades específicas. No entanto, para que essa educação seja verdadeiramente transformadora, é essencial considerar a sua relação com questões profundas e enriquecedoras da filosofia africana, tais como o Ubuntu e o Sankofa. Através dessa conexão, buscamos despertar o espírito do afroempreendedorismo em alunos da educação técnica profissional, promovendo não apenas a formação técnica, mas também a construção de uma identidade cultural sólida e consciente. A filosofia africana é rica em valores e conceitos que podem enriquecer significativamente a educação profissional. O Ubuntu, por exemplo, é um termo de origem africana que se refere à ideia de que somos todos interdependentes e que o bem-estar de um indivíduo está intrinsecamente ligado ao bem-estar da comunidade. Essa filosofia enfatiza a importância da empatia, da solidariedade e da responsabilidade mútua, valores essenciais para o desenvolvimento de empreendedores conscientes de seu impacto social e ambiental. Além disso, o conceito de Sankofa, que provém da cultura Akan, representa a ideia de que devemos olhar para o passado, para nossas raízes, a fim de construir um futuro melhor. Isso implica considerar a importância da preservação da cultura e da identidade ancestral, incorporando esses elementos na nossa jornada de educação profissional. Com isso, não apenas honramos nossas tradições, mas também estimulamos a criatividade e a inovação, que são pilares do

empreendedorismo. Nesta abordagem educacional, buscamos unir o conhecimento técnico às raízes culturais africanas, preparando nossos alunos não apenas para se destacarem em suas carreiras, mas também para se tornarem líderes conscientes, capazes de promover uma mudança positiva em suas comunidades e na sociedade em geral. Neste contexto, o afroempreendedorismo surge como um conceito que vai além do sucesso individual, promovendo o desenvolvimento sustentável e a equidade social.

Essa pesquisa explorará a interseção entre a educação profissional e as filosofias africanas do Ubuntu e Sankofa, demonstrando como esses princípios podem ser aplicados na formação de empreendedores afroconscientes. Através desta abordagem, esperamos contribuir não apenas para o crescimento econômico, mas também para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, onde o conhecimento técnico e a herança cultural se complementam para criar um futuro mais promissor.

Este artigo adota uma metodologia de revisão de literatura como alicerce para analisar um tema intitulado “Ensino aprendizagem, afroempreendedor e empoderamento étnico racial no fabrico de sabonetes e sabão, CEEPAMEV, Ilhéus - Ba”. Com esse propósito, foi conduzido uma investigação abrangente por meio de periódicos, incluindo livros e artigos físicos, além da exploração de bases de dados acadêmicos como o Google Acadêmico e a Biblioteca Virtual SciELO. Essas pesquisas foram embasadas na utilização de palavras-chave pertinentes, como “Sankofa”, “Afroempreendedorismo”, “educação profissional”, “Umbutu”, “estudos étnico- raciais”.

Primeiramente, foram selecionados artigos e estudos científicos que tratam da situação do empreendedor negro no contexto brasileiro, com atenção especial para aspectos relacionados as origens étnico-raciais, suas vivências, desafios e conquistas as luzes da filosofia sankofa e ubuntu. Foi dada prioridade a pesquisas que adotassem uma perspectiva afroempreendedorismo, considerando as origens de raça e classe social a partir das da educação técnico profissional. Com base nesta escolha, foram conduzidas leituras minuciosas dos textos, com o intuito de identificar os principais elementos relacionados à busca pelo empreendedorismo coletivo. Foi enfatizado o valor das contribuições teóricas de autores renomados nas diversas perspectivas, cujas reflexões são relevantes para a abordagem em questão. Por fim, todos os dados coletados foram sistematicamente organizados e analisados, com o propósito de identificar os principais elementos relacionados as influências do sankofa e ubutu para o sucesso do afroempreendedorismo. Essa pesquisa levou ao rigor da revisão de literatura no estado da arte, sobre teorias e bases científicas, gerando reflexões relevantes a cerca da temática. É crucial destacar que este artigo se configura como uma revisão de literatura cujo propósito é consolidar e condensar as contribuições teóricas centrais e informações relevantes acerca do tema em questão.

REFERÊNCIAS

LEMOS, Lindrielli Rocha. O afroempreendedorismo: saber tradicional, empoderamento e contribuição à indústria criativa. *Extraprensa*, São Paulo, v. 12, n. esp., p. 861 – 879, set. 2019.

IBICT. Manual de normas de editoração do IBICT. 2. ed. Brasília, DF, 1993. 41 p.

TRIPP, D. Pesquisa Ação: uma introdução metodológica. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/lj/ep/a/3DkbXnqBQyq5bV4TCL9NSH/?lang=pt>> Acesso em 12/03/2018.

CAVALCANTE, K. L. Fundamentos da filosofia Ubuntu: afroperspectivas e o humanismo africano, *Revista Semiárido De Visu*, Petrolina, v. 8, n. 2, p. 184-192, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ifsertao-pe.edu.br/ojs2/index.php/semiaridodevisu/article/view/1094#:~:text=A%20Filosofia%20Ubuntu%20resgata%20a,sendo%20feitos%20para%20a%20interdepend%C3%Aancia.>> Acesso em: 12 nov. 2022.

DORNELAS, José Carlos de Assis. *Empreendedorismo: transformando ideias em negócios*: 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2008.

NASCIMENTO, C. E. G. A ética filosófica do Ubuntu na sala de aula: um debate sobre o racismo no futebol brasileiro. *Revista Ideação*, edição especial, p. 319-338, 2017.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva, 1928 – *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*/ Augusto Nivaldo Silva Triviños. São Paulo: Atlas, 1987.

O PAPEL DO PROFESSOR NO PROCESSO ENSINO E APRENDIZAGEM: RELATO DE EXPERIÊNCIA VIVIDO NO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.957112430097>

Data de aceite: 04/10/2024

Jheniffer Gomes Lima

Graduanda do curso de Pedagogia-
Universidade Estadual do Piauí- estagiária
do Programa Residência Pedagógica

Rogéria Kécia Brito de Castro

Professora da educação básica-
Preceptora do programa residência
pedagógica da Universidade Estadual do
Piauí

Fabricia Pereira Teles

Professora da universidade Estadual
do Piauí, Professora Orientadora do
programa residência pedagógica da
Universidade Estadual do Piauí

RESUMO: O trabalho exposto busca apresentar experiências vividas na sala do 1º ano do Ensino Fundamental, por meio do projeto “Nunca mais um Brasil sem nós: pela honra e valorização dos povos indígenas”; na Escola Municipal Caio Passos, Parnaíba-PI. Abordando as práticas desenvolvidas durante a disciplina de Estágio Supervisionado, alinhada ao programa Residência Pedagógica do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), com foco no processo de ensino aprendizagem por uma perspectiva

do papel do professor, como mediador e facilitador, tendo em vista suas práticas metodológicas e conteúdos apresentados em sala de aula, corroborando para entendermos de que maneira as práticas desenvolvidas no âmbito educacional contribuem para o desenvolvimento cognitivo, social; participativo e autônomo dos alunos, fazendo-os perceberem seus papéis de agentes transformadores, tendo como consciência a função ativa durante as atividades desenvolvidas na escola, entendendo também como o projeto foi desenvolvido e acolhido na instituição de ensino; partindo da nossa percepção.

PALAVRAS-CHAVE: Participação ativa, ensino-aprendizagem; metodologia, docência; didática, ensino fundamental.

INTRODUÇÃO

A atuação docente é fator primordial para colaboração da aprendizagem do aluno visando a sua transformação por meio do conhecimento adquirido e que busca reproduzir o que lhe é ensinado, em sua vida cotidiana dentro dos aspectos sociais, cognitivos; econômicos, políticos dentre outros.

O professor como agente mediador no processo de ensino-aprendizagem deve buscar por meio dos exercícios propostos, conteúdos, didáticas e mecanismos que busquem por meio de sua atuação, significado com a realidade do aluno; fazendo a ponte entre teoria e prática. Como contribuição para maior entendimento acerca do tema podemos citar Libâneo (1994) e Freire (1996) que dialogam sobre a temática contribuindo para analisarmos por diversas perspectivas nossas percepções a cerca das práticas desenvolvidas e adotadas no espaço da sala de aula.

O objetivo do trabalho é apresentar por meio da experiência vivida no estágio supervisionado, as práticas que contribuíram para o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos do 1º ano do Ensino Fundamental da escola Caio Passos. Buscamos também apresentar aos leitores as transformações nas práticas e vivências dos alunos em sala de aula e em sua comunidade familiar em relação a conhecimento e valorização dos povos originários do Brasil.

METODOLOGIA

O projeto “Nunca mais um Brasil sem nós: pela honra e valorização dos povos indígenas” foi desenvolvido na sala do primeiro ano; teve como intuito apresentar os povos indígenas por uma perspectiva significativa; buscando por meio de exercícios e atividades lúdicas; formas de abordagem e aprendizagem do assunto em questão.

Buscar por meio da metodologia aplicada ligar os componentes curriculares aos aspectos de vivência dos povos originários; apresentado suas características como cultura, arte; culinária, história e religião, propiciando ao estudante que ligue as disciplinas ensinadas na sala de aula à cultura indígena e corroborando também para a percepção do discente quanto a sua própria realidade, pois “Através da ação educativa o meio social exerce influências sobre os indivíduos e estes, ao assimilarem e recriarem essas influências, tornam-se capazes de estabelecer uma relação ativa e transformadora em relação ao meio social” (Libâneo, 1994, p. 17).

O aluno busca recriar e aplicar o que aprende, transformando sua realidade, encontrando significado nos conteúdos estudados, e seus aspectos transformadores na prática.

O Projeto buscou analisar o significado realístico acerca das vivências desses povos, atentando para a participação dos alunos ao longo das aulas, proporcionando reflexões para atuarem de forma autônoma; contribuindo para o exercício da cidadania e mudanças positivas dos conceitos em suas vivências, e a reprodução destes conceitos no meio social por meio da extinção de ideias pejorativas sobre os povos indígenas; sejam elas ligadas à uma nação específica, modos de vida ou outros.

As atividades desenvolvidas foram pensadas de modo que pudesse melhor ser entendidas e aplicadas na sala de aula, sendo elas de caráter significativo e diferenciado para que o ensino-aprendizagem pudesse ser desenvolvido de forma prazerosa procurando evidenciar o aluno como construtor e agente principal nesse processo, contribuindo na mudança de seus modos de pensar; agir e refletir sobre suas ações no meio social e político. Libâneo (1994, p. 17) evidencia que “não há sociedade sem prática educativa nem prática educativa sem sociedade. Ao aprender o aluno põem em prática, construindo sua realidade e se reconhecendo nela.

Para as atividades trabalhadas foram escolhidos materiais como argila, canudos; copos descartáveis, exercícios xerocopiados; imagens impressas e palitos de picolé. Nas brincadeiras foram utilizadas corda de pular, amarelinha confeccionada com E.V.A e músicas; também foi usado em uma das aulas, o livro chamado “O tupi que você fala” do autor Claudio Fragata, trazendo a ligação entre nosso idioma e a língua tupi, falada por alguns povos indígenas; fazendo assim com que as crianças pudessem entender que muitas palavras do nosso idioma possuem origem indígena.

As aulas foram divididas por temas, para maior abrangência dos conteúdos aplicados na sala de aula, procurando diversificar durante as aulas a temática indígena, como comidas; danças, linguagens; artes na cultura indígena, vestimentas; vivência atual, diversidade e por último a culminância do projeto que envolveu a amostragem de todas as atividades e trabalhos produzidos por eles ao longo das aulas.

A atuação docente na execução dessas atividades se torna fator determinante para o interesse e estímulo dos alunos; fazendo-os sentirem-se ainda mais envolvidos e curiosos a cerca do conteúdo, e a escolha das atividades é extremamente importante para o bom desenvolvimento da turma; visto que precisam ser pensadas de acordo com a necessidade dos alunos; devido a isso as atividades escolhidas fora de caráter participativo, colaborando para o trabalho em grupo e para o desenvolvimento cognitivo eficiente e significativo. Para Paulo Freire (1996, p. 13) “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção.”

A aula relatada a seguir foi considerada por alunos e professoras uma das mais produtivas e satisfatórias, pois pudemos perceber o envolvimento participação e interesse dos alunos possibilitando analisar o desenvolvimento e os resultados adquiridos por meio do projeto. No dia da aula foi trabalhado as linguagens indígenas por meio do livro “O tupi que você fala” do autor Claudio Fragata, apresentado aos alunos palavras do nosso cotidiano que possuem origem indígenas.

Muitos alunos se surpreenderam pois não faziam ideia que palavras como abacaxi, caranguejo; entre outras pudessem ser originárias dessa cultura, o que foi um diferencial; pois por meio da curiosidade a atenção dos alunos estavam voltadas para a aula e as atividades desenvolvidas como o “Vocabulário de bolso”¹ que foi uma das atividades trabalhadas durante a aula, que consistia em fazer os alunos recortarem a folha impressa e depois colarem no caderno a parte da atividade que faz alusão ao um bolso de calça, e em seguida cortarem as partes das fichas em que ficavam as palavras para completar.

¹ Atividade do site: < <https://www.pedagogaingrid.com/2021/04/atividade-interativa-o-vocabulario-de.html?m=1>>

Após completarem as palavras eles colocaria as fichas dentro do bolso colado no caderno. O intuito dessa atividade era fazer com que os estudantes conhecessem novas palavras de origem tupi e aprendessem a ler e a escrevê-las. Nessa aula foram trabalhados dois componentes curriculares a língua portuguesa no primeiro horário e ciências no segundo o conteúdo da aula de ciências foi cuidado com o meio ambiente fazendo a ponte entre o que já sabíamos e a relação da cultura indígena dentro do conteúdo.

Foram desenvolvidas atividades e em uma delas envolveu colagem como na atividade para colocar figuras relacionadas aos cuidados com o meio ambiente em um cartaz. De um lado tinha a figura do planeta terra “triste” e do outro o planeta terra “feliz” dessa maneira as crianças precisavam associar as figuras com base no que aprendemos durante a aula para colar do lado correto do cartaz.

Na aula foram trabalhadas habilidades como (EF01LP08) Relacionar elementos sonoros (sílabas, fonemas, partes de palavras) com sua representação escrita. (EF01LP09) Comparar palavras, identificando semelhanças e diferenças entre sons de sílabas iniciais. (EF01CI01) Comparar características de diferentes materiais presentes em objetos de uso cotidiano, discutindo sua origem, os modos como são descartados e como podem ser usados de forma mais consciente. A aula apresentou resultados satisfatórios contribuindo para a aprendizagem das crianças e minha percepção nas escolhas das atividades a serem desenvolvidas futuramente.

A docente titular acompanhou durante todo o processo o desenvolvimento das regências individuais, auxiliando e avaliando o desempenho da aula em uma ficha, que possibilitou refletirmos sobre nossas práticas e metodologias escolhidas para o trabalho com determinado conteúdo ou componente curricular; facilitando que futuras práticas se tornem ainda melhores ou que possamos mudá-las partindo da criticidade e da procura do aperfeiçoamento profissional. As aulas ocorreram nos dias 19/04, 24/04; 26/04, 27/04; 03/05, 04/05; 10/05, 11/05, 17/05; 18/05, 24/05; 25/05, 31/05; 01/06, 07/06; 14/06. As aulas aconteciam nas quartas e quintas.

A gestão da escola contribuiu com o apoio ao estágio disponibilizando a caixa de som e outros materiais caso fosse necessário. A escola acolheu o projeto de maneira afável, com o apoio tanto do corpo docente, da gestão quanto dos funcionários; que foram acolhedores desde o início. Os alunos ficaram empolgados com as atividades desenvolvidas ao longo das aulas, podendo perceber o progresso em relação aos assuntos.

No início foi complicado pois a introdução do projeto era algo ao qual precisava ser bem elaborada e executada para que as crianças e a própria professora titular pudessem entender a essência do trabalho que seria desenvolvido ali e sua importância em ser trabalhada na escola. Para mim a experiência foi de suma importância; pois me permitiu repensar minha prática e postura, contribuindo para minha formação acadêmica.

O estágio é um lugar de aprendizado no qual o aluno de licenciatura pode atuar de maneira ativa unindo teoria e prática e aperfeiçoando seu caráter profissional e sua atuação em sala de aula e contribuindo para a formação de professores competentes e capazes. Para Pimenta (1999, p.29)

Formação é na verdade autoformação, uma vez que os professores reelaboram os saberes iniciais em confronto com suas experiências práticas, cotidianamente vivenciadas nos espaços escolares. É nesse confronto e num processo coletivo de práticas que os professores vão constituindo seus saberes como *praticum*, ou seja, aquele que constantemente reflete na e sobre a prática.

O professor como a gente que reflete suas práticas, por meio de suas vivências no âmbito educacional, podendo compreender como sua atuação pode ser eficaz e fator que impulse o processo educativo na sala de aula; transformando e adquirindo ainda mais conhecimento. Não só como mediador, mas como facilitador dentro do processo ensino-aprendizagem, colaborando para o desenvolvimento pleno do aluno com atividades próprias para suas faixa-etárias e desenvolvendo habilidades importantes.

A metodologia aplicada durante o período de estágio foi a proposta da pedagogia de projetos, como podemos perceber diante das afirmações de Hernandez e Ventura (1998) a Pedagogia de Projeto oportuniza aos estudantes, um conhecimento integral, possibilitando uma interdisciplinaridade, esclarecendo que o conhecimento não é exclusividade de apenas determinada disciplina, com atividades como produções de materiais, colagens; desenhos, pinturas, recorte e atividades escritas.

A metodologia deste relato está pautada no levantamento bibliográfico e baseado na experiência vivenciada pela autora por ocasião da realização de uma revisão integrativa. O propósito geral de uma revisão de literatura de pesquisa é reunir conhecimentos sobre um tópico, ajudando nas fundações de um estudo significativo para o processo de ensino aprendizagem a o desenvolvimento das práticas pedagógicas.

Foram utilizados textos de Libâneo (1994), Freire (1996); Pimenta (1999) como fonte de análise e comparativos teóricos. A elaboração deste trabalho está na necessidade de se repensar as práticas pedagógicas através da atuação docente, pela percepção da forma como os conteúdos são repassados e assimilados, em sala de aula; logo que ensinar e aprender estão interligados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados desta pesquisa estão pautados nas observações feitas no campo de estágio, procurando interligar as experiências vividas e as teorias aprendidas. A oportunidade de vivenciar na prática, oportuniza conhecer o ambiente da sala de aula de maneira real, colaborando para o entendimento das reais necessidades encontradas no âmbito educacional e na individualização dos educandos.

Pode-se considerar a partir das aulas vividas durante o estagio que a necessidade de inovar no meio educacional se torna cada vez mais importante, para que o processo de ensino-aprendizagem torne-se cada vez mais atrativo, colaborativo e desenvolvido de forma que contribua para a participação coletiva e individual dos alunos, corroborando para a efetivação dos conhecimentos e autonomia para a participação na vida social, politica e economica; tornando-se conhecedores dos seus direitos e deveres. Desenvolver aulas que tenham os alunos como principais agentes desse processo; utilizando também os conhecimentos previos, interligando suas realidades à sala de aula; contribue para o entendimento e aplicabilidade dos conteúdos aprendidos no cotidiano.

Pode-se observar os fatores positivos e negativos das aulas, fazendo comparações entre as aulas das fichas de frequência do estagio, que em sua finalidade procura que façamos breves anotações sobre as aulas desenvolvidas durante o período vivenciado. Outro fator determinante para a comparação do trabalho desenvolvido e que contribue para a análise das atividades desenvolvidas e para a reflexão sobre a pratica pedagógica; são os planos de aula desenvolvidos. A aula apresentada possui a partir da análise feita pela autora; maior participação e contribuição dos alunos, que elevou o nível da aula, contribuindo para que a mantivesse o interesse dos alunos e seu caráter ativo durante os momentos da aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado o trabalho desenvolvido na sala de 1º ano da Escola Caio Passos, conclui-se que o projeto foi bem desenvolvido, buscando assim maior participação e autonomia; a partir das atividades desenvolvidas na sala de aula. Os alunos sentiram-se empolgados e motivados a participar, e em relação a ao trabalho docente evidencia-se que a reflexão sobre a prática se torna essencial para que possamos atuar de forma eficaz, valorizando as subjetividades.

Pode-se concluir que a importância de se repensar atividades que partam da necessidade dos alunos se torna primordial e cabe ressaltar que a pratica docente é fator determinante para um bom desenvolvimento do ensino-aprendizagem na escola; ao ressaltar a importância do papel do professor precisamos entender que esse a importância de fatores como formação continuada, boa remuneração, condições de trabalho adequadas; são de suma importância, e o professor como agente mediador deve contribuir para que a linha entre o aluno e o conhecimento tome diferentes formas, sejam elas didáticas ou metodológicas; para que esse conhecimento possa ser vivenciado de forma significativa.

A pesquisa busca contribuir para futuros estudos a cerca do tema, proporcionando assim a análise da questão educacional em nosso país, tornando essa discussão cada vez mais presente contribuindo para a reflexão sobre as praticas pedagógicas desenvolvidas e entender os pontos negativos e positivos das ações desenvolvidas.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

PIMENTA, S. G. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, S. G. (Org). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 1999.

MORAES, Ingrid. Atividade interativa o vocabulário de bolso tupi. **Pedagoga Ingrid Moraes**. [s.l.]. 11 de abr. 2023. Disponível em:< <https://www.pedagogaingrid.com/2021/04/atividade-interativa-o-vocabulario-de.html?m=1>>. Acesso em: 7 de mai. 2023.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

HERNANDES, Fernando; VENTURA, Montserrat. **A organização do currículo por projetos de trabalho**. 5. ed. Porto Alegre: Artes Médicas. 1998.

FRAGATA, Claudio. **O tupi que você fala**. São Paulo: Globo livros. 2018. 32p.

FRACASSO ESCOLAR: DEFINIÇÕES, CAUSAS E PERSPECTIVAS

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.957112430098>

Data de aceite: 04/10/2024

Sara Sousa Barbosa

Faculdade de Educação – UFG

Regiane Ávila

Faculdade de Educação – UFG

INTRODUÇÃO

O fracasso escolar é um tema que já foi, e continua sendo, amplamente discutido no âmbito educacional e social, no qual, a busca por explicações para sua ocorrência ou quem são os possíveis culpados pelo fracasso escolar do estudante estão relacionados a esta discussão. Pesquisas no meio acadêmico também trouxeram amplos debates sobre este tema, em sua maioria, buscam por meio de investigações e estudos exploratórios compreender como a sociedade brasileira classifica o fracasso escolar, evidenciando que este fenômeno não se separa das questões sociais e da estrutura da sociedade. Além disso, destaca-se que este fenômeno é comumente relacionado às dificuldades do estudante no processo de aprendizagem, evasão escolar, repetência e baixo desempenho nas atividades educacionais.

Cordié (1996) afirma que o desenvolvimento desigual da sociedade fez nascer o fracasso escolar que ela caracterizou como patologia, pois assim como as neuroses, o fracasso escolar foi

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo compreender como o modo de produção capitalista se organiza para produzir e reproduzir o fracasso escolar. Nesse sentido, a problemática que permeia a presente pesquisa é: Como o modo de produção capitalista se organiza para produzir e reproduzir o fracasso escolar? Busca-se, portanto, desenvolver a questão de que o fracasso escolar é um fenômeno social e historicamente produzido, com base no pressuposto de que a educação é dependente de uma estrutura social que está carregada de desigualdades, marginalidade e de uma cultura de exclusão que se encontra materializada na estrutura do sistema capitalista. Dessa forma, concluímos que relacionar o fracasso escolar ao capitalismo não é outra coisa que analisá-lo como componente de sua estrutura desigual e excludente.

PALAVRAS-CHAVE: Fracasso escolar – Educação – Sistema Capitalista

produzido por uma mudança social, que neste caso aponta para as transformações no mundo do trabalho que promoveram uma sociedade cada vez mais tecnicista e o surgimento das novas exigências dessa mesma sociedade, o que envolve o fato de que aquele que estuda, que tira boas notas e se empenha na escola, conseguirá um futuro brilhante. Entretanto, essa questão não leva em consideração a desigualdade de oportunidades, particularidades do estudante e desafios da educação.

Dessa forma, essa pesquisa se mostra relevante ao analisar de que maneira a situação de fracasso escolar se desenvolve dentro da instituição de ensino e como os fatores sociais, tais como a desigualdade, falta de oportunidades e outras questões que envolvem a marginalização social e educacional refletem no processo de aprendizado dos estudantes e conseqüentemente na produção do fracasso.

Além disso, historicamente, as desigualdades, preconceitos e estereótipos estiveram presentes nas instituições de ensino e, o rótulo de fracassado atribuído a estudantes e suas vivências escolares, bem como as causas deste mesmo fracasso transferidas para os familiares, professores e o próprio aluno, demonstram que em muitos casos o fenômeno é associado a fatores sociais isolados.

Partindo disso, a problemática que orienta toda essa pesquisa é: Como o modo de produção capitalista se organiza para produzir e reproduzir o fracasso escolar? Essa questão principal parte da ideia de que a escola reproduz a sociedade na qual está inserida (SAVIANI, 1999), portanto, se faz necessária uma análise crítica a respeito das desigualdades sociais que engendram todo o processo educacional de modo que não se tenha um obscurecimento dos processos sociais que produzem o fracasso do estudante.

Dessa forma, deseja-se que esta pesquisa traga contribuições no sentido de despertar um olhar crítico sobre a produção e reprodução do fracasso escolar, levando o sujeito a visão de que existe uma desigualdade forte frente à escola, uma vez que esta reproduz uma sociedade desigual, excludente e que tende a marginalizar aqueles que não se enquadram nos “padrões” estabelecidos.

FRACASSO ESCOLAR: PRODUTO SOCIAL E HISTÓRICO DE UMA SOCIEDADE CAPITALISTA

Historicamente, o fracasso escolar está presente nas instituições de ensino. As buscas por explicações para a sua ocorrência revelam que este fenômeno social têm sido motivo de preocupação para vários estudiosos e especialistas que, por meio de estudos, caracterizam que este fenômeno não se separa das questões sociais e da estrutura da sociedade.

O fracasso escolar, atualmente, continua sendo visto como um fenômeno que está ligado às vivências dos estudantes na escola. Repetência, notas baixas e/ou baixo desempenho, evasão, dificuldades na aprendizagem, entre outros, são fatores utilizados para explicar o que é o fracasso, seja pelo senso comum, seja por teóricos que, imbuídos pela discussão sobre as causas e concepções deste fenômeno, trazem contribuições para compreendê-lo.

A Teoria da Carência Cultural foi uma vertente que influenciou na concepção do fracasso escolar, na qual, atribuía às “deficiências culturais” das famílias mais pobres a causa do fracasso escolar dos filhos. Essa concepção esteve presente na literatura educacional nos anos setenta no Brasil, entretanto, no contexto atual, o fracasso escolar ainda é explicado e visto mediante os olhos dessa teoria e, conseqüentemente, relacionado à fatores isolados, uma vez que em muitos casos a causa do fracasso é transferida para a família e o próprio estudante, não levando em consideração a amplitude das causas deste fenômeno.

A causa do fracasso atribuída ao estudante é uma prática presente nos dias atuais. Expressões como: “o aluno não se interessa”; “ele só quer bagunçar”; “não aprende porque não quer”, estão presentes no processo de culpabilização do estudante pelo insucesso na aprendizagem. Charlot (2000) propõe que o fracasso escolar não deve ser visto como resultado da reprodução ou deficiência cultural da família e do estudante, pois o fracasso não é algo em si, mas uma história daquele que fracassa, visto que o que existe são histórias escolares que terminam mal, ou seja, histórias de estudantes que no percurso de sua aprendizagem tiveram dificuldades e, embora a maior parte dos estudantes que fracassam sejam das classes populares, Charlot (idem) destaca que é necessário buscar a história desses estudantes, analisá-las e reconhecer que entre os educandos das classes populares, há aqueles que vivem experiências de sucesso escolar.

Diante dessa perspectiva, o fracasso escolar deve ser analisado não apenas com base em termos de diferenças entre as posições sociais dos alunos, mas na relação do saber e a escola, visto que, segundo o autor, transferir a causa do fracasso às falhas da família e dos estudantes ou à falta de cultura de ambas as partes com base na questão sociocultural, é uma leitura negativa da realidade. É necessário, portanto, realizar uma leitura positiva, que segundo Charlot (2000):

[...] busca compreender como se constrói a situação de um aluno que fracassa em um aprendizado e, não, “o que falta” para essa situação ser uma situação de um aluno bem-sucedido. Um aluno fracassa, atrasa-se em sua escolaridade, vê-se em dificuldades na escola: pode-se explicar isso a partir do que ocorreu com ele, do que ele fez, do que ele pensou e não apenas, a partir do que não ocorreu com ele, do que ele não fez, do que ele não pensou[...]. (CHARLOT, 2000, p. 30).

Assim, buscar compreender como se constrói o fracasso escolar dos estudantes remete também às causas desse fenômeno que, em grande parte, são transferidas aos estudantes e suas famílias, que se tornam as primeiras vítimas das deficiências desse processo. Esse fato acaba por mascarar o “verdadeiro” responsável, que é a própria estrutura da sociedade responsável por produzir e reproduzir as desigualdades, as carências e as deficiências.

Não se pode negar que o fracasso escolar é um fenômeno social que é produzido diariamente nas escolas (Patto, 1999). Relacioná-lo a fatores isolados, transferindo a culpa do fracasso à escola, ao estudante e sua família e aos professores, acaba por transformar todos estes em antagonistas, afastando-os da reflexão de que existe um sistema que para se manter vivo, necessita de indivíduos alienados e que se culpam e transferem a culpa

pelas faltas, carências e, no presente caso, pelo fracasso do educando. Assim como afirma Oliva (2007), essa crença de justificar as reprovações dos estudantes na incompetência da família acaba por mascarar os reais processos responsáveis pela produção do fracasso escolar, além de não o considerar pelo que ele é, ou seja, produto social e histórico de uma sociedade capitalista.

A questão da marginalização também está relacionada ao fenômeno do fracasso escolar, uma vez que a escola é, igualmente, refém desse sistema de segregação, já que a marginalidade se faz presente principalmente no que se refere a aprendizagem dos alunos. Dessa forma, aqueles estudantes que por vários motivos não conseguem alcançar determinadas notas ou atingir metas estipuladas pela escola, são também considerados marginalizados e fracassados no quesito educacional. Além disso, há também os indivíduos, em idade escolar, que não possuem sequer acesso à escola e aqueles que mesmo ao ingressar, não concluem.

A marginalidade, a pobreza e a miséria estão aí afetando os setores populares, os trabalhadores, a infância e a adolescência de nossas escolas. Estamos num momento particularmente sensível às velhas realidades: as desigualdades e os múltiplos processos de exclusão e marginalização. Os educadores não poderíamos ser diferentes. Retomamos velhos seriados tão atuais: as desiguais oportunidades socioculturais da infância pobre e os perenes mecanismos de exclusão de nosso sistema escolar. O fracasso volta, ou melhor, nunca nos abandonou. As motivações para tanta sensibilidade são diversas, desde o medo aos conflitos sociais, à violência dos meninos de rua, até aos velhos ideais de uma escola igualitária, passando pela redução de custos na administração de reprovados-repetentes. (ARROYO, 1992, p.46).

No que se refere a marginalização e o fracasso escolar, Saviani (1999) busca explicar e interpretar essa questão através de dois grupos de teorias da educação que são denominadas de teorias não-críticas e teorias críticas reprodutivas. O primeiro grupo entende a educação como um instrumento de equalização social, logo uma forma de superar a marginalidade. Já o segundo grupo concebe a educação como um instrumento de discriminação social, logo, ela é um fator da marginalização.

As concepções crítico-reprodutivistas, segundo grupo das Teorias da educação abordadas por Saviani (1999), compreendem o fracasso escolar, que antes se julgava ser uma disfunção, como função da própria escola, visto que a mesma é um instrumento de reprodução das relações de produção, já que na sociedade cujo modo de produção capitalista predomina, a escola reproduz a dominação, exploração, desigualdades e a cultura de exclusão que essa mesma sociedade produz. A escola é um reflexo da sociedade e, por meio disso, entende-se o seu caráter segregador, marginalizador, e a sua natureza seletiva. (SAVIANI, 1999).

Ao tecer sobre a escola como reprodutora da sociedade (SAVIANI, 1999), o capitalismo, sistema vigente na mesma, se faz presente para afirmar que a educação é uma instituição sustentada pelo discurso da eficiência, eficácia e rapidez dos processos de aprendizagem, pois assim como esse modo de produção prevê esses atributos a todos os processos, a educação, ao tomar como parâmetro esse modelo econômico, acaba por se estruturar mediante os mesmos princípios da racionalização e especialização.

Esse modelo de educação sustentado na estrutura do sistema capitalista reduz as relações presentes na educação escolar a relações meramente mercadológicas, desconsiderando aspectos sociais, culturais e as contradições existentes no processo de ensino. Além disso, considerar a aula como mercadoria nos remete a Educação Bancária, a qual Paulo Freire (1996) criticou. Esse modelo de educação parte do pressuposto que o aluno nada sabe e o professor detém todo o conhecimento e o “deposita” no aluno. Essa concepção desconsidera o educando como produtor do conhecimento e o tem apenas como consumidor, incapaz de pensar ativamente sua própria formação.

Dessa forma, a escola, que se pauta nos princípios da sociedade capitalista, tem como objetivo garantir ao estudante uma formação que vá ao encontro das exigências de qualificação de um sistema marcado pela ordem econômica da propriedade privada, sendo a educação planejada afim de minimizar as subjetividades do sujeito, não prevendo lugar para as singularidades do educando, e a valorização das mesmas.

Além disso, o atual modo de produção, pautado em uma sociedade de classes desiguais e também na acumulação de riquezas, imputa ao indivíduo a responsabilidade pelo seu sucesso ou fracasso, e a partir disso, expressões como “precisa estudar mais para ser alguém na vida”, “se não estuda não fica rico” ou “você não estudou porque não quis”, são utilizadas para reafirmar a questão de que esse sistema aliena os indivíduos a se culpabilizarem por todas as falhas, faltas e fracassos e também por suas próprias condições de explorados e excluídos.

Destaca-se ainda, que o ensino nesta sociedade capitalista atende a determinadas classes sociais, uma vez que os sistemas educacionais oferecem conteúdos, métodos e exigências que operam de maneira camuflada como um mecanismo de seleção dentro da própria estrutura escolar, submetendo o educando, das classes populares, a um ensino não adequado, e assim, ao fracasso escolar em um sistema obviamente não-igualitário. (PATTO, 1999). Em contrapartida, há um ensino que atende uma pequena parcela da população (elite), certificando a essa classe os mecanismos para que ela perpetue sua dominação.

Nesse caminho, o fracasso escolar acaba sendo um sintoma que se repete diariamente no cotidiano escolar (PATTO, 1999) e, mesmo que propostas busquem solucioná-lo, ele não deixa de se produzir e de se reproduzir, como também de requisitar novas interpretações, pois vivemos uma sociedade que se modifica e as relações presentes nela também.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, ao invés de considerar os estudantes menos capazes por apresentar um comportamento inesperado, que não corresponde as expectativas dos programas escolares, a escola deve deixar de rotular esses estudantes como fracassados no ensino, passando a vê-los como seres sociais que possuem suas dificuldades, seus erros e acertos. Além disso, esses preconceitos acabam por refletir na autoestima do educando, uma vez que o rótulo de fracassado pode refletir de maneira negativa nos avanços do aprendizado do estudante, pois se o indício que o sujeito tem para o seu futuro é de fracasso, por possuir dificuldades em seu percurso de aprendizagem, pouco resta para ele modificar essa realidade.

Cabe a escola, portanto, frente ao processo de marginalização e exclusão que geram o fracasso escolar, buscar compreender como se constrói a situação de um aluno que fracassa e valorizar as singularidades e as subjetividades do indivíduo, indo contra ao viés do capital, pois diferente das empresas, a escola deve se pautar por uma gestão e estrutura democrática, para alcançar os objetivos da educação, proporcionando aos estudantes os saberes historicamente produzidos e vivências nas diversas dimensões do conhecimento.

Além disso, o incentivo a uma reflexão crítica a respeito dos condicionantes sociais, econômicos e políticos que engendram todo este sistema capitalista que leva o sujeito não só a uma posição idealista de um mundo com oportunidade iguais, mas também uma visão realista de que há uma desigualdade forte frente à escola, se faz necessário a fim de levar o sujeito a não se conformar com a atual estrutura e, mais que isso, confrontando os ideais que a ideologia dominante promove.

Por meio deste estudo, não temos a pretensão de trazer um “xeque-mate” para as questões que envolvem o fracasso escolar, aliás, nos propomos a afirmar que este fenômeno é amplo e existem ainda múltiplas questões a serem abordadas. Portanto, essa análise deve ainda ser enriquecida com a implementação de novos conceitos e a análise de outras perspectivas das múltiplas questões envolvidas no fenômeno do fracasso escolar, já que se trata de um problema social e deve ser analisado de forma ampla, levando em consideração que a sua ocorrência se faz em uma instituição que reproduz uma sociedade desigual, excludente e marginalizadora.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. Fracasso-sucesso: o peso da cultura escolar e do ordenamento da educação básica. **Em aberto**, Brasília, 1992.

CHARLOT, Bernard. **Da Relação com o Saber: Elementos para uma teoria**. São Paulo: Artmed, 2000.

CORDIÉ, Anny. **Os atrasados não existem: psicanálise de crianças com fracasso escolar**. Trad. Sônia e Marta D' Agord. Porto Alegre, 1996.

FREIRE, Paulo – **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra. Pp.57-76. 1996.

OLIVA, Diana Villac. O fracasso escolar em famílias de baixa renda: Leitura segundo a psicologia social crítica. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DA ABRAPSO, 2007, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo, 2007, p. 01-11.

PATTO, Maria. Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. 3º edição, São Paulo: Casapi Livraria e Editora Ltda. 1999.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: As teorias da educação e o problema da marginalidade**. p.15-45. 32º edição, São Paulo, 1999.

TRANSTORNO POR USO DE SUBSTÂNCIAS: COMPREENSÕES E ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO A PARTIR DA TEORIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.957112430099>

Data de aceite: 04/10/2024

Rafaela Santos Oliveira

Graduanda em Psicologia (UNIP/
Sorocaba)
ORCID: 0009-0009-5620-4225

Ana Júlia de Oliveira Neves

Graduanda em Psicologia (UNIP/
Sorocaba)
ORCID: 0009-0009-3592-774X

Cybele Moretto

Psicóloga, Mestre e Doutora em
Psicologia pela PUCCAMP; Professora
Titular e Supervisora de Estágio da
Universidade Paulista (UNIP/Sorocaba)
ORCID: 0000-0001-6383-0878

Leonardo Botinhon

Psicólogo, Mestre em Avaliação
Psicológica pela Universidade São
Francisco (USF)
ORCID: 0000-0002-6448-9779

INTRODUÇÃO

O uso de substâncias psicoativas esteve presente ao longo da história da humanidade, desde os primórdios remotos da construção da sociedade tem existido essa interação entre seres humanos e substâncias psicoativas, que atuam significativamente sobre o cérebro, e conseqüentemente, sobre o psiquismo e comportamento (Dalgalarondo, 2019). As pessoas, com finalidades diversas, buscam formas de alterar os estados de consciência por meio de substâncias que atuam no sistema nervoso central; assim, a dependência de álcool e outras drogas surgiram paralelamente à história, sendo utilizada de diversas formas pelos indivíduos, exibindo usos indiscriminados.

O uso abusivo dessas substâncias psicoativas está entre os principais problemas de saúde pública, no Brasil. Em 2021, o Sistema Único de Saúde (SUS) registrou 400,3 mil atendimentos a pessoas com transtornos mentais decorrentes do uso dessas substâncias, esse foi um

aumento de 12,4% em relação ao ano anterior. De acordo com o levantamento nacional sobre o uso de drogas pela população brasileira, parceria entre Fiocruz e Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), a substância ilícita mais consumida no país é a maconha, com 7,7% dos brasileiros de 12 a 65 anos relatando seu uso. Logo em seguida, no ranking das substâncias ilícitas, está a cocaína em pó, consumida por 3,1% da população. Segundo o Relatório Mundial sobre Drogas de 2021 também apontou que a pandemia contribuiu para o aumento dos riscos de dependência de drogas, sendo o álcool e a maconha as substâncias cuja busca mais cresceu. A dependência de drogas pode ser influenciada por diversos fatores, como vulnerabilidade social, exposição facilitadora ao uso, além de fatores socioculturais, sociodemográficos, psicológicos e genéticos.

O uso de substâncias psicoativas tem sido foco de intervenções na saúde mental há décadas, com destaque para tratamentos específicos e eficazes, como os baseados na Terapia Cognitivo Comportamental (TCC). A TCC se fundamenta na ideia de que os pensamentos influenciam as emoções e comportamentos. Na década de 1990, Aaron Beck introduziu seu modelo cognitivo de abuso de substâncias, que propõe a modificação das interpretações dos indivíduos sobre situações e suas crenças disfuncionais a respeito do uso de substâncias. Esse modelo busca questionar os pensamentos automáticos e elaborar crenças e pensamentos alternativos, com o objetivo de auxiliar o indivíduo a desenvolver um estilo de vida sem drogas e tomar decisões que possam alterar o funcionamento do processo de dependência.

A questão discutida no presente trabalho é considerada um problema de saúde pública multifatorial, exigindo, portanto, reflexões a partir de uma abordagem de tratamento que contemple todas as dimensões envolvidas. Para isso, é essencial a proposição de estratégias de manejo, prevenção e intervenção variadas. Nesse contexto, a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) tem se mostrado eficaz tanto na compreensão da etiologia quanto na manutenção da problemática, fornecendo reflexões sólidas para possíveis intervenções terapêuticas.

OBJETIVOS

- Investigar algumas questões psicopatológicas relacionadas ao uso abusivo de substâncias psicoativas, sob a perspectiva da Terapia Cognitivo-Comportamental.
- Expor as consequências advindas desse uso abusivo em uma perspectiva biopsicossocial.
- Analisar questões diagnósticas envolvidas nesse contexto.
- Discutir o papel do psicólogo na prevenção e intervenção junto a pessoas que fazem que fazem uso abusivo de substâncias.

JUSTIFICATIVA

Este artigo visa destacar a importância fundamental da psicologia no tratamento e compreensão do uso de álcool e drogas, evidenciando a relevância desse campo para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos afetados e das pessoas ao seu redor. Por meio de estudos psicológicos, é possível desenvolver estratégias para promover uma vida melhor para os indivíduos, assim como para orientar familiares e a sociedade sobre como lidar de maneira mais eficaz com esses casos.

A pesquisa psicológica busca entender as motivações que levam ao uso de álcool e drogas, identificando comportamentos associados a essas práticas e propondo intervenções para reduzir o consumo. Além disso, a psicologia examina como os efeitos dessas substâncias no organismo, nas trajetórias de vida dos indivíduos, em suas relações familiares e seu comportamento social. O impacto do uso de substâncias não se restringe ao usuário, afetando também familiares e amigos, e pode desencadear ou agravar transtornos mentais, especialmente em indivíduos geneticamente predispostos.

A psicoterapia desempenha um papel central nesse contexto, oferecendo um espaço para que o indivíduo explore suas dificuldades e desenvolva métodos de intervenção voltados à modificação de comportamentos que levam ao uso de substâncias. O trabalho do psicólogo clínico envolve a análise dos contextos ambiental, socioeconômico, familiar, biológico e psicológico do paciente. Em muitos casos, o ambiente familiar pode estar relacionado ao uso de substâncias, e a psicoeducação de todos os envolvidos é fundamental para promover mudanças e prevenir recaídas.

Em resumo, a psicologia contribui significativamente para o tratamento de problemas relacionados ao uso de álcool e drogas, ajudando a compreender a trajetória individual de cada pessoa, melhorar sua qualidade de vida, reduzir danos e reintegrá-la à sociedade. Através de uma compreensão aprofundada e de uma abordagem acolhedora, a psicologia oferece intervenções eficazes e humanizadas na assistência e no cuidado a essas pessoas.

MÉTODOS

A pesquisa bibliográfica é uma etapa fundamental na construção do conhecimento científico, consistindo em um breve levantamento e investigação de diversas fontes bibliográficas escritas, como livros, teses e artigos. O objetivo principal é revisar, apurar e sintetizar um breve conhecimento sobre um determinado tema, colocando o pesquisador em contato direto com o que já foi produzido sobre o assunto (Fonseca, 2002).

O estudo adota uma abordagem qualitativa, que se concentra na descrição de fenômenos, adequada para investigar o entendimento do impacto do uso abusivo de substâncias psicoativas na dimensão psicológica dos indivíduos, a partir da perspectiva cognitivo-comportamental.

Para uma reflexão profunda e embasada, foi realizado uma ampla revisão de referenciais teóricos clássicos e contemporâneos da TCC. Entre os autores clássicos utilizados estão Aaron Beck, Judith Beck, Paulo Knapp e Bernard Rangé, além de autores contemporâneos. Com o objetivo de complementar a pesquisa e possibilitar a correlação entre os referenciais teóricos e as experiências reais a partir da experimentação e aplicação na prática, buscou-se também o aprofundamento nos mais diversos artigos relacionados às áreas de Saúde, tais como Psicologia e saúde pública e incluindo fatores referentes a área de Assistência social.

A busca por artigos científicos foi realizada por meio das bases de dados como Scielo (Scientific Electronic Library Online), PePSIC (Periódicos Eletrônicos de Psicologia), PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), USP (Universidade de São Paulo), DOAJ (Directory Of Open Access Journals), Revista Científica da FEPI (Fundação de Ensino e Pesquisa de Itajubá), Fundação Oswaldo Cruz, Governo de São Paulo e UniFagoc (Revistas Científicas do Centro Universitário Governador Ozanam Coelho). As palavras-chave utilizadas incluíram: “Substâncias psicoativas”, “Terapia Cognitivo Comportamental (TCC)”, “Rede de apoio social”, “Transtornos mentais” e “Intervenção multidisciplinar”.

Os critérios de inclusão abrangeram artigos nacionais e internacionais com data de publicação entre 2016 e 2024. A análise dos dados bibliográficos foi realizada a partir da abordagem hermenêutica, que se trata de uma interpretação crítica do contexto histórico-teórico do material selecionado. Segundo Minayo (2008), a busca por uma verdade perpassa por todas as partes da experiência ultrapassando o campo da metodologia científica, ou seja, as experiências da filosofia e da história são modos diferentes de se manifestarem verdades, que não podem ser analisadas por meios de metodologias científicas formais. Dessa maneira, a análise crítica dos textos selecionados buscou não apenas justificar teoricamente as descobertas, mas também promover uma reflexão sobre os resultados encontrados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao longo da história, os indivíduos têm procurado essas substâncias por uma variedade de razões, incluindo participação em rituais religiosos, busca por prazer e tentativa de escapar de problemas. Cada substância provoca uma gama de efeitos distintos, que vão desde agitação e euforia até sonolência, relaxamento e alucinações (Carvalho, Malagris & Rangé, 2019). É válido ressaltar que o consumo de substâncias psicoativas tem sido uma constante ao longo da história, utilizado em diversos contextos e com diferentes finalidades, principalmente pela capacidade de alterar o estado de consciência ao afetar o sistema nervoso central.

Essas substâncias atuam de maneira multifatorial no organismo, afetando o indivíduo em termos biológicos, sociais e cognitivos, o que, por sua vez, impacta diretamente seu comportamento. A dependência de álcool e outras drogas pode trazer riscos consideráveis, uma vez que o indivíduo perde o controle sobre o uso, caracterizado pela fissura, além de sofrer prejuízos sociais decorrentes das atitudes tomadas sob o efeito dessas substâncias. O uso excessivo dessas substâncias, sejam elas lícitas ou ilícitas, pode acarretar dependência e, em muitos casos, levar ao desenvolvimento de transtornos mentais.

Zanelatto e Laranjeira (2018) ressaltam a complexidade da dependência de substâncias, destacando que a maioria dos indivíduos que procura tratamento apresenta comorbidades psicopatológicas, faz uso de múltiplas substâncias e possui diferentes graus de motivação para suspender o consumo. Isso demonstra a necessidade de um tratamento multifatorial que aborde tanto os transtornos comórbidos quanto as questões motivacionais subjacentes.

Muitas pessoas, por fazerem um uso excessivo ou muito frequente, ou por alguma predisposição pessoal, acabam por desencadear problemas físicos, sociais e psicológicos relacionados ao consumo dessas substâncias. Estas apresentam um quadro chamado transtorno por uso de substâncias, definido pelo DSM-5 em 2013, substituindo as denominações “abuso” e “dependência”, presentes no DSM-IV, oferecendo um entendimento de *continuum* de gravidade. Nesse novo formato, passou a existir apenas a categoria diagnóstica “transtorno por uso de substâncias” (Zanelatto & Laranjeira, 2018).

Segundo Lopes e Dias (2021), observando pela ótica da neurociência, o transtorno por uso de substâncias é um distúrbio neurológico que parte de um processo de hábitos, além de compulsório e sem controle pelo indivíduo. O prazer causado pelo uso de substâncias psicoativas é significativamente maior do que o consumo de um doce ou a prática de uma atividade física, por exemplo, por isso as alterações que ocorrem no cérebro se tornam uma parcela significativa da persistência do uso, apesar dos visíveis danos que podem estar sendo ou ser desencadeados na vida do indivíduo.

A questão discutida no presente trabalho é considerada um problema de saúde pública e uma questão multifatorial, portanto, necessitando de um tratamento com uma abordagem que abarque todas as facetas envolvidas na problemática, propondo diversas formas de manejo, prevenção e métodos, sendo assim, no que tange evidências de efetividade de tratamento para o abuso de substâncias, o uso da Terapia Cognitivo Comportamental se faz eficiente na compreensão da etiologia e manutenção da problemática.

Adicionado a isto, dentro das Terapias Cognitivo-Comportamentais (TCCs), diversas abordagens têm empregado esforços no tratamento do transtorno. Entre elas, destacam-se a Terapia Cognitivo-Comportamental baseada na reestruturação cognitiva, a Terapia do Esquema, a Terapia Comportamental Dialética, assim como o Modelo Transteórico de Mudança de Comportamento (MTT) e a Entrevista Motivacional (Szupszynski & Mansano, 2021).

Critérios Diagnósticos

Os principais critérios para auxiliar na identificação correta do diagnóstico de Transtorno por Uso de Substâncias são os critérios apresentados pelo DSM-5-TR e CID-10, auxiliando profissional a uma avaliação mais objetiva, compreendendo o problema e a extensão de sua gravidade, evitando possíveis equívocos. No entanto, é importante reconhecer que esses critérios podem ser reducionistas se utilizados isoladamente, sendo fundamental também considerar os aspectos psicossociais e o contexto em que o uso ocorre, integrando essas dimensões no processo diagnóstico.

Considerando os critérios apresentados pela APA, conforme descritos no DSM-5-TR, têm-se quatro grupos de critérios avaliativos, sendo assim, o primeiro conjunto de critérios aborda a falta de controle sobre o consumo de substâncias - exceder a quantidade e o tempo de uso planejado, tentativas fracassadas de redução do consumo, perda de tempo buscando a substância ou se recuperando dela e, em casos extremos, a focalização exclusiva no consumo da droga. Isso se manifesta como uma incapacidade de reduzir ou regular o consumo, acompanhada por sintomas de fissura, que é o intenso e incontrolável desejo ou necessidade de usar a substância. A fissura geralmente é desencadeada por um ambiente onde a substância foi consumida ou adquirida anteriormente.

O segundo conjunto de critérios refere-se ao prejuízo social causado pelo uso da substância, prejuízo esse que se manifesta em dificuldades no desempenho no trabalho, escola, nas suas relações com a família e amigos, ou em qualquer interação social. Resultando no abandono ou na redução de atividades sociais e profissionais importantes, no afastamento de familiares e amigos que não fazem uso da substância e no abandono de atividades sociais significativas. Já terceiro conjunto de critérios aborda o uso arriscado de substâncias, em que o indivíduo se expõe a situações que colocam em perigo sua integridade física devido ao uso da droga. Mesmo consciente que os prejuízos físicos e psicológicos que podem surgir, ele persiste no uso, incapaz de manter-se abstinente, demonstrando uma falta de controle em relação aos riscos envolvidos.

Quarto e último grupo de critérios são os farmacológicos, que dizem respeito a tolerância e abstinência. A tolerância se apresenta quando o indivíduo necessita de uma quantidade maior de substância para obter o mesmo efeito que obtinha anteriormente, levando o consumo de quantidades cada vez maiores. Abstinência ocorre devido à falta da substância no organismo após o uso intenso e prolongado desta, ou seja, quando a concentração da substância no organismo diminui, e então o indivíduo passa a apresentar sintomas como ansiedade, temores, sudorese, insônia ou sonolência. Quando a pessoa apresenta sintomas de abstinência, tende a utilizar a droga para aliviá-los, se tornando um ciclo de repetição cada vez mais prejudicial – cada tipo de substância apresenta sintomas de abstinência próprios.

Classificação dos transtornos mentais decorrentes do uso de substâncias segundo a CID-10
<p>F1: O número 1 corresponde ao transtorno por uso de substâncias. F10: O segundo número corresponde à substância utilizada. F10.0: O terceiro número indica o transtorno por uso da substância representada no número anterior ao ponto. F10.07: O quarto número descreve o curso do transtorno, o subtipo ou as complicações relacionadas ao diagnóstico.</p>
Transtornos mentais decorrentes do uso de substâncias segundo a classe de drogas
<p>F10 Transtornos mentais e de comportamentos decorrentes do uso de álcool F11 Transtornos mentais e de comportamento decorrentes do uso de opioides F12 Transtornos mentais e de comportamento decorrentes do uso de canabinoides F13 Transtornos mentais e de comportamento decorrentes do uso de sedativos ou hipnóticos F14 Transtornos mentais e de comportamento decorrentes do uso de cocaína F15 Transtornos mentais e de comportamento decorrentes do uso de outros estimulantes, incluindo cafeína F16 Transtornos mentais e de comportamento decorrentes do uso de alucinógenos F17 Transtornos mentais e de comportamento decorrentes do uso de tabaco F18 Transtornos mentais e de comportamento decorrentes do uso de solventes voláteis F19 Transtornos mentais e de comportamento decorrentes do uso de múltiplas drogas e do uso de outras substâncias psicoativas</p>

Fonte: CID-10.

Transtorno por uso de substâncias
<p>A. Um padrão problemático de uso de [determinada substância], levando a comprometimento ou sofrimento clinicamente significativos, manifestado por pelo menos dois dos seguintes critérios, ocorrendo durante um período de 12 meses.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A substância é frequentemente consumida em maiores quantidades ou por um período mais longo do que o pretendido. 2. Existe um desejo persistente ou esforços malsucedidos no sentido de reduzir ou controlar o uso da substância. 3. Muito tempo é gasto em atividades necessárias para obtenção da substância, na utilização da substância ou na recuperação dos seus efeitos. 4. Fissura ou um forte desejo ou necessidade de usar a substância. 5. Uso recorrente da substância, resultando no fracasso de desempenhar papéis importantes no trabalho, na escola ou em casa. 6. Uso continuado da substância, apesar de problemas sociais ou interpessoais persistentes ou recorrentes causados ou exacerbados por seus efeitos. 7. Importantes atividades sociais, profissionais ou recreacionais são abandonadas ou reduzidas em função do uso da substância. 8. Uso recorrente da substância em situações nas quais isso representa em perigo para a integridade física. 9. O uso da substância é mantido apesar da consciência de ter um problema físico em psicológico persistente ou recorrente que tende a ser causado ou exacerbado pela substância. 10. Tolerância, definida por qualquer um dos seguintes aspectos: <ol style="list-style-type: none"> a. Necessidade de quantidades progressivamente maiores da substância para alcançar intoxicação ou o efeito desejado. b. Efeito acentuadamente menor com o uso continuado da mesma quantidade de substância. 11. Abstinência, manifestada por qualquer dos seguintes aspectos: <ol style="list-style-type: none"> a. Síndrome de abstinência característica da substância (consultar os critérios para síndrome de abstinência específicos para cada droga, entre as páginas 481 – 590 do DSM-5) b. A substância (ou outra substância estritamente relacionada) é consumida para aliviar ou evitar os sintomas de abstinência.

Fonte: DSM-5.

Zanelatto e Laranjeira (2018) trazem que a literatura apresenta uma diferenciação entre a nomenclatura de “dependência” e “abuso de substâncias”. Considerando a divergência encontrada na literatura se fez necessário salientar a diferença dos termos dependência química, uso nocivo e transtorno por uso de substâncias. Seguindo uma ordem cronológica, uma das principais mudanças ocorreu no lançamento do DSM-5 (2013), onde a substituição de “dependência química” e “abuso” por “transtornos relacionados a substâncias”, seguindo um *continuum* de intensidade de gravidade, consequentemente ocasionando também na diferenciação da gravidade entre os termos utilizados na literatura.

A terminologia “dependência química” ou “abuso de substâncias” é caracterizada pelo padrão de uso compulsivo de substâncias psicoativas, sendo este padrão em sua maior parte voltado ao alívio e evitação dos sintomas de abstinência, causando prejuízos em outras áreas da vida do indivíduo que eram funcionais anteriormente, devido a negligência perante a uso, resultando no desenvolvimento de síndrome de abstinência e tolerância. É considerado na presença de problemas significativos relacionados à droga, no contexto de saúde, familiar, social etc. Na dependência, o indivíduo está sujeito a fissura pelo uso da substância mesmo após um período prolongado de abstinência. O diagnóstico de dependência de substâncias é baseado nos critérios descritos no DSM-5 e na CID (Oliveira, 2011). Já a nomenclatura uso nocivo, refere-se a um padrão mal adaptativo de uso de alguma substância psicoativa, contudo diferente da dependência os prejuízos são referentes ao período de consumo da substância e as situações problemáticas originadas dentro deste espaço de tempo, além de não estar presente a tolerância e a síndrome de dependência (Zanelatto & Laranjeira, 2018).

Washton e Zweben (2009) descreveram estágios intermediários no envolvimento com substâncias, desde a fase inicial da experimentação até as complicações características da dependência. A experimentação é o estágio que indica o início do contato com as drogas, que na maior parte das vezes se dá por curiosidade e em contextos sociais. A fase inicial de experimentação habitualmente não resulta danos manifestos, embora não esteja isenta de riscos. O uso social ou ocasional é caracterizado pela ingestão irregular de quantidades modestas, sem que ocorram danos associados, contudo é importante notar que mesmo pequenas doses de substâncias psicoativas podem afetar o organismo de maneira diferente em cada indivíduo.

Quando um padrão de uso mais regular se estabelece, falamos de um uso habitual. Por vezes, as consequências negativas são sutis, e a regularidade pode ou não evoluir para uma perda de controle. Diferentes padrões de uso podem ser classificados como situacionais, quando associados a determinados contextos, como o consumo de estimulantes para cumprir prazos de trabalho, ou o uso de álcool para lidar com a timidez em situações sociais específicas. Um padrão episódico de consumo intenso de substâncias pode ser denominado compulsivo ou *binge*. Trata-se de um padrão caracterizado pelo consumo de grande quantidade de álcool em um período curto, prática descrita na literatura

como *binge drinking*. Esse comportamento, refere-se ao consumo elevado e episódico de álcool, e é associado a riscos significativos para a saúde (Raimundo, 2016). O consumo em grandes quantidades, seguido por períodos de abstinência, pode acarretar consequências agudas para o organismo.

Consequências Psicológicas e Físicas

O abuso de substâncias, tal como citado anteriormente, é identificado quando problemas significativos relacionados à substância surgem, afetando de maneira significativa diversas áreas da vida do indivíduo, como problemas de saúde física, âmbitos sociais, por exemplo, relações familiares e de trabalho, englobando também os aspectos financeiros, entre outros.

Quanto aos efeitos diversos dos diferentes tipos de substâncias, a dificuldade em relação a classificação de substâncias a partir dos efeitos causados nos indivíduos se dá por conta da variedade de efeitos que podem surgir em diferentes indivíduos, como por exemplo, respostas diferentes dos receptores, decodificação genética de cada indivíduo frente ao contato com a substância psicoativa, transtornos mentais em que o indivíduo já foi diagnosticado ou possui predisposição, entre outros. Apesar disto, há uma classificação em vista dos efeitos comportamentais, fisiológicos e psicológicos mais comuns aos indivíduos (Lopes & Dias, 2021).

A classificação de acordo com os efeitos das substâncias, diferenciam as mesmas em: estimulantes, depressores, alucinógenos e opioides. Os estimulantes caracterizam-se pelo aumento da dopamina e noradrenalina na fenda sináptica do indivíduo, podendo ocorrer devido a inibição dos transportadores dos neurotransmissores, elevando a concentração destes. Já as substâncias depressoras estão correlacionadas a atuação positiva dos receptores do neurotransmissor inibitório ácido gama-aminobutírico. As drogas alucinógenas, geralmente atuam no processo de sinapse de serotonina dos sistemas de recompensa, quando intoxicado o indivíduo pode apresentar alterações sensoriais, de consciência e sensibilidade a estímulos externos, sintomas popularmente conhecidos como psicodélicos. Por fim, a última classe são os opioides, que agem no organismo contrariando a atuação de alguns subtipos de receptores.

Classe	Exemplos	Efeitos comportamentais mais comuns.
Estimulantes	Cocaína Anfetamina <i>Ecstasy</i> Nicotina Cantionas	Estimulação, vigília, aumento da energia, e da concentração, diminuição do apetite, aumento da frequência cardíaca e da respiração, paranoia e pânico.
Depressores	Álcool Sedativos/hipnóticos Solventes voláteis	Relaxamento, desinibição, prejuízos motor, de memória e cognitivos, diminuição da ansiedade.
Alucinógenos	Dietilamida do ácido lisérgico (LSD) Psilocibina/mescalina Fenciclidina Canabinoides	Alucinação, aumento da percepção sensorial, déficits motores e cognitivos.
Opioides	Morfina Heroína	Euforia, analgesia, sedação

Fonte: OMS, 2006.

Devido a abrangência das substâncias psicoativas e suas diferentes características, há diferentes formas de classificação além dos efeitos a qual foi citada acima, existe também a classificação de acordo com a forma de apresentação, na qual trabalha com a concepção de que o potencial de dependência de uma substância está intimamente relacionado com a velocidade na qual a substância atinge o cérebro do indivíduo, por isso a forma de apresentação influencia diretamente nos efeitos e no risco. Trazendo a classificação e a diferenciação das formas de apresentação das substâncias psicoativas, que são: oral, retal, intramuscular, intravenosa e absorção pulmonar/aspirada. Também podendo ser classificadas de acordo com o seu aspecto jurídico, como serem lícitas ou ilícitas, dependendo de ter ou não sua produção, distribuição e comercialização regulamentadas. A principal crítica trazida por essa classificação é a flexibilização, como por exemplo, as drogas serem lícitas em um país e ilícitas em outros, também a potencialidade de início precoce de algumas substâncias lícitas, como álcool e nicotina (Zanelatto & Laranjeira, 2018).

O cerne do consumo dessas substâncias reside na intensa necessidade e compulsão de utilizá-las, acompanhadas pela incapacidade de regular ou controlar o consumo. Consequentemente, a importância da substância em questão aumenta de forma exponencial, levando o indivíduo a não encontrar satisfação em outras fontes de prazer do cotidiano, o que por sua vez intensifica ainda mais o consumo (Dalgarrondo, 2019).

Usuários de múltiplas substâncias apresentam a possibilidade de uma maior incidência de problemas psicológicos, especialmente depressão, ansiedade e risco aumentado de suicídio. Portanto, durante a avaliação do caso, se faz indispensável que o profissional considere se os sintomas psicológicos se mantêm após semanas de abstinência e se existe uma plausível relação com os sintomas de abstinência, que podem ser equivocados com sintomas psiquiátricos (Hess et al., 2012).

Comorbidades

Zanelatto e Laranjeira (2018) apontam a existência de uma alta prevalência de transtornos mentais comórbidos em indivíduos com Transtorno por uso de Substâncias (TUS), por este fato a importância de diagnósticos que considerem as possíveis comorbidades dos pacientes, visto que a dificuldade que é desencadeada durante o tratamento, com uma possível evolução do transtorno mental que influenciará negativamente no prognóstico de ambas as condições psicológicas dos pacientes. As principais comorbidades associadas ao TUS incluem transtornos de ansiedade (como agorafobia, fobia social e transtorno do pânico), transtornos do humor (depressão e transtorno bipolar), transtornos de personalidade (como borderline, antissocial e esquizotípica), esquizofrenia, transtornos alimentares e Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH). As relações entre esses transtornos são complexas e variáveis, podendo envolver fatores como vulnerabilidade genética compartilhada, substratos neurais em comum, estilo de vida e variáveis socioeconômicas do indivíduo, bem como a hipótese de toxicidade que poderia levar ao desenvolvimento de transtornos mentais comórbidos. Tais questões evidenciam a complexidade do diagnóstico e as implicações de um tratamento que leve em consideração as diversas características dos indivíduos, visando um prognóstico mais favorável.

Contudo, a determinação de antepor o transtorno por uso de substâncias ou comorbidades psiquiátricas é amplamente debatida entre os pesquisadores. Estudos indicam que podemos conjecturar tanto que o consumo de drogas ocorre para aliviar sintomas de transtornos mentais pré-existentes, quanto entender que a utilização de substâncias pode levar ao desenvolvimento de certos sintomas ou, em determinados casos, o transtorno propriamente dito (Cordeiro & Diehl, 2011).

Os prejuízos associados ao TUS são considerados um problema de saúde pública global e apresentam uma gama de impactos negativos nas esferas individual e social, afetando também o tratamento do indivíduo. Entre os prejuízos, é fundamental mencionar os efeitos neurológicos, que influenciam os resultados do tratamento psicoterápico, pois estão diretamente relacionados à adesão ao tratamento, à motivação e à capacidade de insight do paciente. Esses efeitos podem ser agudos ou de longo prazo. Os impactos neuropsicológicos estão frequentemente ligados ao período de desenvolvimento em que o indivíduo inicia o uso de substâncias psicoativas, bem como à duração do uso; quanto mais prolongado o uso, mais significativos e de difícil remissão tendem a ser os sintomas cognitivos. Entretanto, é importante destacar a neuroplasticidade do cérebro humano, que, com tratamento adequado e estimulação, possibilita a recuperação parcial de alguns prejuízos.

Além dos impactos físicos, as funções emocionais e comportamentais do indivíduo também são afetadas, resultando em mudanças na personalidade e no comportamento. Isso pode dificultar a vida social e aumentar o risco de problemas como depressão e ansiedade, além de potencializar o risco de suicídio. Os desafios no tratamento de indivíduos com TUS são multifacetados e impactam diretamente a eficácia e a continuidade do processo terapêutico. Entre os principais desafios estão a falta de adesão ao tratamento, a resistência em buscar ajuda, a interrupção prematura do tratamento, as recaídas frequentes e os efeitos colaterais adversos decorrentes da farmacoterapia, além das dificuldades no manejo das emoções e pensamentos relacionados à recuperação.

Portanto, os prejuízos observados em indivíduos com transtornos relacionados ao uso de substâncias são multifacetados e transcendem os impactos diretos na vida cotidiana. Além disso, a complexidade do tratamento é evidenciada pelos desafios enfrentados tanto pelo paciente quanto pelos profissionais de saúde mental. Nesse contexto, é fundamental que as abordagens terapêuticas sejam adaptadas às necessidades individuais de cada paciente, levando em consideração não apenas os aspectos biológicos e psicológicos, mas também os contextos sociais e familiares que influenciam o curso do tratamento e seus desfechos.

Visto a importância da família no tratamento, sabe-se o quanto as relações familiares são afetadas em frente ao indivíduo que faz o consumo de substâncias psicoativas, considerando o aumento de conflitos dentro deste ambiente (Claus et al., 2018). Além da priorização do consumo a substância em detrimento das responsabilidades podem gerar sentimentos de abandono e desamparo aos que se relacionam com o indivíduo, fragilizando mais estas relações. A partir disto, mostra-se o desafio desta rede de apoio em equilibrar o cuidado do indivíduo, incentivar sua independência e participação ativa, ao mesmo tempo em que lidam com sentimentos intensos de raiva, culpa e acusações mútuas diante das dificuldades de um dos membros.

É fundamental que tanto as famílias quanto as pessoas em tratamento sejam capacitadas e vistas como agentes de mudança, a fim de combater os preconceitos sociais relacionados ao tema e garantir uma vida de maior qualidade para todos. O acompanhamento psicológico para os familiares da pessoa em tratamento é de extrema importância, auxiliando a lidar com o impacto emocional e social causado pela situação e suas consequências, fortalecendo o vínculo familiar e promovendo um ambiente mais saudável durante o processo de recuperação.

Outra esfera social que pode ser prejudicada pelo TUS é o contexto laboral, onde são frequentes situações correlacionadas a acidentes nas organizações. Esses acidentes acarretam preocupações, dificuldades no cumprimento das responsabilidades, queda na eficiência produtiva e até mesmo alterações comportamentais no ambiente de trabalho. De acordo com estudos da Organização Internacional do Trabalho (OIT), estima-se que cerca de um em cada cinco acidentes laborais esteja relacionado ao uso de substâncias entorpecentes, como maconha e álcool, que afetam a concentração e a coordenação motora, aumentando assim o risco de acidentes (Felix, Schilindwein & Calheiros, 2016).

Diante de tais cenários, a conscientização sobre os efeitos do abuso de substâncias, a promoção de ações preventivas e a implementação de políticas e programas de intervenção são essenciais para a promoção da saúde e do bem-estar tanto no âmbito familiar quanto no ambiente de trabalho. A abordagem integrada que envolva a capacitação dos envolvidos, a sensibilização para a importância do apoio familiar e a oferta de suporte psicológico adequado são estratégias fundamentais para mitigar os impactos do abuso de substâncias e promover ambientes saudáveis e acolhedores para todos os envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso de substâncias psicoativas é um fenômeno profundamente enraizado na história da humanidade, acompanhando o desenvolvimento social e cultural ao longo dos séculos. A busca por alterar estados de consciência resultou em desafios significativos para a saúde pública, especialmente no Brasil, onde o aumento dos atendimentos relacionados a transtornos mentais decorrentes do uso dessas substâncias é alarmante. Fatores diversos, como vulnerabilidade e influências socioculturais, contribuem para a dependência, tornando-a uma questão complexa que demanda uma abordagem multifacetada. Nesse contexto, a Terapia Cognitivo Comportamental se destaca como uma intervenção eficaz, ao promover a reestruturação cognitiva e o desenvolvimento de novas crenças e comportamentos, essenciais para a recuperação; a terapia cognitiva de Beck propõe técnicas que visam a desafiar as crenças relacionadas ao uso de substâncias, identificando e desafiando as crenças centrais que as ativam. O processo de modificação da estrutura cognitiva do indivíduo permite educá-lo a respeito da própria técnica, tornando-o terapeuta de si mesmo. Portanto, é fundamental que as estratégias de manejo e prevenção considerem a complexidade do fenômeno, buscando integrar diferentes métodos e abordagens que atendam às diversas necessidades dos indivíduos afetados.

A atuação do psicólogo no tratamento do uso de substâncias psicoativas deve ser pautada por um planejamento cuidadoso, que inclua a definição de objetivos e metas, a identificação das situações de risco, a criação de estratégias de enfrentamento e o desenvolvimento de novas habilidades para lidar com as fissuras. É essencial que o psicólogo, ao abordar essas questões, ofereça um tratamento que permita ao indivíduo escolher o que acredita ser o melhor para si, promovendo assim a prevenção e o desenvolvimento da autonomia.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5*. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

CARVALHO, M. R.; MALAGRIS, L. E. N.; RANGÉ, B. P. *Psicoeducação em terapia cognitivo-comportamental*. Novo Hamburgo: Sinopsys, 2019.

CLAUS, Maria I. S. et al. As forças familiares no contexto da dependência de substâncias psicoativas. *Escola Anna Nery*, v. 22, n. 4, 2018.

CORDEIRO, D. C.; DIEHL, A. Comorbidades psiquiátricas. In: DIEHL, A.; CORDEIRO, D. C.; LARANJEIRA, R. R. (Orgs.). *Dependência química: prevenção, tratamento e políticas públicas*. Porto Alegre: Artmed, 2011. p. 106-118.

DALGALARRONDO, P. *Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

FELIX JUNIOR, I. J.; SCHLINDWEIN, V. L. D. C.; CALHEIROS, P. R. V. A relação entre o uso de drogas e o trabalho: uma revisão de literatura PSI. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 104-122, jul. 2016.

FONSECA, João José Saraiva da. *Metodologia da pesquisa científica*. Ceará: Universidade Estadual do Ceará, 2002.

HESS, A. R. B.; ALMEIDA, R. M. M.; MORAES, A. L. Comorbidades psiquiátricas em dependentes químicos em abstinência em ambiente protegido. *Estudos de Psicologia (Natal)*, v. 17, n. 1, p. 171-178, 2012.

LOPES, F. M. (Org.); DIAS, N. M. (Org.). *Neuropsicologia e terapia cognitivo-comportamental: interfaces e contribuições*. 1. ed. Belo Horizonte: AMPLA, 2021. v. 1. p. 307.

MINAYO, M. C. S. Hermenêutica-dialética como o caminho do pensamento social. In: MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. *Caminhos do pensamento: epistemologia e método*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008. p. 83-107.

OLIVEIRA, M. S.; FREIRE, S. D.; LARANJEIRA, R. Abordagem cognitivo-comportamental no tratamento da dependência. In: RANGÉ, B. (Org.). *Psicoterapias cognitivo-comportamentais: um diálogo com a psiquiatria*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. p. 25.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Neurociência do uso e da dependência de substâncias psicoativas*. São Paulo: Roca, 2006.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde: CID-10 Décima revisão*. Trad. do Centro Colaborador da OMS para a Classificação de Doenças em português. 3 ed. São Paulo: EDUSP; 1996.

RAIMUNDO, M. F. R. A. et al. Consumo de álcool no padrão *binge* e suas consequências em usuários de drogas em tratamento. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, [S. l.], v. 18, 2016.

SZUPSZYNSKI, K. P. D. R.; MANSANO, F. S. Terapia cognitivo-comportamental e transtorno por uso de substâncias. In: ABREU, P. R.; ABREU, J. H. S. S. (Org.). *Transtornos Psicológicos: terapias baseadas em evidências*. Santana de Paraíba: Manole, 2021. p. 12.

WASHTON, A. M.; ZWEBEN, J. E. *Prática psicoterápica eficaz dos problemas com álcool e drogas*. Porto Alegre: Artmed, 2009

ZANELATTO, N.; LARANJEIRA, R. (Orgs.). *Tratamento da Dependência Química e as Terapias Cognitivo-Comportamentais: um guia para terapeutas*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.

REFLEXÕES ACERCA DO O CORPUS DE ANÁLISE DO DISCURSO MONOGÂMICO NO INSTAGRAM

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9571124300910>

Data de aceite: 10/10/2024

Laura Colli Gon
Universidade de Franca

INTRODUÇÃO

Recentemente, no âmbito de investigações discursivas, temos direcionado nossa atenção para a manifestação de discursos cômicos na esfera digital. Contudo, ao explorarmos a teoria da Análise do Discurso Digital (ADD), percebemos que, por se tratar de uma área em desenvolvimento, ainda carece de um arcabouço teórico específico para os discursos humorísticos presentes no meio digital.

Quando trazemos à luz o que se compreende como monogamia, entende-se, de maneira ampla, que a sociedade associa a monogamia ao amor. Esse amor, por sua vez, é frequentemente visto através de uma lente sexual e se expressa por meio da conexão entre dois indivíduos – geralmente heterossexuais – que desejam dividir todos os aspectos de suas vidas. A constituição de uma família é vista

como um aspecto essencial para que essa união seja tida como genuína e natural. Assim, cria-se um conjunto de normas que regem as relações monogâmicas, que estão são frequentemente destacadas nas redes sociais, criando diversas narrativas, especialmente no *Instagram*.

Dentre essas narrativas, encontramos também diversas materialidades discursivas humorísticas sobre o tema e, essas representações não se restringem apenas ao casamento, por mais que esse seja a base da monogamia, mas engloba as relações afetivas que permeiam o discurso monogâmico. Sendo assim, para compreendermos como podemos investigar como o humor do discurso monogâmico, partir da perspectiva da ADD, é fundamental, inicialmente, considerar questões relacionadas à escolha do *corpus* a ser analisado. Essa é a problemática que permeia toda a nossa pesquisa: de que maneira podemos estabelecer um *corpus* de análise humorística no contexto dos estudos da ADD para analisarmos o discurso monogâmico?

Certamente, essa indagação não resolve todas as questões relacionadas ao estudo do humor ou da monogamia, mas, conforme será demonstrado mais adiante, ela nos leva a refletir sobre como podemos, ainda que de forma limitada, entender a presença do humor no ambiente digital e como podemos reunir esse material para análise. Portanto, neste capítulo, consideramos pertinente abordar essa questão central sobre a formação do *corpus* humorístico para a Análise do Discurso Digital (ADD) e também tentar situar o leitor em relação às nossas observações sobre o que já foi investigado a respeito do humor, tendo como base a Análise do Discurso de influência francesa.

SOBRE OS ESTUDOS ACERCA DO HUMOR

O primeiro elemento que nos leva a reflexão ao considerar o humor no ambiente digital é o *meme*. Embora não seja a única forma de expressão humorística presente nesse meio, ele é um tipo de conteúdo que se espalha de maneira ampla nas redes sociais. A palavra “meme” foi introduzida em 1976 pelo etólogo Richard Dawkins, que a utilizou para descrever como a cultura se dissemina entre diversos grupos humanos. O autor desenvolveu sua teoria em analogia com a genética: assim como o DNA funciona como uma unidade de replicação, na esfera cultural, os *memes* exercem a função de transmitir diferentes informações entre grupos distintos. Na época, Dawkins procurava entender como as características únicas da espécie humana eram essenciais para a transmissão cultural. Por cerca de duas décadas, essa pesquisa permaneceu restrita ao ambiente acadêmico, mas com o avanço da internet e a facilitação da interação entre variados grupos sociais, o conceito de *meme* se firmou e passou a fazer parte essencial das mídias sociais.

Hoje em dia, as redes sociais se tornaram o principal espaço para a disseminação de discursos controversos, e os *memes* já fazem parte integrante desse cenário. Dessa forma, podemos afirmar que os *memes* contêm mensagens que (re)interpretam significados, emergem no imaginário coletivo, consolidam expressões já mencionadas e geram efeitos de lembrança. Ao considerar o discurso como um tema de estudo, conforme Pêcheux (1997), podemos enxergar o *meme* como um enunciado com certa estabilidade, o que explica sua ampla replicação, visto que ele se insere na memória discursiva sobre o humor na internet. É relevante notar que, além dos *memes*, há outros formatos de enunciados disponíveis no digital que também podem ser incessantemente reproduzidos e que são responsáveis pela criação de discursos humorísticos. Exemplos incluem tuítes, *Reels*, vídeos do *TikTok*, charges e outros. Neste texto, decidimos focar no *meme* e sua função dentro do discurso digital.

Não há como negar a importância dessas materialidades discursivas no ambiente digital, considerado um fenômeno essencialmente urbano (Orlandi, 2010). Dessa forma, essas materialidades atuam como espaços de significação, resultando em interpretações específicas dos enunciados produzidos. O ambiente digital serve como um contexto onde

esses discursos se concretizam; no entanto, assim como em outras esferas de produção, os textos são analisados não como unidades isoladas, mas como enunciações carregadas de significados (Orlandi, 2001) que se disseminam quase que imediatamente nas telas de computadores, *smartphones* e *tablets*, já que é possível acessar uma variedade de sites de busca, redes sociais e aplicativos de mensagens.

Plataformas digitais como *Instagram*, *TikTok*, *Facebook*, *Twitter*, *YouTube*, *Google* e aplicativos de mensagens instantâneas como *WhatsApp* e *Telegram* são os principais ambientes para a disseminação desses conteúdos humorísticos. Isso evidencia como a linguagem evolui ao longo da história, levando o indivíduo a se posicionar em relação ao que está disponível para ver ou ler. Assim, ao considerarmos o conceito de narratividade urbana proposto por Orlandi (2004), que descreve como um indivíduo ganha relevância ao ser inserido em um contexto de produção de significado, podemos afirmar que um *meme*, um vídeo no *TikTok*, um *Reels* ou um tuíte podem ser entendidos como textos que integram a narratividade digital desse espaço igualmente digital.

Tendo em vista que *memes*, vídeos, tuítes e *reels* apresentam materialidades discursivas heterogêneas, buscamos, fundamentados em Lagazzi (2009), entender as particularidades de cada forma material que compõe essas expressões discursivas, além de explorar suas análises de maneiras variadas. A autora afirma que não existem materialidades que se complementam, mas que coexistem através da contradição, permitindo que suas lacunas sejam trabalhadas. Além disso, de acordo com Lagazzi, os significados emergem a partir da intersecção de diferentes formas materiais que não devem se sobrepor, mas sim ter suas distinções analisadas. Nesta análise, iremos observar de que modo o humor – principalmente quando pensamos no discurso monogâmico - facilita a circulação ágil dessas diversas manifestações enunciativas no ambiente digital, o que nos permitirá estabelecer uma definição mais clara para um *corpus* de análise, levando em consideração a ADD.

Sírio Possenti destaca o humor como um tema relevante para a Análise do Discurso, apresentando diversas justificativas para sua investigação. O autor também aborda a repetição de certos temas que costumam gerar humor, como futebol, casamento e política. Para ele, as piadas são repletas de significados para a pesquisa, uma vez que não apenas abordam assuntos polêmicos, mas também visam identificar e/ou reforçar expressões de culturas e ideias que possuem valores profundamente enraizados na sociedade. Além disso, segundo o mesmo autor, outro motivo para a análise das piadas é seu papel como estereótipos, pois elas oferecem uma visão mais simplificada dos eventos do dia a dia, funcionando como um recurso de entendimento mais acessível para o público geral (Possenti, 1998).

Sob essa perspectiva, *memes*, vídeos, tuítes e *reels* podem ser vistos como expressões diversas que são formadas por diferentes elementos que se entrelaçam sem se eclipsar. Eles são percebidos como uma forma de humor devido à sua fácil compreensão, que é acessível a quase todos os públicos. Segundo Travaglia (1990), o humor e a piada funcionam quase como um instrumento para expor nossos fundamentos emocionais e psicológicos, na medida em que o humor tem o objetivo de revelar nossas inseguranças e reflexões mais profundas, sejam elas sagradas ou seculares; assim, a crítica se desenvolve através do humor.

Ao refletir sobre a disseminação de uma piada, conforme mencionado por Travaglia (1990), o humor e a elaboração de piadas fazem parte de nossas capacidades humanas, estando presentes em diversos aspectos de nossas vidas e com o objetivo primordial de nos divertir. Assim, considerando que as mídias sociais representam uma nova forma de interação entre as pessoas – especialmente tendo em vista as mudanças nas relações interpessoais nos últimos tempos – as plataformas digitais emergem como um espaço propício para a troca de piadas. Entretanto, as investigações de Travaglia e Possenti se concentram em uma abordagem anterior à era digital, o que evidencia a importância de reunir um *corpus* humorístico dentro do contexto da ADD, possibilitando um avanço nas pesquisas sobre o digital e a criação de uma teoria acerca do humor na ADD, um campo ainda em desenvolvimento.

Observa-se que os discursos gerados em ambientes digitais apresentam uma diversidade de linguagens (visuais, orais e escritas) que frequentemente se entrelaçam de forma multimodal, combinando duas ou mais expressões. Portanto, é necessário considerar como investigar o humor através da criação de novos gêneros discursivos, além da sua disseminação em diferentes espaços de circulação. Para abordar essa questão relacionada ao digital, Paveau (2017) reflete sobre quais novas definições e instrumentos poderiam facilitar a análise dos discursos criados na internet e em plataformas digitais. Assim, a autora destaca a necessidade de uma nova abordagem sobre o que se conhece a respeito do “contexto extralinguístico”, propondo que ele seja visto como um ecossistema onde o discurso é desenvolvido.

De acordo com Paveau (2013), as circunstâncias que influenciam a produção de discursos, como a utilização de dispositivos tecnológicos, devem ser observadas como um contexto extralinguístico que facilita a manifestação do discurso. Dessa forma, é essencial ir além da simples dicotomia entre o sujeito e a linguagem, analisando as criações linguísticas com atenção ao papel dos intermediários não humanos. Para a autora francesa, a máquina atua também como um agente na produção da linguagem (Paveau, 2021). Assim, é possível afirmar que os ambientes onde se produzem *memes*, vídeos, tuítes e *reels* têm relevância significativa para a análise. Portanto, nosso objetivo é entender como o humor se articula nos discursos monogênicos que circulam na internet. Para isso, devemos identificar quais componentes integram o objeto de pesquisa e como esses elementos devem ser avaliados; em outras palavras, propomos refletir sobre a formação do *corpus* analítico relacionado ao humor, com base nas teorias estabelecidas na ADD.

A QUESTÃO DO CORPUS

A questão do *corpus* na Análise do Discurso (AD) sempre foi objeto de reflexões conceituais, influenciadas pela diversidade de ideias de diversos autores e pesquisadores da área, especialmente ao considerarmos as contribuições de dois pensadores fundamentais nos estudos da linguagem: Michel Foucault e Michel Pêcheux. Foucault (2009) não buscava criar uma teoria do discurso, focando mais em aspectos de história e filosofia; no entanto, ao abordar temas amplos relacionados às interações entre saberes e poderes e ao estabelecer conexões entre enunciados de uma mesma unidade, ele introduziu a noção de Formação Discursiva (FD). Suas reflexões são frequentemente associadas à teoria de Michel Pêcheux, através do trabalho de Jean-Jacques Courtine (1981), e se consolidaram como uma vertente significativa, especialmente no Brasil, nas discussões promovidas por Rosário Gregolin, que atualmente estão inseridas sob a denominação de Estudos Discursivos Foucaultianos.

As obras de Foucault não são compostas por unidades de objetos fixos e normatizados, mas por entrelaçados indeterminados de enunciações que formam uma única figura, exibindo conceitos que se afastam das estruturas e regras de uso. Em essência, Foucault (1986) vê a FD como um conjunto de enunciados que representam padrões em sua multiplicidade. Quando aplicamos essas reflexões aos estudos da linguagem, podemos abordar a história de maneira não linear; portanto, a análise de documentos se torna crucial para entender a escolha e a disposição do objeto de pesquisa.

Para isso, é fundamental compreender o conceito de *arquivo*, que será abordado nesta pesquisa com base na análise proposta por Foucault (1986). Esse conceito vai além de um simples sistema que rege enunciados e eventos semelhantes, manifestando-se como uma espécie de “massa amorfa”. O arquivo se configura não apenas como uma coleção de textos, mas sim como um conjunto de textos interconectados que dialogam sobre um determinado assunto. Ele se posiciona entre a linguagem e o *corpus*, permitindo, assim, o tratamento e a manipulação de enunciados como eventos discursivos. Contudo, não é viável descrever um arquivo em sua totalidade; portanto, um *corpus* pode ser visto como um recorte relevante dentro de um arquivo que será objeto de análise. É importante ressaltar que a organização de um *corpus* não é neutra, uma vez que tanto os sujeitos quanto os analistas estão sujeitos à influência sócio-histórica da qual não podemos nos dissociar e que nos afeta.

Em sua obra *Semântica e Discurso*, Michel Pêcheux (1997) explora a conexão entre Linguística e Filosofia, sustentando que essas disciplinas devem ser analisadas em sua interdependência. Mais tarde, em sua teoria, Pêcheux (1982) ressalta a importância de investigar essas áreas no espaço intercalado entre elas, introduzindo a ideia de arquivo associada à análise em contextos diferenciados, destacando a relevância de uma cultura científica que vai além do universo dos cientistas.

Cristiane Dias (2015), em seu artigo intitulado *Análise do discurso digital: sobre o arquivo e a constituição do corpus*, aborda a teoria de Michel Pêcheux ao examinar a questão do *corpus* no contexto do discurso digital. Ela analisa o conceito de *arquivo digital* e a maneira como essa formação se relaciona com a sociedade e sua memória histórica. Além disso, a autora investiga a materialidade do digital e discute como se estabelece o *corpus* decorrente do arquivo digital.

No seu artigo, a autora brasileira exemplifica o uso de buscadores, como o *Google*, e argumenta que não devemos tratar os resultados de uma pesquisa *online* como se fossem arquivos, uma vez que esses resultados representam um processamento de dados em funções algorítmicas. Assim, é crucial entender que o aspecto mais relevante nessa dinâmica é como os dados estão organizados e como se conectam à memória histórica de um arquivo. Embora existam diversas questões a serem ponderadas na criação de um arquivo digital, Dias (2015) ressalta que, do ponto de vista científico e de pesquisa, é essencial levar em conta essa concepção, visto que o *corpus* se configura a partir da interpretação de um arquivo, onde a relação se estabelece entre a linguagem e o contexto externo.

É importante destacar que, ao abordarmos o humor e as afirmações que provocam risadas, frequentemente, esses elementos estão associados a uma memória linguística, formando assim um acervo e definindo um *corpus* para análise. É essencial entender como as redes operam discursivamente na criação de materialidades discursivas, visto que a interpretação desse acervo é uma fase do processo de circulação, enquanto a formação textual ocorre na revitalização dos significados. Dessa forma, o acervo pode ser visto como um conjunto de informações atualizadas que se encontram em movimento.

Dias (2015) conclui sua consideração acerca do conceito de arquivo de *corpus* ao enfatizar a importância de entender as circunstâncias envolvidas na criação de dispositivos de arquivo particulares, sempre levando em conta o aspecto digital, visto que é através desses dispositivos que a reunião do *corpus* se torna viável. Além disso, a autora ressalta que esse é um tema de grande complexidade, que exige cuidadosa atenção à interação entre teoria e método de análise, evitando que o discurso seja sacrificado em favor de um “novo” objeto a ser investigado.

A autora francesa Marie-Anne Paveau também se dedica à análise da formação do *corpus*. Diferentemente da abordagem de Cristiane Dias, Paveau enfatiza que, antes de estabelecer o que define como *corpus* digital nativo, é fundamental discutir os dados e os fenômenos observáveis gerados na internet. Isso é especialmente relevante, pois tais conceitos podem ser desafiadores para que o pesquisador estabeleça definições claras; os dados *online* e o *corpus* podem se mesclar, já que ambos são categorias amplas e, por vezes, contraditórias. Para Paveau, os dados linguísticos correspondem às criações *tecnolinguageiras* na web, englobando toda a sua diversidade discursiva. Esses dados são influenciados pelas especificidades de cada usuário em sua interação com a internet, sendo considerados pré-configurados, que representam o estágio inicial dos elementos que o linguista pode reunir de forma *online*.

Considerando o que a autora francesa chama de *observáveis*, compreendemos que eles são o resultado de um aparato de observação que é estabelecido com base nas seleções epistemológicas, teóricas e metodológicas que formam o objeto de trabalho do analista. Este, por sua vez, se forma pela observação linguística exclusiva de um ambiente discursivo, que é justamente aquilo que o difere de dados puramente apurados. Em suma, o observável é o que cabe ao analista estudar. Quando se trata de *corpus*, portanto, Paveau (2021) afirma que ele é uma coleção de observáveis e que estes não podem ser considerados exclusivamente como dados, uma vez que, por estarem situados e classificados em categorias linguísticas de seus ambientes discursivos, eles serão correspondentes aos objetivos e também às hipóteses.

Assim, pode-se concluir que, ao examinar um enunciado humorístico veiculado na internet, ele estará vinculado tanto a alguma memória histórica quanto às informações do usuário (seja ele o analista ou não) – que são coletadas e organizadas pela tecnologia –, ressaltando que a complexidade em interpretar o discurso gerado *online* se deve, em grande parte, à natureza relacional do objeto digital, o que torna sua compreensão instável. Segundo a autora francesa, nenhum dado observado é permanente ou imutável; tais características emergem apenas quando esses dados são retirados do ambiente *online* e se tornam fixos no *offline*. Por isso, os discursos nativos da *web* suscitam a necessidade de que a Linguística reavalie conceitos como extralinguístico, contexto e situação.

Com base nas pesquisas realizadas por essas autoras sobre a formação de *corpus* no ambiente digital, começamos a refletir sobre como podemos sugerir a coleta de dados para análise, focando no discurso humorístico acerca da monogamia e, em especial, na plataforma *Instagram*.

A QUESTÃO DO CORPUS HUMORÍSTICO: O INSTAGRAM

Neste trecho deste capítulo, iremos refletir, com base principalmente nas pesquisas de Paveau, sobre como é possível escolher um *corpus* humorístico no contexto de discursos genuinamente digitais. Observa-se que, nas investigações na área do discurso, a coleta de *corpora* eletrônicos muitas vezes não se concentra no objeto de estudo digital propriamente dito. Há uma grande quantidade de material que vê a internet apenas como um meio de disseminação, utilizando-a como uma ferramenta para a busca de um *corpus*, em vez de considerá-la um *corpus* em si.

Para explorarmos as características linguísticas dos *corpora* analisados, Paveau (2021) menciona Jannis Androutsopoulos, que distingue entre os “dados visuais”, que possuem uma visão mais objetiva, e os “dados oriundos do usuário”, que são moldados pela subjetividade deste. Assim, a abordagem desse material deve integrar esses dois aspectos: a interface e os vestígios deixados pelo usuário durante sua navegação na internet. Portanto, a dificuldade em selecionar e elaborar um *corpus* digital humorístico surge das complexidades indicadas por Paveau (2021), como: a vasta quantidade de material e enunciados disponíveis, a velocidade com que são reproduzidos e reinventados, levando à inefabilidade, e, por fim, a sua natureza hipertextual.

Para ilustrar, tomaremos o *Instagram* como exemplo, uma plataforma social acessível tanto por navegadores na internet quanto por aplicativos de celulares. Nessa rede, os usuários têm a possibilidade de compartilhar fotos e vídeos/*reels*, além de comentar e redistribuir postagens de outras pessoas. Segundo informações disponíveis no site da companhia, o fornecimento de conteúdo ao usuário ocorre através de “diversos algoritmos, classificadores e processos, cada um com objetivos distintos. Nosso objetivo é que você tire o máximo proveito do seu tempo e acreditamos que a personalização da sua experiência por meio da tecnologia é a forma mais eficaz de alcançar isso” (tradução nossa¹). Isso significa que o algoritmo da plataforma visa, essencialmente, manter o usuário mais tempo engajado no aplicativo, oferecendo conteúdos que sejam considerados relevantes ou interessantes, com base na coleta e análise dos dados de navegação do internauta.

A ADD percebe o algoritmo como um elemento essencial na formação do discurso digital, pois, além das máquinas, essas soluções tecnológicas têm a capacidade de rastrear as ações do usuário, gerar registros e usar essas informações para antecipar o que o usuário deseja visualizar, tal como afirmado pelo próprio *site* do *Instagram*. Conforme Paveau indica:

Os algoritmos podem ser considerados operadores de coerção discursiva e de instrução semântica que, como os pré-discursos, não têm existência linguageira, mas são ativados no nível da produção linguageira a partir de processos infra linguísticos tácitos, os cálculos. Os algoritmos não são nem objetos nem noções diretamente relacionados às abordagens linguísticas, mas, como os frames, os quadros prévios ou as representações, devem, ainda assim, ser integrados à reflexão linguística sobre os discursos nativos da internet. (PAVEAU, 2021, p.40)

Para Paveau (2021), os discursos característicos da internet apresentam uma certa consistência, o que permite considerar as formações discursivas. Esse conceito foi elaborado de maneiras distintas tanto por Michel Pêcheux quanto por Michel Foucault. Paul Henry (1993) observa, no entanto, que há conexões entre as abordagens dos dois autores, pois “Pêcheux partilhava com Foucault um interesse comum pela história das ciências e das ideias que pode explicar por que ambos, mais do que qualquer outro autor, focalizaram o discurso” (HENRY, 1993, p. 38).

De acordo com Foucault (1986), a formação discursiva pode ser entendida como um conjunto de enunciados que expressam padrões em sua distribuição.

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre dois objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva. (FOUCAULT, 1986, p.43)

1. “Variety of algorithms, classifiers, and processes, each with its own purpose. We want to make the most of your time, and we believe that using technology to personalize your experience is the best way to do that.”

Pêcheux (1997), por sua vez, bem mais próximo dos estudos linguísticos e do marxismo relido por Althusser, pensa a construção dessa teoria como algo intrínseco das lutas sociais, assim, os princípios de seu estudo ao qual nomeia de formação discursiva é baseado em traços discursivos de um *corpus*. Mais tarde, Pêcheux repensa o conceito de formação discursiva baseado em sua releitura dos clássicos marxistas, entendendo a formação ideológica como um dos componentes de uma ou mais formações discursivas. Pêcheux (1997), alinhando-se mais com a linguística e com a abordagem marxista reinterpretada por Althusser, considera a elaboração dessa teoria como algo fundamental nas lutas sociais. Os princípios de sua pesquisa, que ele denomina formação discursiva, fundamentam-se em características discursivas de um conjunto de dados. Posteriormente, Pêcheux revisita o conceito de formação discursiva, à luz de sua nova interpretação dos clássicos do marxismo, percebendo a formação ideológica como um dos elementos que compõem uma ou várias formações discursivas. Essas formações influenciam a maneira como um discurso pode ser expresso e organizado, levando em conta a posição de cada um em um contexto específico, ao mesmo tempo que redefine os significados de determinadas produções e construções.

Ambas as teorias sobre a formação discursiva compartilham a ideia de que existe um conjunto de regras não visíveis. Levando isso em conta, direcionamos nossa atenção para a intersecção entre a análise do discurso e a relação algorítmica.

Nesse contexto, consideramos o conceito de *Machine Learning*, que é uma das áreas da ciência da computação focada no uso de algoritmos e dados para aprender, entender e imitar comportamentos humanos. Portanto, quanto maior a quantidade de dados coletados, mais efetivo se torna o aprendizado da máquina. Dessa forma, através dos *cookies* deixados pelo usuário do *Instagram* como um rastro digital, o algoritmo consegue identificar quais *reels* e postagens foram curtidos, quais contas e perfis foram acessados, e quais amigos recebem mais interações. Assim, ele consegue entender de forma individual como cada usuário e sua conta navegam, produzem, organizam e compartilham informações.

Ao refletirmos sobre quem gera um discurso humorístico e para qual público ele é direcionado, percebemos que a máquina não tem consciência de que o objetivo do autor da publicação era provocar risadas, nem tampouco que uma determinada postagem poderia fazer alguém rir. Isso se deve ao fato de que, como menciona Paveau (2021), o emissor não é o responsável pela criação do discurso; na verdade, ele é gerado pelos vestígios deixados pelo usuário durante sua navegação.

Os algoritmos falam no lugar dos internautas a partir de um conjunto de cálculos que se assemelha muito a um determinismo, e que torna, do ponto de vista do locutor, seu discurso imprevisível [...] é um algoritmo que filtra as publicações dos amigos ou das páginas curtidas a partir das curtidas dos proprietários das contas. (PAVEAU, 2021, p.43)

A *internet* oferece ao analista de discurso uma imensa quantidade de materiais para coleta e análise. Essa grande quantidade de enunciados é, em parte, resultado da “acessibilidade editorial e escritural de um lugar de comunicação aberto a todos [...] enquanto os lugares de comunicação e escrita *offline* permanecem fortemente hierarquizados pela seleção social e cultura” (PAVEAU, 2021, p.138). Dessa forma, na ausência de um controle sobre quem publica e para quem as publicações são destinadas, a coleta de dados se torna cada vez mais vital, uma vez que os enunciados gerados aumentam rapidamente e são continuamente reproduzidos, reformulados, republicados e recriados em um ritmo exponencial, o que levanta a questão sobre qual seria um número apropriado de *corpus* para a análise.

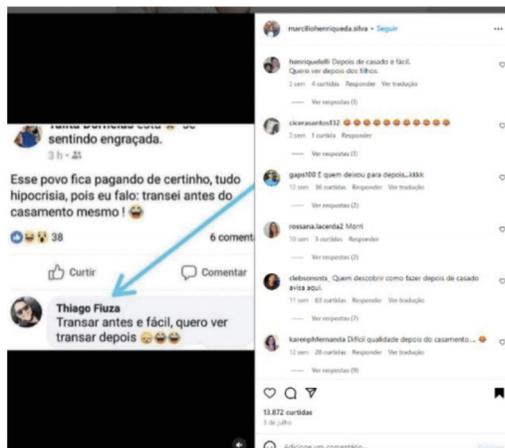
Um dos desafios enfrentados pelo analista surge além da postagem realizada por um usuário nas redes sociais. Essa postagem gera uma série de interações, como comentários, respostas, compartilhamentos, curtidas e repostagens, formando um “conjunto enunciativo” (MANZANO, 2014) que também pode se manifestar pelo humor. Paveau (2021) denomina esse fenômeno de inumerabilidade, referindo-se aos enunciados secundários que surgem a partir dos iniciais.

Como amostra, trazemos um exemplo dessa inumerabilidade e impossibilidade de controle dos enunciados segundos que são produzidos a partir de um primeiro. Como trata-se de um recorte que aborda a monogamia enquanto tema é preciso, mesmo que brevemente, compreender o que se entende como monogamia.

Em sua obra *Por que amamos* (2004), Helen Fisher argumenta que a monogamia pode ter raízes biológicas. Ela sugere que, ao longo da evolução, humanos desenvolveram inclinações para relacionamentos monogâmicos, especialmente durante os primeiros anos de criação dos filhos, quando a parceria de longo prazo aumentaria as chances de sobrevivência da prole. Fisher também ressalta que, embora a monogamia seja uma estratégia comum, não é exclusiva, e humanos frequentemente apresentam comportamentos poligâmicos e extraconjugais, o que indica uma flexibilidade nas tendências românticas e sexuais.

O casamento, em muitas culturas, é considerado uma representação da monogamia. Fisher (2004) discute que o casamento monogâmico evoluiu como uma forma de assegurar estabilidade emocional e financeira para o casal, especialmente durante os anos iniciais da criação dos filhos. Para Vasallo (2022) o casamento impacta em outras relações afetivas porque, conforme a autora, essa exclusividade se estende além da relação romântica, tornando-se também emocional, sendo a pessoa com quem você estabelece um vínculo amoroso e sexual aquela que deve te complementar em todos os aspectos. Para ela, a monogamia abrange diferentes formas de relacionamentos afetivos. Mesmo que não reconheçamos isso de forma clara, existem outras relações que podem ser vistas como “secundárias”, como as de amigos e familiares, que não são considerados amores à mesma altura, mas que ainda assim oferecem a oportunidade de se apaixonar por outras pessoas, desde que essa paixão não se materialize fisicamente e permaneça na esfera da idealização.

O *meme* trazemos como exemplo aqui aborda a questão do casamento como tema, conforme abaixo:



(Imagem 1: postagem do perfil de @marciolohenriqueda.silva, do Instagram, de 03/06/2024.)

A publicação da conta de @marciolohenriqueda.silva apareceu no feed da conta @contapesquisa2, criada pela autora deste capítulo, com fins puramente científicos. Foi digitado, na ferramenta de pesquisa, o termo *monogamia*, uma única vez. Dentre as publicações, esta apareceu e teve sua captura de tela realizada no dia 09/10/2024, no entanto, sua publicação data de 03/06/2024.

A publicação original, é uma postagem de uma mulher que não conseguimos identificar o nome, mas sabemos que é uma mulher porque há a frase “se sentindo engraçada”, opção escolhida pelo usuário do *Facebook* para demonstrar seu estado de espírito ao publicar algo. Como a palavra *engraçada* termina com a vogal A, compreendemos que se trata de uma pessoa que se identifica com o gênero feminino. Sua publicação diz: “Esse povo fica pagando de certinho, tudo hipocrisia, pois eu falo: transei antes do casamento mesmo!” e é seguida de um *emoji* chorando de rir. Essa publicação teve 38 reações e seis comentários, sendo um deles do usuário do *Facebook* Thiago Fiuza, que comenta: “Transar antes e fácil, quero ver transar depois”, seguido dos *emojis* de cansaço e chorando de rir. Para finalizar, há uma seta azul que aponta para o comentário do usuário Thiago Fiuza e ela tem o intuito de chamar atenção para o que ele escreveu.

O discurso humorístico está presente porque a usuária que fez a primeira publicação quis contradizer o discurso de que o sexo só deve ser feito depois do casamento, no entanto, é culturalmente dito que casais em matrimônio não transam tanto quanto namorados, assim, o comentário “Transar antes e fácil, quero ver transar depois” causa o riso por se tratar de uma piada comumente conhecida.

Não é possível afirmar que essa imagem foi capturada pelo usuário @marciolohenriqueda.silva para sua publicação no *Instagram*, no entanto, ela já não é mais o discurso primário, pois trata-se de uma captura de tela feita por um desconhecido, de uma postagem feita por uma mulher no *Facebook* junto a um dos comentários que a publicação teve. Lembramos que o objeto de estudo, aqui, não é a postagem do *Facebook*, mas sim a do *Instagram*.

Quando falamos da inumerabilidade, essa publicação serve de exemplo, pois: em primeiro lugar, a publicação original, em três horas de publicação, teve 38 reações e seis comentários, mas não sabemos dizer se esse número mudou depois de um tempo, tampouco se foi printada ou reproduzida em alguma outra mídia social. O que podemos afirmar é que, no *Instagram*, até a data da coleta dessa materialidade discursiva ela tinha 13.872 curtidas e muitos comentários², que geram outras materialidades discursiva.

Esses números podem ser contabilizados quando se pensa apenas em *Instagram*, fora o alcance dessa publicação enquanto ainda estava no *Facebook*. Estamos cientes de que não há como controlar o número de publicações acerca do assunto, mas, quando pensamos nas esferas do riso, este também seria constituído pela movência do enunciado primeiro de uma plataforma para outra (no caso, do *Facebook* para o *Instagram*) mudando, portanto, o formato do enunciado primeiro, seu público e promovendo diferentes sentidos e discursos humorísticos para uma audiência também distinta. Justamente considerando esse deslocamento que podemos afirmar que um *corpus* de análise humorístico deve conter: os enunciados primeiros e segundos (quando houver), além dos comentários e respostas dos usuários das redes, os números de repostagens compartilhamentos (quando disponíveis) porque, embora não se possa controlar em enunciados replicados onde uma publicação pode chegar, pode-se ter uma ideia numérica de quantos usuários aquela publicação atingiu, quantas pessoas interagiram com o conteúdo disponível porque, num nível quantitativo, torna-se possível compreender onde esse discurso humorístico chegou no momento do recorte do *corpus*, logo, quando ele é congelado no *online* para uma análise no *offline*.

Faz-se importante frisar, mais uma vez, que a ADD é um campo de estudos ainda em construção e que outras pesquisas acerca da coleta de *corpus* têm sido realizadas, mas ainda não há respostas suficientes que permita ao analista desenvolver seu estudo sem que seja necessário recorrer a modelos pré-digitais.

CONCLUSÕES

Voltando à análise feita por Dawkins sobre *memes* e sua analogia com o DNA e suas unidades de replicação, percebemos que não apenas esse tipo de afirmação, mas também as piadas que circulam nas redes sociais, exemplificam o que o etólogo mencionou há várias décadas: esclarecem como a cultura do humor se move e se difunde entre distintos grupos sociais e plataformas digitais. No contexto das redes sociais, especialmente no *Instagram*, podemos afirmar que tanto a tecnologia quanto o algoritmo não compreendem o que provoca o riso nos usuários. Contudo, acredita-se que a experiência visual de cada internauta é única, com os conteúdos exibidos e sugeridos sendo fruto de diversas combinações de informações fornecidas pelo próprio usuário. Assim, quando um conteúdo desperta o riso, é apenas o resultado da intersecção e análise dessas informações pela plataforma, que busca manter o usuário engajado por mais tempo na rede social.

2. Na versão web do *Instagram*, utilizada para a captura de tela dessa materialidade discursiva, não há a opção de ver quantos comentários a publicação teve.

O algoritmo, ao funcionar de acordo com as preferências do usuário, direciona as redes sociais a recomendar conteúdos cômicos semelhantes aos previamente visualizados. Isso ocorre devido ao *Machine Learning*, que analisa os interesses individuais de cada usuário, incluindo o tempo que passa *online*, a frequência com que interage com postagens e a repetição de vídeos. Esses dados não são adequados para uma análise linguística, mas podem ser mensurados através de interações como comentários, compartilhamentos e repostagens. Cada interação na tela modifica o algoritmo, ampliando assim o alcance de conteúdos humorísticos para um público maior. Dessa forma, a coleta de dados acontece em um momento em que a mensagem sai do ambiente *online*.

Embora a Análise do Discurso (AD) tenha se concentrado em *corpora* de análise acessíveis e objetivos, como jornais e panfletos, nota-se que essa abordagem não consegue abordar adequadamente a questão dos *corpora* em Análise do Discurso Digital (ADD). Isso ocorre porque agora esses *corpora* incluem também os rastros digitais deixados por usuários nas redes sociais. Ademais, é importante ressaltar que o analista enfrenta a dificuldade de acessar todos os discursos digitais nativos, não apenas pela grande quantidade, mas também porque os pesquisadores devem lidar com os próprios dados que geram ao coletar materiais novos para análise, dados esses que são específicos e não podem ser generalizados.

Em conclusão, ainda existem muitas questões a serem consideradas sobre a elaboração de um *corpus* analítico na ADD no que se refere ao riso e ao humor. Isso se deve não apenas às especificidades dos internautas, mas também às relações tecnodiscursivas, ao grande volume de enunciados gerados, à velocidade das informações e, principalmente, aos dados e vestígios deixados por cada usuário a cada clique ou toque na tela. Em relação ao nosso estudo, a explicação metodológica sobre a coleta e o tratamento dos dados que formam os enunciados que pretendemos analisar em cada investigação não resolve completamente a questão, mas nos oferece um caminho um pouco mais claro para realizar nossas análises e leituras.

REFERENCIAS

COURTINE, J-J (1981). **Análise do discurso político – o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos/SP, EdUFSCar, 2009.

DAVISON, P. **The Language of Internet Memes: The Social Media Reader**. Edited by Michael Mandiberg. New York: New York University Press, 2012.

DAWKINS, R. **O gene egoísta**. Tradução Geraldo H. M. Florsheim, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

DIAS, C. **Análise do discurso digital: sobre o arquivo e a constituição do corpus**. ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, São Paulo, 44 (3): p. 972-980, set.-dez. 2015.

FISHER, H. **Por que amamos: a natureza e a química do amor romântico**. Record; 4ª edição. 2006.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

MANZANO, L.C.G. **A ordem do olhar: sentidos da imagem no discurso político televisivo brasileiro**. 2014. 220 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

MOSSERI, A. **Shedding More Light on How Instagram Works**. [S.l.], 2021. Disponível em: <https://about.instagram.com/blog/announcements/shedding-more-light-on-how-instagram-works> . Acesso em: 12/08/2022.

ORLANDI, E. **Cidade atravessada: Os sentidos públicos no espaço urbano**. Campinas: Editora Pontes, 2001.

_____. **A contrapelo: incursão teórica na tecnologia- discurso eletrônico, escola, cidade**. RUA [online]. Campinas, n.º. 16. p. 6-17, Ago./Nov. 2010. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>. Acesso em: 25/11/2022.

PÊCHEUX, M. **A Análise do discurso: Três épocas**. In: GADET, F. e HAK, T. (Orgs.) *Por uma Análise Automática do Discurso- uma introdução à obra de Michel Pêcheux*, Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. (pp.311-318)

_____. **Ler o arquivo hoje**. Tradução de Maria das Graças L. M. do Amaral. In: ORLANDI, Eni. (Org.) *Gestos de leitura na história do discurso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010 [1982].

_____. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni P. Orlandi [et al.]. 3ª edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997 [1975].

PAVEAU, M-A. **Technodiscursivités natives sur Twitter**. *Une écologie du discours numérique*. Epistémè: revue internationale de sciences humaines et sociales appliquées/, Center for applied cultural science, Korea university, Séoul, 2013, 9, p.139-176.

_____. **Análise do discurso digital: dicionário das formas e práticas**. Organizadores: Julia Lourenço Costa e Roberto Leiser Baronas. I. ed.-Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

POSSENTI, S. **Os humores da língua: análise linguística de piadas**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.

TRAVAGLIA, L. C. **Uma introdução ao estudo do humor pela linguística**. DELTA - Revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, São Paulo, SP, v. 6, n. 1, p. 55-82, 1990.

VASALLO, B. **O desafio poliamoroso**. Por uma nova política dos afetos. 1ª ed. São Paulo: Elefante, 2022.